

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

MARISTELA CARNEIRO

**CONSTRUÇÕES TUMULARES E REPRESENTAÇÕES DE
ALTERIDADE: MATERIALIDADE E SIMBOLISMO NO CEMITÉRIO
MUNICIPAL SÃO JOSÉ, PONTA GROSSA/PR/BR, 1881-2011**



**PONTA GROSSA
2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

MARISTELA CARNEIRO

**CONSTRUÇÕES TUMULARES E REPRESENTAÇÕES DE
ALTERIDADE: MATERIALIDADE E SIMBOLISMO NO CEMITÉRIO
MUNICIPAL SÃO JOSÉ, PONTA GROSSA/PR/BR, 1881-2011**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Augusto Leandro
Co-orientador: Constantino Ribeiro de Oliveira Junior

**PONTA GROSSA
2012**

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

C289c Carneiro, Maristela
Construções tumulares e representações de alteridade :
materialidade e simbolismo no Cemitério Municipal São José, Ponta
Grossa/PR/BR, 1881-2011 / Maristela Carneiro. Ponta Grossa, 2012.
165p.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientador : Prof. Dr. José Augusto Leandro
Co-orientador : Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira
Junior

1. Cemitério. 2. Alteridade. 3. Morte. 4. Materialidade tumular.
5. Simbologia Tumbular. I. Leandro, José Augusto. II. Oliveira,
Constantino Ribeiro de. III.T.

CDD: 736.5

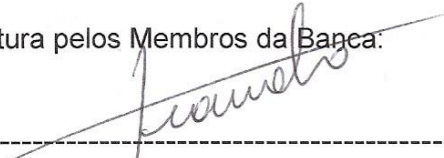
TERMO DE APROVAÇÃO

MARISTELA CARNEIRO

"CONSTRUÇÕES TUMULARES E REPRESENTAÇÕES DE ALTERIDADE:
MATERIALIDADE E SIMBOLISMO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO JOSÉ, PONTA
GROSSA/PR/BR, 1881-2011."

**Dissertação aprovada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de
Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:**

Assinatura pelos Membros da Banca:



Dr. José Augusto Leandro - (UEPG) – Presidente



Dra. Claudia Rodrigues - (UNIRIO)



Dr. Emerson Urizzi Cervi - (UEPG)



Dr. Edson Armando Silva - (UEPG) – Suplente



*Aos mortos que descansam e aos vivos que pranteiam,
porque permitem que essa história seja contada.*

AGRADECIMENTOS

Às energias do universo, que conspiraram e permitiram este momento.

Aos meus familiares que, desde os meus primeiros lápis de cor e gibis, sempre me incentivaram a mergulhar neste fantástico mundo das letrinhas.

Ao querido orientador, Prof. Dr. José Augusto Leandro, por acreditar nos meus sonhos e me ajudar a concretizá-los. Sua experiência acadêmica e leitura atenta foram essenciais para a qualidade desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior, meu co-orientador, pelas aulas e dedicação, especialmente durante o exame de qualificação.

Aos professores do programa, dentre os quais destaco o Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi, pelas aulas, pelos encontros no núcleo e por ter aceitado participar da banca examinadora, muito contribuindo para a análise material do objeto.

Ao Prof. Dr. Edson Armando Silva, meu mentor intelectual, pela longa trajetória de orientação, a quem eu devo em grande medida meu olhar cemiterial, desde os primeiros anos de graduação.

À Prof. Dra. Cláudia Rodrigues, por também aceitar o convite para compor a banca examinadora e pelas excelentes sugestões, ajudando-me a construir novas “Imagens da Morte”.

Ao apoio da Fundação Araucária, por ter permitido a dedicação à esta investigação.

Aos amigos da ABEC – Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais, por compartilharem deste sonho que é a pesquisa cemiterial, construída ativamente por muitas mãos e olhares. Em especial, aos cemiteriais Clarissa Grassi, Glaucia Garcia, Marcelina Almeida, Fábio William de Souza e Ilza Lima, por me acolherem e espalharem sorrisos. Vida longa e próspera!!!

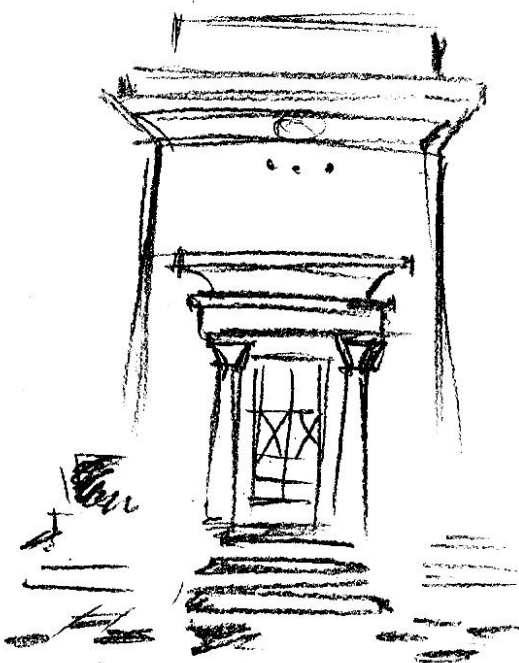
A todos os colegas do mestrado, sobretudo Dayane Alfen Blum e Rodrigo Guidini Sonni, pela amizade e companheirismo.

Às lindas Janaína de Paula do Espírito Santo, Patrícia dos Santos Pinto e Valéria S. Taques, pedacinhos de alma, amigas-irmãs, conforto nos tempos difíceis, impulso para tempos cada vez melhores.

Aos amigos, novos e velhos, cada um à sua maneira, Alessandra Cardozo, Ályda Zomer, Camila Gaertner Novacoski, Daniella do Nascimento Jesus, Eliete Requerme de Campos, Fernando José Alcântara Baggio de Oliveira, Fran Lepka, Lorena Zomer e Maurício Kusdra, por sempre me lembrarem do valor de pequenas coisas.

Aos todos os familiares e responsáveis por toda a materialidade e simbolismo transposto aos túmulos do Cemitério Municipal São José, alimentando meus sonhos e olhares, permitindo esta pesquisa e a construção de novas representações, a cada dia.

Ao meu esposo, amor vívido e contínuo, Vilson André Moreira Gonçalves. Este que amo como se ama o amor... Seguirei-o, buscando lhe circundar de rosas, para agradecer por cada dia, porque sem sua presença se perde grande parte do sentido de tudo isso. Obrigada por estar aqui e fazer com que eu tenha uma vida maravilhosa, meu amor...





[...] Na mesma pedra se encontram,
Conforme o povo traduz,
Quando se nasce - uma estrela,
Quando se morre - uma cruz.
Mas quantos que aqui repousam
Não de emendar-nos assim:
"Ponham-me a cruz no princípio...
E a luz da estrela no fim!"

(Mário Quintana)

RESUMO

Esta pesquisa se propôs a investigar a constituição das representações de alteridade nas construções tumulares presentes no Cemitério Municipal São José, desde a sua instituição em Ponta Grossa (Paraná/Brasil), em 1881, até os dias atuais, a partir dos elementos materiais e simbólicos selecionados. Com o auxílio de ferramentas tecnológicas de geo-referenciamento e geração de cartogramas, a perspectiva teórica e metodológica se construiu no viés interdisciplinar, permitindo olhares do alto e em primeiro plano. É certo que a simbologia cemiterial objetiva a expressão ou transmissão dos valores culturais, para o estabelecimento e reafirmação das identidades e relações sociais. A pluralidade destes valores, expressos pelos espaços funerários e pela arte e história ali contidas, está profundamente relacionada às diferentes maneiras encontradas para se lidar com a própria questão da morte.

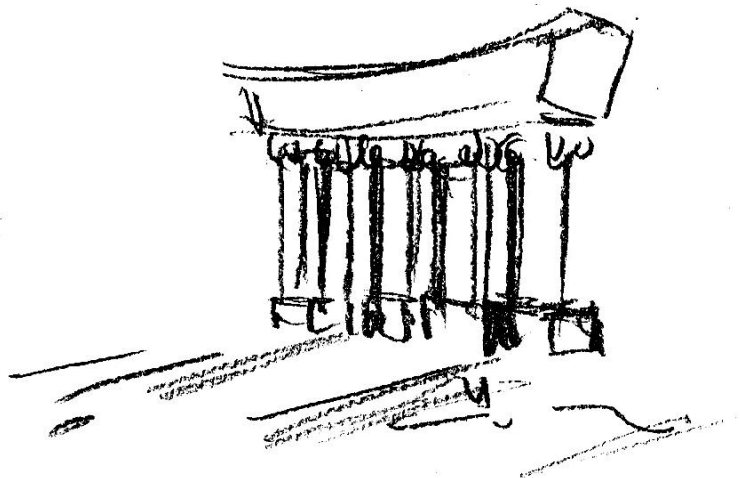
Palavras-chave: Cemitério. Alteridade. Morte. Materialidade Tumular. Simbologia Tumular.



ABSTRACT

This research proposes to investigate the constitution of alterity representations in funerary constructions in the São José Municipal Cemetery, since its foundation in Ponta Grossa (Paraná/Brazil), in 1881, to the present day, based in selected material and symbolic elements. With the aid of technological tools in georeferencing and chartogram generation, the theoretical and methodological perspective was built in the interdisciplinary angle, allowing views both from a high standpoint and from eye level. It is certain that cemeterial symbology intends the expression or transmission of cultural values, for the establishment and reaffirmation of identities and social relations. The plurality of these values, expressed by the funerary spaces and by the art and history contained in there, is profoundly related to the different ways found to deal with the question of death itself.

Keywords: Cemetery. Alterity. Death. Gravestone Materiality. Gravestone Symbolismo.



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Cemitério Municipal São José – Dia de Finados em 1969.....	63
Figura 2	Cemitério Municipal São José – Dia de Finados em 1935.....	66
Figura 3	Cemitério Municipal São José – Dia de Finados em 2011.....	71
Figura 4	Localização do Cemitério Municipal São José.....	74
Figura 5	Vista Panorâmica do Cemitério Municipal São José.....	75
Figura 6	Representação do Portal de Entrada.....	76
Figura 7	Exemplo de uso de cerâmica no revestimento tumular.....	86
Figura 8	Exemplo de uso de alvenaria no revestimento tumular.....	87
Figura 9	Exemplo de uso de mármore no revestimento tumular.....	88
Figura 10	Exemplo de uso de pedra no revestimento tumular.....	89
Figura 11	Exemplo de jazigo.....	92
Figura 12	Exemplo de jazigo-monumento.....	93
Figura 13	Exemplo de mausoléu.....	94
Figura 14	Exemplo de túmulo sem denominação ou identificação.....	106
Figura 15	Portal de Entrada do Cemitério Municipal São José.....	110
Figura 16	Detalhes do Portal de Entrada do Cemitério Municipal São José.....	111
Figura 17	Vista Parcial do Cemitério Municipal São José - Década de 1970.....	113
Figura 18	Jazigo do Barão de Guaraúna.....	117
Figura 19	Mausoléu Margarida Murielt Branco.....	119
Figura 20	Mausoléu da Família Pacheco de Queiroz.....	120

Figura 21	Mausoléu da Família Fiany.....	121
Figura 22	Exemplos do uso de cruzes no Cemitério Municipal São José.....	123
Figura 23	Tipologia Cristã – Representações de Cristo.....	126
Figura 24	Tipologia Cristã – Pietás.....	127
Figura 25	Figura angelical associada à lembrança.....	129
Figura 26	Figura angelical associada à lembrança.....	130
Figura 27	Figuras angelicais.....	131
Figura 28	Alegorias Cristãs - Virtudes Teologais: Fé, Esperança e Caridade.....	135
Figura 29	Alegorias Cristãs - Alegoria da Morte e Alegoria da Oração.....	136
Figura 30	Alegorias Sentimentais - Alegoria da Saudade.....	138
Figura 31	Alegorias Sentimentais - Alegoria da Desolação.....	139
Figura 32	Alegorias Sentimentais - Alegoria da Memória.....	140
Figura 33	Uso da fotografia no Cemitério Municipal São José.....	144
Figura 34	Inscrição em alemão – Cemitério Municipal São José.....	145
Figura 35	Epitáfio em Alemão – Cemitério Municipal São José.....	146
Figura 36	Epitáfio em Árabe– Cemitério Municipal São José.....	147
Figura 37	Epitáfios em Hebraico – Cemitério Municipal São José.....	148
Figura 38	Coluna – Túmulo Hebraico - Cemitério Municipal São José.....	148
Figura 39	Túmulos Maçônicos – Cemitério Municipal São José.....	150
Figura 40	Túmulos Positivistas – Cemitério Municipal São José.....	151
Gráfico 1	Estado de conservação dos túmulos.....	82

Gráfico 2	Material predominante no revestimento dos túmulos.....	85
Gráfico 3	Relação entre o material e o estado de conservação dos túmulos.....	90
Gráfico 4	Padrão dos túmulos.....	102
Gráfico 5	Datação dos Mausoléus e Jazigos-Monumento, anteriores e posteriores à 1940.....	113
Tabela 1	Relação entre o Estado de Conservação e o Padrão dos Túmulos.....	103
Tabela 2	Relação entre o Material e o Padrão dos Túmulos.....	104

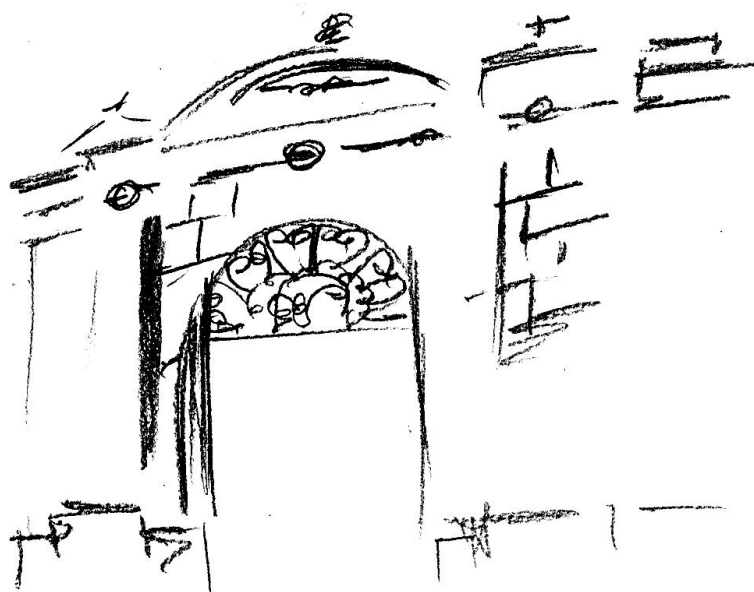
LISTA DE CARTOGRAMAS

Cartograma 1	Quadras do Cemitério Municipal São José.....	61
Cartograma 2	Sepultamentos iniciais em cada túmulo.....	77
Cartograma 3	Área dos túmulos.....	78
Cartograma 4	Estado de conservação dos túmulos.....	80
Cartograma 5	Estado de conservação dos túmulos – Ótimo.....	80
Cartograma 6	Estado de conservação dos túmulos – Regular e Deteriorado.....	81
Cartograma 7	Material predominante dos túmulos.....	85
Cartograma 8	Formato dos túmulos.....	91
Cartograma 9	Formato dos túmulos – Jazigos-Monumento e Mausoléus.....	95
Cartograma 10	Padrão dos túmulos.....	99
Cartograma 11	Padrão dos túmulos - Alto.....	100
Cartograma 12	Padrão dos túmulos – Médio-Alto.....	100
Cartograma 13	Padrão dos túmulos - Médio.....	101
Cartograma 14	Padrão dos túmulos - Baixo.....	101
Cartograma 15	Túmulos sem denominação ou identificação.....	105
Cartograma 16	Símbolos Cristãos - Cruz.....	122
Cartograma 17	Símbolos Cristãos – Tipologia Cristã.....	125
Cartograma 18	Símbolos Cristãos – Anjos.....	128
Cartograma 19	Símbolos Sentimentais – Alegorias Cristãs.....	134
Cartograma 20	Alegorias Sentimentais.....	137
Cartograma 21	Inscrições estrangeiras no Cemitério Municipal São José.....	145

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 A MORTE E OS HOMENS	25
1.1 DA MORTE E SEUS PODERES: AS PRIMEIRAS RESPOSTAS À FINITUDE....	25
1.2 A FAMILIARIDADE PARA COM OS MORTOS: RITUAIS CRISTÃOS E A MORTE MEDIEVAL	30
1.3 MEDICALIZAÇÃO E SANITARISMO: TRANSFORMANDO O ESPAÇO DOS MORTOS	37
1.4 A SECULARIZAÇÃO EM DEBATE: CORPOS MORTOS ENTRE O SAGRADO E O PUTREFATO.....	46
2 CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO JOSÉ: HISTÓRIA EM MÚLTIPLAS VOZES	51
2.1 SEM A CIDADE, NÃO EXISTIRIA A NECRÓPOLE: PONTA GROSSA, DO CAMINHO DAS TROPAS À VERTICALIDADE.....	51
2.2 RESQUÍCIOS DOS PRIMEIROS CEMITÉRIOS.....	55
2.3 CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO JOSÉ: DENTRE DISCURSOS E ARRANJOS ..	61
3 ENTRE CAL E TAIPA: CONSTRUÇÕES DE REMINISCÊNCIAS MATERIAIS...73	
3.1 COMO UM ESPELHO: A MATERIALIDADE DA CIDADE DOS MORTOS	73
3.2 ADENTRANDO OS MUROS: UM OLHAR DA PERSPECTIVA DO URBANISTA	76
3.3 MATERIAL DOS TÚMULOS: ENTRE INVESTIMENTOS E REVESTIMENTOS	84
3.4 JAZIGOS, MONUMENTOS E MAUSOLÉUS: FORMATAÇÃO DA CIDADE DOS MORTOS	91
3.5 VARIAÇÕES DE PADRÃO: NOVOS ESPAÇOS, VELHAS DISTÂNCIAS ENTRE CAL E TAIPA.....	97
4 PARA ALÉM DO CONCRETO: ELEMENTOS SIMBÓLICOS E REPRESENTAÇÕES DE ALTERIDADE	108
4.1 LIVRE MANIPULAÇÃO DE ESCOLHAS: O CEMITÉRIO E A MONUMENTALIDADE	108

4.2 O SIMBOLISMO NA ARQUITETURA: O ECLETISMO E A IMPONÊNCIA COMO RESPOSTA À MORTE	116
4.3 SIMBOLOGIA CRISTÃ: A SACRALIDADE DAS CRUZES, CRISTOS E MARIAS.....	122
4.4 ALEGORIAS: SENTIMENTOS PERSONIFICADOS EM ASAS, VIRTUDES E VIRGENS LACRIMOSAS.....	132
4.5 CELEBRAÇÃO DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE: PERPETUAÇÃO DA IDENTIDADE DOS MORTOS.....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
FONTES.....	159
REFERÊNCIAS	160



INTRODUÇÃO

A gente não é de um lugar enquanto não tem um morto enterrado nele...
(Gabriel García Márquez)

Um homem convidou a Morte para ser madrinha do seu filho. Como oferenda ao afilhado, a Morte decidiu enriquecer o compadre, fazendo dele um médico. Sempre que ele fosse visitar um doente, veria a Morte. Se ela estivesse na cabeceira da cama do enfermo, ele ficaria bem. Caso estivesse nos pés, o caso estaria perdido. Um dia, um príncipe adoeceu e o rei mandou chamar o médico, que ao chegar viu a Morte sentada aos pés da cama. Para não perder a riqueza oferecida pelo rei, mandou os criados virarem a cama e, assim, os pés passaram para a cabeceira e a cabeceira para os pés. Assim, a Morte não pôde levar o príncipe.

Um tempo depois, a Morte convidou o compadre para visitá-la, prometendo que o traria de volta para sua casa. Mostrando-lhe um salão de velas acesas, de todos os tamanhos, contou ao compadre que representavam a vida dos homens, e quando se apagassem, os homens morreriam. Ao ver que a sua própria vela estava no fim, o médico soube pela Morte que ele tinha horas de vida, mas que morreria em casa, como prometido. Já na cama, o compadre pediu à Morte para que jurasse que lhe permitiria rezar um Padre-Nosso antes de morrer. A Morte jurou e o compadre então começou a reza, porém, pouco tempo depois, parou, afirmando que demoraria anos para concluir a oração. A Morte foi embora, zangada com a sabedoria do compadre.

Anos depois, quando o médico já estava velhinho, este ia passando pelas suas propriedades, quando notou que os animais haviam furado a cerca e estragado os jardins. Contrariado, exclamou que preferia morrer para não ver uma miséria destas. Não terminou de fechar a boca e foi carregado pela Morte. “*A gente pode enganar a Morte duas vezes, mas na terceira é enganado por ela*” (CASCUDO, 2001, p. 341-343).

“*O Compadre da Morte*” é um conto popular narrado por Câmara Cascudo em “*Contos Tradicionais do Brasil*”, no qual estão reunidos diversos fragmentos da cultura popular nacional, compondo um riquíssimo quadro dos costumes, das crenças e do linguajar brasileiros. Cascudo também escreveu “*O Morto Brasileiro*”, na obra “*Tradição, Ciência do Povo*” (1971, p. 93-105), capítulo no qual apontou que os ritos e as tradições em relação à

morte são uma constante em todas as culturas, na qual a especificidade brasileira seria apenas uma variante, criada no bojo da relação cultural entre portugueses, africanos e ameríndios.

Constata-se que a morte, os ritos e tradições em seu entorno são presentes no imaginário sócio-cultural, especialmente pelas incertezas que a certeza da finitude humana acarreta. Ora as pessoas encaram a morte com serenidade, ora com um medo intenso e constante, muitas vezes escondido, mascarado. Não há noções, por mais peculiares ou estranhas que sejam, nas quais as pessoas não estejam preparadas para acreditar com profunda devoção, *“desde que lhes dê um alívio da consciência de que um dia não existirão mais, desde que lhes dê esperança numa forma de vida eterna.”* (ELIAS, 2001, p.12)

A partir dos espaços funerários, privilegiados para a expressão simbólica da morte, esta pesquisa se propõe a investigar a constituição das representações de alteridade nas construções tumulares presentes no Cemitério Municipal São José, desde a sua instituição na cidade de Ponta Grossa (PR/BR), em 1881. Para tanto, privilegamos os elementos materiais e simbólicos selecionados. Partimos do pressuposto de que a simbologia cemiterial objetiva a expressão ou a transmissão dos valores culturais, para o estabelecimento e reafirmação, ainda que de forma fragmentária, das identidades e relações sociais.

A pluralidade destes valores, expressos pelos espaços funerários e pela arte e história ali contidas, está profundamente relacionada às diferentes maneiras encontradas pelo ser humano para se lidar com a própria morte. Para aprofundarmos esta questão, investigaremos como tais elementos são expressos na distribuição espacial da necrópole e como são demonstrados nos ícones contidos nos túmulos desta, especialmente no que diz respeito à estatuária e à arquitetura. Entendemos que tais elementos são significativos para a compreensão das representações de alteridade.

Decidimo-nos pela baliza temporal de 1881 até os dias atuais, com destaque para o que se refere aos elementos materiais, considerando-se que a paisagem contemporânea dos cemitérios é fruto da sobreposição de várias camadas de representações construídas. Muitas vezes a “camada” que percebemos é apenas a mais recente (CYMBALISTA, 2002, p. 21). O espaço cemiterial é acrescido diariamente de novas representações – novos sepultamentos, reformas e ampliações nas construções, transferência de concessões, demolições, intervenções em geral.

Em outras palavras, a paisagem do Cemitério Municipal, tal como se encontra atualmente, constitui-se de um conjunto de fragmentos representacionais acumulados ao longo do final do século XIX aos primeiros anos do século XXI, ou seja, de 1881 aos nossos dias. Assim, optamos por trabalhá-lo em sua integridade, de modo a valorizar

tais camadas temporais, sobretudo no que diz respeito aos elementos materiais.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi realizado, túmulo a túmulo, um levantamento fotográfico, quantitativo e qualitativo dos dados cemiteriais, organizados em fichas catalográficas elaboradas com este fim. Tais dados foram em seguida processados em SIGs – *Sistemas de Informações Geográficas*, para a geração de cartogramas e gráficos a fim de instruir a análise qualitativa, contando com o apoio de outras ferramentas tecnológicas, imprescindíveis para a organização dos dados.¹

Parte-se do pressuposto de que a reflexão sobre o destino dos mortos em nossa sociedade permite a conciliação da rede de relações pessoais em torno dos mesmos e de sua memória. Isso ocorre porque com a finitude os mortos imediatamente passam a ser concebidos como exemplos e orientadores de posições e relações sociais. Para Damatta, vivemos em uma sociedade na qual “*os vivos têm relações permanentes com os mortos e as almas voltam sistematicamente para pedir e ajudar [...]*.” (DAMATTA, 1997, p. 146) Em nosso universo, os espíritos retornam para assegurar a continuidade da vida mesmo após a finitude, ou seja, representá-los e cultuá-los colabora para a própria recomposição do sentido da vida para os sobreviventes.

O espaço cemiterial, por conseguinte, é privilegiado para a expressão das práticas identitárias, visto que a individualização das sepulturas e os valores expressos nas mesmas demonstram o desejo de preservar a identidade e a memória dos mortos, servem à demonstração e/ou transmissão dos valores culturais e à própria reconstituição do sentido existencial para os que ficam. Entende-se que o culto aos mortos passa por um filtro de percepção, permitindo que somente os valores considerados essenciais pelos vivos, para a recomposição do sentido da vida, sejam expressos neste espaço, no qual esta pesquisa encontra-se circunscrita.

A continuidade dos mortos é estabelecida por intermédio da memória dos vivos; na pedra são impressos e (re)significados os seus valores, mediados pelo olhar dos sobreviventes. A individualização de cada túmulo, através da arquitetura, escultura, signos e

¹ Utilizamos os softwares SPRING 4.3.3 (Português), KOSMOS 0.8.3 e 2.0.1, GVSIG 1.11 e Inkscape 0.48.2. Discutimos a abordagem metodológica no artigo *Sistemas de Informações Geográficas: ferramentas tecnológicas para a pesquisa cemiterial*. Os SIGs – *Sistemas de Informações Geográficas* são uma tecnologia do mundo contemporâneo, que tem como característica principal a capacidade de integração e transformação de dados espaciais, entendidos como a descrição quantitativa e qualitativa dos fenômenos ocorridos no “mundo real” e que têm como premissa a reprodutibilidade, desde que satisfeitas as mesmas condições de coleta. Ao agregarmos valores intelectuais e subjetivos, os dados transformam-se em informações que, além de refletir o grau de reflexão do autor, constituem a base fundamental dos SIGs para a intervenção no meio social. (CARNEIRO, 2011)

simbologias, por exemplo, é indicativa do desejo de perpetuação existencial: busca-se expressar as particularidades dos mortos nas lápides, para preservar a memória e a personalidade dos mesmos. Constituem-se, desta forma, representações de *alteridade*, nas quais são combinados fragmentos da memória, por intermédio do conjunto simbólico.

Entende-se que estas representações de alteridade nas construções tumulares presentes no Cemitério Municipal São José demonstram não apenas a singularidade dos sepultados, mas também as trajetórias da coletividade na qual estavam inseridos. A leitura destes túmulos permite o vislumbre da multiplicidade de experiências que orientaram sua composição. Investigar as representações de alteridade nos túmulos selecionados pode revelar-nos os diversos espaços e modelos de que se valiam as famílias ou grupos para constituir a si mesmos, além de retratar um tempo que lhes deu essência e personalidade.

No que diz respeito ao modelo de análise simbólica, construímos o mesmo a partir de Borges (2002) e Bellomo (2000), os quais concebem os espaços funerários enquanto privilegiados para a expressão dos elementos sociais e culturais, sobretudo os cemitérios, que comumente exibem as mesmas características ecléticas que presidem os espaços dos vivos. A partir do foco interdisciplinar, devido essencialmente à complexidade e características singulares do objeto, nosso referencial teórico se constrói com base na história cultural, na arte e suas diversas manifestações e na geografia urbana, não apenas pelo instrumento de pesquisa, mas também pelo referencial conceitual.

Uma categoria essencial para o desenvolvimento do trabalho é a de *cidade*, tomada como elemento articulador da leitura do Cemitério Municipal, visto que o entendemos como reflexo do espaço urbano. Faz-se oportuno observar que as transformações na contemporaneidade têm conduzido os historiadores a se debruçar sobre os estudos da memória, o que amplia as inquietações acerca do cotidiano e favorece a abordagem do espaço urbano, contribuindo, dessa forma, para redefinir e expandir as noções tradicionais do significado histórico e diversificar as possibilidades de análise sobre a cidade que, de pano de fundo, passou a ser percebida como objeto, questão e/ou problema (MATOS, 2002, p.32-33).

Atualmente, a problemática da cidade, demonstrando-se múltipla, passou a considerar as tensões urbanas vivenciadas de forma fragmentada e diversificada, relacionadas ao espaço e aos jogos de memória, pois as cidades passam a ser entendidas como territórios que condicionam múltiplas experiências.

As tensões urbanas surgem como representações do espaço – suporte de memórias contrastadas, múltiplas, convergentes ou não, mas que delineiam cenários em constante movimento, em que esquecimentos e lacunas constroem redes simbólicas diferenciadas. Discursos diversos fazem da cidade lugar para se viver, trabalhar,

rezar, observar, divertir-se, misturando-se os laços comunitários e étnicos, criando espaços de sociabilidade e reciprocidade, no trabalho e no lazer, em meio às tensões historicamente verificáveis. (MATOS, 2002, p. 35)

Nessa perspectiva, também estamos a considerar o próprio Cemitério Municipal São José como “*suporte de memórias contrastadas*”, ponto de convergência entre disputas e tensões, impondo-se como um documento de múltiplas histórias à espera de serem decifradas. Os estudos de Barros (2007) e Lefebvre (2011) colaboram para o entendimento da necrópole atrelado ao conceito de urbano, o qual torna possível a articulação entre os elementos materiais e simbólicos, em associação à categoria de “espaço”.

O espaço urbano, permeado por campos de lutas e representações, elementos materiais e simbólicos, é um produto social, resultado das ações acumuladas através do tempo, engendradas por indivíduos que produzem e, ao mesmo tempo, consomem espaço (CÔRREA, 2003, p. 11). Uma pequena porção deste, o espaço cemiterial também é percebido como reflexo e condição da sociedade, cuja dimensão social corresponde ao espaço urbano em grande escala, de forma temporal e justaposta. No processo de produção e consumo do espaço, seja o urbano, seja o cemiterial, a ação dos indivíduos é complexa, conduzindo a constantes transformações em sua dinâmica.

Tomamos o espaço enquanto elo mediador da transmissão cultural, contribuindo para transferir de uma geração para outra os saberes, crenças, atitudes sociais, ou seja, as próprias práticas identitárias, para o estabelecimento e reafirmação das relações sociais. A geografia humanista e cultural contribuiu para o entendimento do espaço enquanto “espaço vivido”, ao estar assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo. O cemitério, como o espaço urbano, campo de representações simbólicas, através dos múltiplos signos presentes neste espaço vivido, traduz tanto o projeto vital de toda sociedade, o de subsistência, de sobrevivência, quanto suas crenças e aspirações, o mais íntimo de suas práticas culturais (CORRÊA, 1995, p. 30-35).

Assim, estes estudos, exemplificados aqui nos escritos de Côrrea (1995 e 2003), nos auxiliam a identificar o espaço cemiterial enquanto experiência individual e coletiva, reflexivo da cidade na qual está inserido e portador das tensões e representações sociais inerentes à mesma. O conhecimento dessas representações oferece a compreensão de como os sujeitos sociais apreendem os acontecimentos da vida diária, as características do meio, as relações sociais e as práticas identitárias, elementos estes que serão selecionados e levados ao espaço cemiterial, para a individualização das sepulturas.

A representação deixa ver uma ausência, estabelecendo-se a diferença entre aquilo que representa, ou seja, o representante, e o que é representado. Ao mesmo tempo, a representação afirma uma presença daquilo que se expõe no lugar do outro.

Entre uma e outra função, viabiliza-se a construção de um sentido, sendo a tarefa do historiador atingir esta inteligibilidade, usando o conceito como um instrumento para interrogar o mundo, garantindo a sua inserção como categoria central para uma nova episteme para a história. (PESAVENTO, 1995, p. 291)

Para o aprofundamento do conceito de representação social e sua inteligibilidade, reportamo-nos à Moscovici (2007), Cardoso e Malerba (2000) e Minayo (2003). Nos últimos anos, este conceito tem constado com grande frequência no campo da transdisciplinaridade, seu território por excelência. Possui raízes na sociologia, além de presença marcante na antropologia e na história das mentalidades, e ainda tem sido integrado criticamente à psicologia, contribuindo significativamente para a produção de saberes não fragmentários. Atravessa as ciências humanas e não é patrimônio de uma área em particular.

Representação Social é um termo de cunho filosófico, que vem a significar a *“reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento”* (MINAYO, 2003, p. 89). Para Moscovici (2007, p. 40), todas as interações humanas pressupõe representações, fazem-se presentes enquanto parte estruturante do comportamento e da estrutura social. Originadas coletivamente, são compartilhadas por todos e reforçadas pela tradição, de forma a constituir a própria realidade social.

Assim, as representações sociais podem ser entendidas como reprodução, quando se fornece um “contorno” a determinadas idéias ou percepções, sendo assegurada uma vinculação social da mesma, coerente ao grupo no qual está inserida, além da atribuição de um valor funcional. Em outras palavras, faz-se com que todos os membros de um determinado grupo, que pode ser familiar, profissional ou étnico, por exemplo, recorram a um mesmo capital cognitivo, a representação social enquanto forma de conhecimento e apreensão do real (CARDOSO; MALERBA, 2000, p. 10). Ao assegurar este capital comum aos indivíduos do mesmo grupo, as representações facilitam a comunicação entre os mesmos, bem como a preservação dos caracteres identitários.

Através das imagens funerárias se estabelece a expressão do conteúdo simbólico, em geral facilmente assimiláveis pelo grande público, cujo uso objetiva a transmissão ou a expressão de valores culturais, conforme já afirmado. Segundo Dalmáz (2000, p. 120), este processo de representação simbólica pode ser tomado como ato comunicativo, no qual a cultura e os padrões sociais são transmitidos por meio de símbolos,

como objetos, letras, esculturas e outros. Procedimento representacional, a simbologia contribui, deste modo, para o estabelecimento das relações sociais e transmissões culturais.

O símbolo pertence à categoria dos signos ou sinais. Quando sinais constituem uma unidade com aquilo que significam, chamamo-los símbolos. Em sua etimologia original, o símbolo é um objeto cortado em dois, cujas partes reunidas permitem reconhecer-se a quem as possui. O símbolo é bipolar, conjugando o visível e o invisível, o presente e o distante, o idêntico e o distinto. Símbolo é um objeto, um gesto, um elemento, um movimento ou uma ação que vale não o que é em si, mas o que significa. (ZILLES, 1996, p.12)

Perscrutamos as representações por intermédio dos elementos simbólicos presentes no Cemitério Municipal São José, dentre os quais alegorias e traços arquitetônicos, buscando a compreensão da dinâmica social que lhes consente fundamento e alimenta as práticas identitárias, de modo que a categoria de representação é associada à “identidade” e à “memória”. Ressalta-se que a reafirmação identitária faz-se através do diálogo com o outro e atua seguindo um padrão de atos verbais e não verbais, conforme interage com códigos construídos e/ou impostos neste processo.

Compreendemos a identidade, a exemplo de Mendes (2002, p. 489-523), como ponto de ligação entre os nossos discursos e práticas e os processos que produzem a subjetividade e nos constroem enquanto sujeitos, objetivando apresentar uma concepção identitária múltipla, diversificada e narrativamente construída – é o que nos oferece o espaço cemiterial. O autor valoriza o invisível, o não-dito e o papel do outro, observando que as identidades são socialmente distribuídas, em constante manutenção, contextualização e interação social. Construídas no e pelo discurso, as identidades são originadas na necessidade de controle do espaço social e físico e definidas como negociações de sentido.

Na perspectiva dos textos e leituras, que possibilita a formulação de várias proposições que articulam de maneira nova os recortes sociais e as práticas culturais, não somente na área de História da Leitura, mas para a História Cultural, de maneira geral, em “*O mundo como representação*”, Chartier (1991, p. 182-183) defende a relação entre as objetividades das estruturas e a subjetividade das representações. Isso exige considerar os esquemas geradores dos sistemas de classificação e de percepção identitária como verdadeiras “instituições sociais”, incorporando sob a forma de representações coletivas as divisões da própria organização social.

Buscamos compreender o processo representacional que se faz presente neste espaço vivido, o Cemitério Municipal São José, e que visa transformar o desconhecido em conhecido, constituindo estas familiaridades, ou seja, as identidades. Para tanto, reportamo-nos aos estudos de Chartier (1991), Cymbalista (2002), Sorio (2009), Grassi

(2006) e Elias (2001 e 2009), os quais apresentam desde leituras de elementos artísticos funerários à dinâmica das representações e relações de identidade.

Diante de tais ponderações, a discussão então proposta foi estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo, “*A morte e os homens*”, diz respeito à construção da expressão simbólica da morte, ao entendermos que os rituais funerários, os cultos religiosos e as manifestações artísticas em diferentes culturas são múltiplos, aos quais são inerentes diversos sentidos assumidos pela questão da morte. De modo panorâmico, percorremos como a finitude foi sendo apropriada em diferentes culturas, passando pela Idade Média e a familiaridade para com a morte, até o lento processo de segregação dos mortos da cidade dos vivos. Concluimos apresentando a instauração dos novos espaços para sepultamentos, os cemitérios extramuros, e o processo de secularização, que transformaria intimamente as relações entre vivos e mortos.

No segundo capítulo, “*Cemitério Municipal São José: história em múltiplas vozes*” abordamos certos aspectos da história da cidade de Ponta Grossa e da fundação e desenvolvimento do Cemitério Municipal São José. Utilizamos, para tanto, a legislação municipal referente à matéria; algumas notícias publicadas pelos periódicos locais (Jornal Diário dos Campos e Diário da Manhã), bem como bibliografias regionais, objetivando perceber, desta forma, a multiplicidade de discursos ao se tratar da temática cemiterial, mais precisamente da referida necrópole.

Em “*Entre cal e taipa: construções de reminiscências materiais*”, terceiro capítulo desta dissertação, investigaremos os elementos materiais da necrópole, discutindo a inerência do espaço cemiterial ao contexto urbano, no qual o mesmo está inserido. Essa reflexão se deu através da análise dos cartogramas desenvolvidos no decorrer da pesquisa, assim como gráficos e tabelas de apoio, apontando para a existência de áreas de concentração de particularidades no espaço cemiterial, como por exemplo, uso de materiais nobres, formato das construções, imagens funerárias alegóricas, dentre outros.

No quarto e último capítulo “*Para além do concreto: elementos simbólicos e representações de alteridade*”, ao conceber o cemitério como campo de convívio e embates de múltiplas tradições e possibilidades culturais, dedicamo-nos à discussão acerca da simbologia presente no Cemitério Municipal São José, que objetiva transmitir ou expressar os valores culturais, para o estabelecimento e reafirmação da representações de alteridade. Buscamos exemplificar esta simbologia através essencialmente da arquitetura, da escultura e de outros elementos decorativos e/ou celebrativos, como os epitáfios, sem a intenção de esgotar as possibilidades culturais presentes no espaço em questão.

Em resumo, os cemitérios são aqui pensados como “*espaços do vivido*”, que passam por um processo de simbolização, pois são nutridos de lembranças particulares e, ao mesmo tempo, coletivas e plurais. Deste modo, buscamos compartilhar a compreensão da relação entre os recursos materiais e simbólicos e a constituição das representações de *alteridade* que se têm estabelecido no Cemitério Municipal São José, atentando para as relações de significação e para a linguagem própria do espaço cemiterial.

1 A MORTE E OS HOMENS

Morrer é transitar de um estado para outro. Quem morre transforma-se. Continua a viver inorganicamente, transmutado em gases e sais, ou organicamente, feito luciferas, necróforas e uma centena de outras vidinhas esvoaçantes.

(Monteiro Lobato)

O que é a morte, afinal? Em suas linhas de poesia, Fernando Pessoa protestou que o próprio viver é morrer, porque na vida não temos um dia a mais que não tenhamos por consequência um dia a menos. É a angústia perante esta consciência do morrer que faz com que o ser humano, ser finito e histórico, constantemente e desde os tempos mais remotos, busque respostas alternativas para a problemática da finitude, seja ritualizando-a e simbolizando-a, seja interditando-a e ocultando-a.

A partir de uma destas alternativas, a dos espaços funerários, este trabalho buscou analisar elementos da simbologia e constituição material do Cemitério Municipal São José, localizado na cidade de Ponta Grossa/PR, destacando a influência do espaço urbano que o abriga. Para compreendermos a constituição e a utilização destes espaços nos nossos dias, faz-se necessária a apreensão do processo de construção da expressão simbólica da morte.

1.1 DA MORTE E SEUS PODERES: AS PRIMEIRAS RESPOSTAS À FINITUDE

Os rituais funerários, os cultos religiosos e as manifestações artísticas em diferentes culturas e temporalidades são múltiplos, aos quais são inerentes diversos sentidos assumidos pela expressão simbólica da morte. Diferentes sistemas de religião e de metafísica são respostas dadas, historicamente, à pergunta acerca do sentido da vida, relacionado à experiência da morte, porque os seres humanos são os únicos que possuem consciência de sua finitude. A morte é problemática para os vivos, de modo que a sua ritualização tem tido a função de lidar com o contexto da finitude. O sentido deste jogo existencial do ser humano, na dualidade entre vida e morte, elabora-se e apresenta-se para os sobreviventes.

Para Vernant (1989, p. 86):

[...] De la mort em elle-même, des morts chez les morts, il n'y a rien à dire. Ils sont de l'autre côté d'un seuil que personne ne peut franchir sans disparaître, que nul mot ne peut atteindre sans perdre tout sens: monde de la nuit où règne l'in audible, à

la fois silence et vacarme.²

A necessidade entre os homens de se prepararem para a morte faz com que o perfil simbólico da mesma, em cada sociedade, seja resultante da maneira como o fato bruto da finitude é assimilado, preenchido de significação cultural e inscrito no sistema dos valores que asseguram o funcionamento e a reprodução de uma determinada ordem social. Esta assimilação

[...] desempenha um papel decisivo na constituição e na manutenção de sua própria identidade coletiva, na medida em que essa integração da morte e da relação com ela constitui um dos elementos mais relevantes para a formação de uma tradição cultural comum. (GIACOLA JUNIOR, 2005, p. 14-15)

A experiência de morte é variável e específica entre os grupos humanos. Não importa o quanto possa parecer natural, ou mesmo imutável aos membros de cada sociedade, tal experiência sempre foi decorrente de aprendizagem, pois se compõe dos valores culturais próprios de cada comunidade. Conforme Elias (2001, p. 11), as respostas à pergunta sobre a natureza da morte são alteradas no curso do desenvolvimento social. Correspondentes a estágios e específicas conforme os grupos, idéias de morte e os rituais correlativos tornam-se um aspecto de socialização.

É de uso corrente nos estudos dos vestígios de cultura material a noção das práticas mortuárias como exercícios de natureza conformativa. Segundo Ribeiro (2007, p. 144) tais práticas “*tendem a manter-se no tempo, e que, tendo um padrão de continuidade acentuado, pertencem às estruturas de longa duração.*” Porém, a manutenção de padrões funerários por longos anos, conforme a natureza conformativa, não implica acomodação social sem alterações. Do mesmo modo, as rupturas destes padrões também não podem ser associadas diretamente às mudanças sociais características do tempo em questão, porque uma mudança nos padrões das práticas pode não ser contemporânea às alterações estruturais, uma vez que isso implicaria desconsiderar as resistências das mesmas.

Acredita-se que, desde os tempos mais remotos, os seres humanos buscam respostas para a problemática da morte, expressão esta fundamental aos rituais fúnebres; os primeiros vestígios de crenças na vida após a morte remetem ao início do período paleolítico. Bayard (1996, p. 43) informa que todas as sociedades arcaicas demonstram que, ao tomar consciência da morte, o homem procurou a desintegração do envoltório carnal, praticou ritos que comprovam suas crenças no além e procurou facilitar o acesso a uma nova vida.

² Da morte, nela mesma, dos mortos entre os mortos, não há nada a dizer. Eles estão do outro lado de um limiar que ninguém pode transpor sem desaparecer, que nenhuma palavra pode alcançar sem perder todo sentido: mundo da noite onde reina o inaudível, ao mesmo tempo silêncio e alarido (tradução nossa).

Desde que os homens começaram a se ocupar dos cadáveres de seus mortos (as primeiras sepulturas conhecidas são de aproximadamente 35 mil a.C.), estão registradas basicamente quatro tipos de práticas funerárias: a da pedra tumular (o corpo é esmagado por uma pedra, possivelmente com o objetivo de impedir o retorno do morto ao mundo dos vivos); a do dessecamento (o corpo é deixado sobre uma palafita, exposto ao ar, para secar e aos abutres, para o devorarem); a da cremação, que teve origem a partir do domínio do fogo (o corpo é queimado e transformado em cinzas) e a do enterramento (o corpo é depositado em uma cova e coberto por terra ou pedras), sendo esta a mais difundida. (CHIAVENATO, 1998, p. 12)

[...] é possível observar a importância dos ritos funerários na manutenção da relação entre o homem e a morte. São os ritos mortuários que demonstram os cuidados e as preocupações humanas diante do “fantasma” de sua finitude. Podemos, desta forma, percebê-los como fenômenos sociais que envolvem os mortos - que devem, a partir de tais cuidados, se adaptar a sua nova “vida” - e os vivos - que diante da perda também se submetem a padrões de comportamento e de reorganização da vida. (FREIRE, 2005, p. 04)

Enquanto fenômeno social, a morte e os ritos a ela associados consistem na função de desagregar o morto do mundo dos vivos, o que exige a desestruturação e a reorganização das categorias mentais e dos padrões de relacionamento social, num contínuo processo de adaptação.

Em se tratando do tema da morte, compreendemos que o despertar para a consciência deste fato inadiável da vida é despertar para a consciência da própria finitude. A aquisição desta consciência é uma conquista, pois os ritos que nascem entorno à morte são episódios de superação da crise nascidos no embate com esta experiência. Mitos, magias e religiões apresentam-se como respostas para a crise da morte. As construções imaginárias e representações elaboradas acerca da morte são de ordem social, petrificadas pela experiência de idade, classe, região e cultura. (ALMEIDA, 2007, p. 39)

A morte nas sociedades primitivas, especialmente nas totêmicas, por exemplo, nos primeiros clãs egípcios, resultava de uma intervenção maléfica externa (feitiços ou obra de um ancestral que voltou para buscar um membro da comunidade). Os mortos continuavam presentes em toda a vida cotidiana, como espíritos, ou nos totens, regendo a caça e as colheitas, por exemplo. Muitas religiões assimilaram este pressuposto, originando assim a concepção da alma imortal. (CHIAVENATO, 1998, p. 13)

Com o início da crença na dualidade corpo e alma, as sepulturas passaram a ser mais fundas, para garantir que os mortos não pudessem retornar para a existência terrestre. A presença do corpo morto incomodava e dessa forma, *“muitas das práticas funerárias e pós-funerárias visam proteger os vivos do espectro maléfico ligado ao cadáver que apodrece.”*

(BELLATO; CARVALHO, 2005, p. 101) A revelação da morte do outro, evidenciada na presença do cadáver, leva a percepção da finitude de si mesmo.

Todavia, com o aparecimento das religiões e a ampliação das crenças antigas, “*em lugar de impedir a volta do morto, preparavam-se os caminhos de seu retorno ou então de seu ingresso em mundos especiais, criados pelo imaginário dos povos.*” (CHIAVENATO, 1998, p. 13) Nessa perspectiva, a civilização egípcia cunhou um deus da morte quarenta e cinco séculos antes de Cristo: Anúbis, filho de Osíris e de sua irmã Neftis, cuja origem é possivelmente resultante das primeiras crenças relacionadas aos cuidados com o corpo e à destinação humana após a morte (BAYARD, 1996, p. 99 *et seq*).

Anúbis é o deus que dirigia as pompas fúnebres e acompanhava os mortos na viagem para o além. Defendia os mortos e suas moradas, desde a simples cova no deserto à luxuosa pirâmide dos faraós. Era invisível, e, quando os malfeitores ameaçavam a sepultura, ele os assombrava, uivando como o vento. À sua mãe Neftis atribui-se a instituição do embalsamento. O primeiro a ser embalsamado, por sinal, foi Osíris. (CHIAVENATO, 1998, p. 21)

Osíris havia sido esquartejado por seu irmão Seth. Ísis, outra esposa de Osíris, e também sua irmã, reuniu seus pedaços, fazendo com que voltasse à vida. Juntos conceberam Hórus, que posteriormente lutou contra Seth e o venceu, vingando a morte do pai. “*Osíris é o guardião da Morte e reina no Império dos Mortos. Hórus é o deus da luz e dele descendem os faraós. Todos esses deuses estão intimamente relacionados com a morte.*” (CHIAVENATO, 1998, p. 21) Ademais, o Livro dos Mortos preparava e aconselhava os egípcios para o momento da morte e para a chegada ao outro mundo.

Ressalta-se que em muitas das sociedades antigas, como a egípcia, a lógica da vida era perpassada pela afirmação de continuação e de plenitude, mesmo após a morte. A morte era canalizada pelos ritos familiares e sociais, expressos como sistemas de defesa que não concebiam a morte como ausência ou separação irreparáveis. As crenças na necessidade de preparar-se para a morte estão presentes nas primeiras manifestações das mais antigas civilizações, especialmente no que se refere ao culto aos mortos, sendo que muitas destas práticas ainda encontram resquícios nos dias atuais, em ritualizações, representações fúnebres e práticas de sepultamento.

O culto aos antepassados é uma prática comum às religiões antigas. Acreditava-se, basicamente, que o morto passava a viver em uma outra sociedade, de forma sensivelmente equivalente à terrestre, todavia, conhecendo os ritos desta sociedade e também participando deles. “*Os mortos, sem dúvida em relação com divindades, estão no segredo dos deuses; seus poderes são superiores aos nossos.*” (BAYARD, 1996, p. 74) Os rituais fúnebres

“têm também a função de fazer o morto completar a viagem para o seu território definitivo, protegendo, dessa forma, a comunidade contra o seu retorno.” (BELLATO; CARVALHO, 2005, p. 100.) Nesta concepção, a morte era percebida como uma passagem, na qual as cerimônias fúnebres assumem a função social de preparação para a mesma:

Por meio delas, o defunto é conduzido na travessia para o outro lado, para a outra margem da existência, marcando entre os vivos a presença de um vazio, escavando uma ausência positiva que se conserva, de diferentes maneiras, na memória coletiva dos que sobreviveram. As cerimônias fúnebres são, portanto, o memorial de passagem dos que deixaram a vida e adquiriram um novo status social: o estatuto que pertence à condição de morto. (GIACOIA JUNIOR, 2005, p. 14)

O desconhecimento, acerca da possível nova existência do morto, conduzia, em geral, a uma prática de dualidade: ao mesmo tempo em que os mortos eram cultuados, e até mesmo preparavam-se os caminhos para que pudessem ter acesso à existência em outros planos, os vivos também tomavam providências para que aqueles não pudessem retornar a este mundo, ante o fato de possuírem poderes desconhecidos. Conforme vestígios referentes ao período pré-colonial, dentre os índios kaingang, que habitavam a região do município de Palmas, no interior do Paraná³, acreditava-se que o morto oferecia grande perigo à comunidade e deveria ser afugentado, através de ritos de passagem, os quais envolviam até mesmo a participação de outras tribos, também convidadas para a realização da cerimônia (MELATTI, 1970, p. 121).

Nas principais civilizações da antiguidade, como a mesopotâmica, apesar das diferenças fundamentais “quanto ao significado ético-religioso da morte, esta se apresenta sempre como um limiar intransponível, uma fronteira que delimita uma região de sombras definitivamente inacessível para os vivos.” (GIACOIA JUNIOR, 2005, p. 14) De certa forma, estes traços comuns permaneceram nas religiões modernas, motivados e fundamentados pelo medo da morte, assim como alguns aspectos destes primeiros costumes se fazem presentes nas representações simbólicas dos cemitérios contemporâneos.

O medo dos antigos com relação à morte dará origem a alguns costumes que perduram até hoje em muitas regiões. Assim que começaram os primeiros sepultamentos com caixões, enquanto o morto era transportado para o local do enterro, espalhavam-se cinzas no caminho para confundir o espírito e impedir que ele encontrasse a estrada de volta. Começaram a fechar os olhos do morto para que este não visse o caminho até a sepultura e por ele retornasse. (CHIAVENATO, 1998, p. 16-17)

Discutir estes rituais funerários, referentes à relação das sociedades

³ Os primeiros povos agricultores e ceramistas, ancestrais de índios Jê, conhecidos como Guaianá, Coroado, Gualacho e Pinaré, representados atualmente pelos Kaingang e Xokleng, chegaram ao Paraná há quatro mil anos, provenientes do planalto central brasileiro, aos poucos dispersando-se por todo o território paranaense.

primitivas e antigas para com os mortos e a morte, justifica-se porque ao visualizarmos no arco histórico as maneiras encontradas pelo humano para responder à finitude, observamos que estas são respostas das quais ainda se preservam elementos nos cemitérios contemporâneos, como o Cemitério Municipal São José. Os rituais funerários se relacionam aos cemitérios e, por consequência, ao nosso objeto de estudo, à medida que as transformações perante à finitude comumente são lentas ou se situam em períodos de imobilidade. Não podemos descartar, conforme já aventado, as resistências nos costumes fúnebres, apesar das alterações temporais, do mesmo modo que não podemos visualizar os ritos fúnebres como fixos ou imutáveis. A expressão simbólica da morte é uma constante social e histórica, presente tanto nas sociedades arcaicas, quanto nas sociedades contemporâneas.

1.2 A FAMILIARIDADE PARA COM OS MORTOS: RITUAIS CRISTÃOS E A MORTE MEDIEVAL

A palavra cemitério (do latim tardio *coemeterium*, derivado do grego *κοιμητήριον* – *kimítirion*, a partir do verbo *κοιμάω* – *kimáo* – “pôr a jazer” ou “fazer deitar”) significa “lugar de dormir” ou “lugar de descanso”. Atribuída pelos primeiros cristãos aos terrenos destinados às sepulturas dos seus mortos, segue o conceito da religião hebraico-cristã, de acordo com a qual a morte nada mais é do que um sono que termina com a ressurreição. Segundo Carollo (1995, p. 5), originalmente a palavra cemitério designava a parte exterior da igreja, isto é, o adro ou atrium. O próprio conceito de igreja era mais abrangente, ao incluir não apenas o interior da mesma, mas também todos os espaços circundantes.

Os primeiros cristãos eram enterrados em cemitérios judeus, para os quais os mortos deveriam permanecer afastados do domínio dos vivos, conforme previa a Lei das Doze Tábuas: “*Que nenhum seja inumado, nem incinerado dentro da cidade.*” Porém, com o desenvolvimento da comunidade cristã, houve a necessidade da instituição de cemitérios próprios, por volta do segundo século, mas ainda assim, não ocorriam na cidade. As catacumbas (junto ao fundo), foram os primeiros cemitérios cristãos e eram afastados do meio urbano, ainda que não fossem uma inovação destes, já existindo no Egito, em Malta e na Tunísia. (CAROLLO, 1995, p. 6-7)

A entrada dos mortos na cidade é iniciada com o culto dos mártires de origem africana, entre os séculos IV e V, sobretudo em Roma. Ariès (2003, p. 38) esclarece

que os mártires eram enterrados nas necrópoles extra-urbanas, comuns aos cristãos e pagãos, cujos locais venerados atraíam as sepulturas.

As comunidades cristãs adotaram esses locais de sepultamento dos mártires como focos locais de culto, os lugares mais sagrados da sua geografia. Acreditava-se que o santo estava presente em sua tumba na terra, e ao mesmo privando da companhia de Deus no paraíso celeste, lugar conquistado por sua trajetória de morte, para onde os bons cristãos iriam após o juízo final. Os túmulos dos mártires eram assim os locais onde se fundiam céu e terra, passado, presente e futuro. (CYMBALISTA, 2011, p. 32)

Com o tempo, esses lugares atraíram também as basílicas. Ainda por volta dos séculos IV e V, a Igreja já havia se consolidado e dispunha de riquezas que podia e necessitava empenhar. Isso incentivou a construção por parte dos bispos de templos monumentais nos túmulos dos mártires, o que colaborou definitivamente para a expansão das fronteiras da própria cristandade. Dessa forma, a distinção entre os bairros periféricos, *extra urbem*, onde se enterrava *ad sanctos*, e a cidade, proibida às sepulturas, desaparecia.

A separação entre a abadia cemiterial e a igreja catedral foi então apagada. Os mortos, já misturados com os habitantes dos bairros populares da periferia, que se haviam desenvolvido em torno das abadias, penetravam também no coração histórico das cidades. A partir de então, não houve mais diferença entre a igreja e o cemitério. (ARIÈS, 2003, p. 40)

No âmbito familiar, a finitude não deixava de ser uma cerimônia pública; a morte era então esperada no leito e organizada pelo próprio moribundo, de ordem ao mesmo tempo cristã e tradicional. A admissão da morte era tranqüila e os ritos fúnebres eram cumpridos de modo cerimonial, porém sem dramaticidade excessiva. “*Assim se morreu durante séculos ou milênios. Em um mundo sujeito à mudança, a atitude tradicional diante da morte aparece como uma massa de inércia e continuidade.*” (ARIÈS, 2003, p. 35) O autor chama essa perspectiva de “morte domada”, definindo-a como familiar e próxima, por um lado, e atenuada e indiferente, por outro.

Rodrigues (1983) destaca que no medievo, em todos os níveis, a morte é pública e comunitária. A morte se faz anunciar e a imagem predominante era de um laço contínuo entre vivos e mortos.

Na Idade Média, a morte desempenha um papel imenso nas artes, nos jogos, na decoração religiosa ou leiga, na pedagogia. A cada passo, pensa-se na vida, na morte, na vida eterna. Quando a morte aparecia, era recebida com simplicidade e tomavam imediatamente as providências rituais de tratamento do cadáver e de comunicar a todos a sua chegada. (RODRIGUES, 1983, p. 119)

Ressalta-se que a idéia da morte individualizada é moderna. Na Idade Média e até meados dos séculos XVI e XVII, a destinação do corpo e dos ossos, vistos como

invólucros da alma, era orientada conforme à proximidade aos santos e/ou às suas relíquias. Isso asseguraria uma intercessão especial destes e desta forma, a própria salvação da alma, considerada imortal. “*O corpo era confiado à Igreja. Pouco importava o que faria com ele, contanto que o conservasse dentro de seus limites sagrados.*” (ARIÈS, 2003, p. 42)

A proximidade com os sepulcros também servia para lembrar os fiéis da morte, dos pecados cometidos e de orar pelas almas do purgatório. Isto significava para o cristão, segundo Rodrigues, uma possibilidade de resgate da alma após a morte. Ao se basear na doutrina de que existia um local purificador, onde seria possível a salvação antes do Juízo Final, acreditava-se que para a obtenção da satisfação das penas, os indivíduos poderiam ser auxiliados pelos sufrágios dos vivos, através de missas, esmolas, preces e obras piedosas. (RODRIGUES, 1997, p. 154-155)

Além disso, a entrada dos mortos na igreja e em seu pátio, conforme já observado, não impediu que esta permanecesse um local público. Poderia ser local de refúgio, ponto de encontro, também destinado a práticas comerciais, danças e jogos.

O lugar dos mortos era aquele em que se vivia. O cemitério, o centro da vida social. Com a igreja, não constituía só ou principalmente o lugar onde se enterravam os mortos: até o século XVII, é uma praça pública, um sítio onde se comercia, em que as proclamações e todos os modos de informação coletiva têm lugar. Aí se passeia, se brinca e se diverte. Em suma, o lugar mais barulhento, movimentado e confuso da cidade. (RODRIGUES, 1983, p. 125)

O cemitério era, portanto, esse espaço onde as pessoas se reuniam para as mais diversas manifestações, sejam sagradas, sejam profanas, sem se incomodar com a proximidade dos mortos. Muito embora aos poucos fossem surgindo sinais constrangedores, e/ou de intolerância referentes à coexistência entre os vivos e os mortos, até meados do século XVI, segundo Ariès:

Durante mais de um milênio estava-se perfeitamente acomodado a esta promiscuidade entre os vivos e os mortos.
O espetáculo dos mortos, cujos ossos afloravam à superfície dos cemitérios [...] não impressionava mais os vivos que a idéia de sua própria morte. Estavam tão familiarizados com os mortos quanto com sua própria morte. (ARIÈS, 2003, p. 45)

A publicidade das práticas mortuárias não era restrita ao contexto europeu, ao qual Ariès e Rodrigues fazem referência. Valdés, em “*Itinerario de los muertos em el siglo XIX mexicano*”, afirma que na sociedade mexicana os rituais funerários também mantinham caráter de marcada exterioridade, o que perdurou até meados do século XVIII.

La presencia religiosa em las calles era particularmente notoria durante el traslado procesional del viático a los moribundos. Los más altos funcionarios estaban obligados inclusive a mostrar veneración ante el “sagrado misterio” debiendo ceder

su coche y acompañar al viático a pie hasta la iglesia, independientemente de las tareas que estuvieran realizando em ese momento. (VALDÉS, 2009, p. 35)⁴

Váldeś segue observando que a procissão fúnebre, que seguia da casa mortuária até a igreja e ao local de sepultamento, no México, era um dos aspectos mais importantes do cerimonial de exéquias. Estes aspectos constituíam, até mesmo, um espaço de doutrinação, pois os elementos que se incluíam aí, como as cruzeiras e atavíios funerários, referiam-se aos princípios que a autora chama de “monárquico-religiosos”, colaborando para configurar a consciência religiosa dos fiéis.

Disseminou-se, através dos costumes europeus, a crença de que a alma estaria protegida desde que o corpo fosse sepultado em solo sagrado, ou seja, dentro do âmbito da igreja e imediações, para que pudesse ressuscitar no Dia do Juízo Final. Esses costumes também se fizeram presentes no território brasileiro, sobretudo através da influência do catolicismo trazido pelos portugueses, a partir do período colonial. Tanto na Europa quanto no Brasil, mesmo após a morte, as preocupações com a destinação da alma eram recorrentes, o que explica a grande quantidade de missas celebradas em favor das almas. “*Após sepultado, os vivos intervinham com missas e orações que, segundo a crença, diminuían as penas do purgatório e antecipavam a chegada dos mortos ao paraíso.*” (VIEIRA, 2002, p. 33.) A partir destas crenças, a intervenção dos vivos era essencial, mesmo após a morte, visto que se esperava que as missas e as orações antecipassem a chegada dos mortos ao paraíso.

Até o momento do sepultamento, uma série de ritos e práticas era celebrada, objetivando afastar as possibilidades malignas e possibilitar aos mortos uma passagem tranquila ao além. Se o morto conseguisse alcançar o paraíso, com o auxílio das orações dos vivos, então poderia interceder pelos sobreviventes junto aos céus, facilitando-se assim, a futura incorporação destes à comunidade dos mortos. Daí resulta a preocupação dos vivos para com os mortos, e não somente para com a sua própria morte. Parte destes elementos ainda são conservados nos costumes funerários contemporâneos, relacionados a constituição dos cemitérios, como por exemplo as orações e velas recorrentemente ofertadas aos mortos.

Influenciado pelos costumes europeus, no Brasil, com a predominância do catolicismo, também foi difundida a prática dos enterros dentro ou nas proximidades das igrejas, *ad sanctos*, apoiando-se na crença de que tal proximidade com as santidades, ou mesmo suas relíquias, facilitava a passagem a um mundo extraterreno, assegurando a salvação

⁴ A presença religiosa nas ruas era particularmente notória durante o traslado processional do viático aos moribundos. Os mais altos funcionários eram obrigados até mesmo a mostrar reverência ante o “mistério sagrado” devendo ceder seu carro e acompanhar o viático a pé até a igreja, independientemente das tarefas que estivessem realizando neste momento (tradução nossa).

da alma. Desde o início da colonização portuguesa no Brasil, no século XVI, houve o predomínio do “catolicismo tradicional”. Em outras palavras, um catolicismo leigo, social e familiar, caracterizado especialmente pela integração entre os âmbitos leigos e religiosos, cabendo aos monarcas decidirem acerca da destinação da Igreja Católica, além da estreita relação entre a fé e a cultura. (PAGOTO, 2005, p. 50)

No cotidiano da colônia dos séculos XVII ao XIX, a despeito das prováveis diferenças locais e regionais, as atitudes perante a morte se acoplaram a uma pauta fúnebre bastante uniforme e de conhecimento generalizado.

As normas e os rituais eram regidos por uma clara legislação eclesiástica, consolidada em 1707 nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, primeiro código de regulamentação eclesiástica específico da Colônia, e difundidos por inúmeros manuais de “bem morrer” escritos em Portugal nos séculos XVII e XVIII. (CYMBALISTA, 2002, p. 31)

Tais constituições motivavam a inserção da morte no cotidiano colonial, a começar pelos locais de sepultamento que, desde os primórdios do povoamento, coincidiram sistematicamente com a localização dos templos, ou qualquer outro lugar sagrado. Isto porque, para os cristãos, a sepultura deveria localizar-se, obrigatoriamente, em território sacro, considerando que o medo da justiça divina levava as pessoas a utilizarem todos os recursos que afiançassem a salvação, incluindo a busca pela proximidade aos santos. “*A proximidade física entre cadáver e imagens divinas, aqui em baixo, representava um modelo da contigüidade espiritual que se desejava obter, lá em cima, entre a alma e as divindades. A igreja era uma das portas de entrada do Paraíso.*” (LACET, 2003, p. 30)

A forma de catolicismo tradicional, como referido, além de ser fértil à influência européia no território nacional, propiciou também o surgimento de diversas associações religiosas, divididas entre Ordens Terceiras, Irmandades e Confrarias. Em sua maioria, eram presididas por leigos, associadas à devoção aos santos, visavam também a prestação de auxílio espiritual e material a seus membros, especialmente quanto à morte. No caso das Irmandades mais ricas, estar filiado a tais associações muitas vezes era sinônimo de status social, tendo em vista a constante realização de festas e procissões promovidas; elas mesmas eram oportunidades de ostentação da riqueza e do poder dos membros mais abastados. Já as Irmandades dos excluídos visavam garantir a seus membros a melhoria das condições de vida, mas também era uma forma de propagar a cultura marginal e proporcionar um sepultamento digno na hora da morte.

Contudo, faz-se pertinente ressaltar que desde a segunda fase da Idade Média, somente a sepultura *ad sanctos* e as orações não garantiam a certeza da salvação,

fortificando assim a necessidade de prevenir-se espiritualmente. Neste contexto, ainda no espaço colonial, o uso do testamento também passou a ser essencial, ao dispor sobre as últimas vontades do indivíduo, inclusive disposições acerca dos ritos de passagem e de sepultamento, de modo a assegurar a salvação da alma.

Através dele o fiel confessava a sua fé, reconhecia seus pecados, [...] determinava o local de sua sepultura, prescrevia as questões relativas ao seu cortejo fúnebre, luminárias e cultos, e, enfim, pagava à Igreja um dízimo sobre o valor de sua herança. (MARANHÃO, 1998, p. 32)

Assim, o testamento, como instrumento também religioso, permitiu conciliar as riquezas à obra pessoal de salvação: garantia a salvação e permitia o desfrute dos bens adquiridos durante a vida. Todas as pessoas com algum tipo de posses, dos séculos XVI ao XIX, redigiam testamentos para o registro cuidadoso de suas últimas vontades, incluindo o funeral e a disposição dos bens. Estes documentos serviam, não apenas para o relato das vontades terrenas, mas também funcionavam como um mecanismo de confissão, através dos quais os fiéis também apontavam suas pendências e deslealdades e, sobretudo, seus posicionamentos perante o mundo:

As representações coletivas subseqüentes do que venha a ser o sentido do estar no mundo e, portanto, o próprio ser no mundo, são enunciadas paulatinamente na medida em que também elaboram-se esquemas mentais de representação da morte, dos mortos, e sobretudo das atitudes dos vivos diante deste novo universo concentrado de existência no mesmo momento em que a vida parece findar-se para novas possibilidades de ser. (LACET, 2003, p. 31)

Estes documentos eram espaços privilegiados para a exposição das concepções de vida e de morte dos fiéis, muito além do simples registro das últimas e criteriosas vontades. Ao trabalhar com testamentos na obra *“Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)”*, Rodrigues observa que o momento da morte era a principal ocasião para que os fiéis praticassem de modo efetivo os ensinamentos eclesiásticos sobre a necessidade de preparação para a morte – a pedagogia do “bem morrer”. Isto pode ser visto na forma como os testamentos eram utilizados no período (séculos XVIII e XIX), porque não se reservavam somente à destinação dos bens terrenos, o que ocupava posição secundária nestes documentos. Sobretudo, o testamento era um espaço privilegiado para que se determinasse a organização da morte, no que se refere às vestimentas, à sepultura, ao cortejo, às missas e rezas. (RODRIGUES, 2005, p. 39)

A morte não se esgota em sua dimensão biológica: também possui uma dimensão social e, desta forma, é um acontecimento estratificado (MARANHÃO, 1998, p. 20-21). Tanto na Europa quanto no Brasil, conforme a situação financeira dos fiéis, mais

missas seriam celebradas em sua memória, da mesma forma que ocorria com as divisões espaciais das igrejas. De fato, o espaço próximo aos santos e suas relíquias, ao altar dos sacramentos sob as pedras da nave, ou no claustro do mosteiro, era limitado e não permitia que todos pudessem ser ali enterrados. Neste sentido, tal espaço era concedido aos que pudessem pagar mais pelo mesmo. Aos demais, eram destinadas fossas comuns, anônimas, localizadas nas adjacências da igreja, logo após serem envoltos em sudários simples. (MARANHÃO, 1998, p. 32)

Da mesma forma, segundo Rodrigues, a estrutura dos funerais variava de acordo com as posses do morto e dos familiares.

[...] variação que se dava pela pompa do cerimonial, que poderia conter desde uma elaborada armação da casa e da igreja até um cortejo fúnebre de carruagens, com a presença de pobres, sacerdotes, irmandades e até músicos. Michel Vovelle, em seus estudos sobre a morte na França, atribuiu a esta estrutura a denominação de “morte barroca”, enquanto expressão do cerimonial mortuário, cujos elementos constitutivos seriam a “morte preparada, temida, exercício de toda uma vida, dando lugar a um cerimonial público e ostentatório, seguido de todo um conjunto de ritos e prestações destinadas, pelas obras, pelas missas e orações, a assegurar a salvação ou a redenção a termo dos pecados do defunto. (RODRIGUES, 1997, p. 166)

Portanto, os sepultamentos *ad sanctos* não impediam a estratificação social, sendo que mesmo no âmbito das igrejas havia divisões espaciais conforme a situação financeira de cada indivíduo; acreditava-se que quanto mais próximo se estivesse dos santos e relíquias, mais a salvação estaria garantida (PAGOTO, 2005, p. 36-41). Apesar da alteração nas atitudes perante a morte, posteriormente, em meados do século XVIII, na Europa, e do século XIX, no Brasil; a estratificação das práticas funerárias permaneceu como uma constante. Vemos que os sepultamentos nas igrejas já expressavam divisões conforme estratos sociais, refletindo a necessidade da elite em se auto-afirmar perante a sociedade, promovendo e fortalecendo a hierarquização social, necessidade esta que também se faz presente nos cemitérios contemporâneos.

Porém, em que pese as divisões de classe, é importante pontuar que a realização dos ritos funerários, tanto entre ricos e pobres, tinha a função primeira de administrar a passagem do morto. Esta passagem não era instantânea. Nas palavras de Rodrigues, tratava-se de um trajeto, um percurso em direção a um destino definido, concluído somente ao fim da celebração dos rituais mortuários, realizados para facilitar a viagem do morto, os quais dependiam da colaboração dos vivos. (RODRIGUES, 1997, p.174)

Todavia, em meados do século das luzes, a tomada de consciência dos mortos na sociedade dos vivos, ao lado da política sanitária, incentivou a retirada dos sepultamentos das igrejas, transferindo-os para as necrópoles a céu aberto, fato este que

revolucionou a forma de lidar com a morte e com os mortos. A partir daí, transformaria-se a inserção urbana dos mortos e o cemitério surgiria em nome da civilização, inicialmente na Europa e, em seguida, no Brasil.

1.3 MEDICALIZAÇÃO E SANITARISMO: TRANSFORMANDO O ESPAÇO DOS MORTOS

Na Europa, sobretudo na França, a partir da segunda metade do século XVIII, e no Brasil, especialmente a partir do século XIX, as práticas funerárias subitamente tornaram-se um assunto atual que apaixonava a opinião pública, associado às transformações urbanas e às preocupações sanitaristas. Foucault indica, dentre as etapas da formação da medicina social na Europa, a medicina urbana, representada a partir do exemplo francês, em fins do século XVIII. Esta nova forma de medicina tinha por suporte o desenvolvimento das estruturas urbanas, conforme explica o autor:

É preciso se representar uma grande cidade francesa no final do século XVIII, entre 1750 e 1780, não como uma unidade territorial, mas como multiplicidades emaranhadas de territórios heterogêneos e poderes rivais. Paris, por exemplo, não formava uma unidade territorial, uma região em que se exercia um único poder. Mas um conjunto de poderes senhoriais detidos por leigos, pela Igreja, por comunidades religiosas e corporações, poderes estes com autonomia e jurisdição próprias. [...] Ora, na segunda metade do século XVIII, se colocou o problema da unificação do poder urbano. Sentiu-se necessidade, ao menos nas grandes cidades, de constituir a cidade como unidade, de organizar o corpo urbano de modo coerente, homogêneo, dependendo de um poder único e bem regulamentado. (FOUCAULT, 1998, p. 85-86)

A necessidade de organização do corpo urbano, de modo coerente e regulamentado, foi inspirada, primeiramente, por razões econômicas. Em seguida, por razões políticas, tendo em vista que, se a cidade se torna um importante lugar de mercado que unifica as relações comerciais, múltiplas relações de jurisdição e de poder são intoleráveis. A indústria nascente, que faz da cidade não somente um lugar de mercado, mas um lugar de produção, também conduz à necessidade de mecanismos de regulação homogêneos e coerentes. Por fim, com o desenvolvimento dos centros urbanos, o aparecimento de uma população operária pobre aumentará as tensões políticas no interior da cidade.

As relações entre diferentes pequenos grupos – corporações, ofícios, etc.–, que se opunham uns aos outros, mas se equilibravam e se neutralizavam, começam a se simplificar em uma espécie de afrontamento entre rico e pobre, plebe e burguês, que se manifesta através de agitações e sublevações urbanas cada vez mais numerosas e freqüentes. (FOUCAULT, 1998, p. 86)

A partir daí, é que surge e se desenvolve o que Foucault chama de “medo

urbano”, caracterizado pelo medo das oficinas e fábricas em construção; medo do amontoamento da população; medo das casas altas demais e da população numerosa demais, medo das epidemias urbanas e dos cemitérios que se tornavam cada vez mais numerosos, invadindo aos poucos a cidade. Estes pequenos pânicos também atravessaram o “Cemitério dos Inocentes”, anteriormente localizado no centro parisiense, conforme Foucault nos relata.

Darei o exemplo do “Cemitério dos Inocentes” que existia no centro de Paris, onde eram jogados, uns sobre os outros, os cadáveres das pessoas que não eram bastante ricas ou notáveis para merecer ou poder pagar um túmulo individual. O amontoamento no interior do cemitério era tal que os cadáveres se empilhavam acima do muro do claustro e caíam do lado de fora. Em torno do claustro, onde tinham sido construídas casas, a pressão devido ao amontoamento de cadáveres foi tão grande que as casas desmoronaram e os esqueletos se espalharam em suas caves provocando pânico e talvez mesmo doenças. Em todo caso, no espírito das pessoas da época, a infecção causada pelo cemitério era tão forte que, segundo elas, por causa da proximidade dos mortos, o leite talhava imediatamente, a água apodrecia, etc. Este pânico urbano é característico deste cuidado, desta inquietude político-sanitária que se forma à medida em que se desenvolve o tecido urbano. (FOUCAULT, 1998, p. 87)

Assim, os sepultamentos *ad sanctos* receberam lugar de destaque no rol de práticas condenáveis, por serem entendidos como transmissores de matérias pestilentas. Publicações e comentários diversos desta época tratam que, além de não haver espaço para todos, a prática *ad sanctos* gerava inconvenientes sanitários, do ponto de vista médico-científico, e as igrejas não possuíam as dimensões e condições adequadas à grande demanda de corpos e à vedação completa das catacumbas.

O mefitismo dos túmulos se infiltrava através das pedras e a pestilência se estendia às vizinhanças. Segundo Ariès, em 1780, o Cemitério dos Inocentes foi destruído, seguido pelos cemitérios da Chaussée-d Antin (Saint-Roch), o da rua Saint Joseph (Saint-Eustache), o de Saint-Sulpice e o da ilha de Saint-Louis. Foram substituídos por cemitérios fora da cidade, quais sejam o Père-Lachaise, Montmartre e Montparnasse, cujo distanciamento correspondia às preocupações profiláticas dos parlamentares que já vinham desde os anos 1760. Entretanto, ainda que os fechamentos tenham sido efetivados nos anos 1780, os administradores não haviam previsto que, em algumas décadas, a aglomeração parisiense se aproximaria destes espaços, que se quisera exteriores, e os anexaria em seus novos limites. (ARIÈS, 1982, 539-540)

O fechamento do Cemitério dos Inocentes é um marco no processo de medicalização das cidades. Este processo é acompanhado de uma nova concepção de salubridade. Conforme Foucault esclarece, salubridade passa a ser

[...] o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a

melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. (FOUCAULT, 1998, p. 93)

Vemos que tais práticas de controle, surgidas a partir da segunda metade do século XVIII na Europa, trouxeram consigo a individualização do cadáver, do caixão e do túmulo. A renovação da ideia de salubridade é atrelada à razões político-sanitárias. Estas ideias, de influências iluministas e de cunho sanitaria, entusiasmaram médicos, engenheiros e algumas autoridades leigas, também no contexto brasileiro, que passaram a perseguir o que quer que fosse contrário às novas concepções de higiene pública, sendo que as formas de sepultamento destacaram-se como um dos principais alvos, a serem combatidas sobretudo ao longo do século XIX. Pagoto (2005, p. 70) aponta como um forte indicativo das futuras mudanças nos ritos fúnebres e da importância da salubridade naquele momento, no Brasil, o decreto do Vice Rei Dom Fernando José de Portugal, em 1801:

[...] tendo chegado a minha real presença huma muito atendivel representação sobre os danos a que está exposta a Saude Publica, por se enterrarem os Cadaveres nas Igrejas que ficão dentro das Cidades Populozas dos Meus Dominios ultramarinos: visto que os vâpores que de sí exhalão os mesmos Cadaveres impregnando a Atmosphaera vem ser a cauza de que os vivos respirem um ar corrupto, e inficionado, e por isso estejam sujeitos a muitas e que (5) repetidas (6) vezes (7) padeção (8) molestias epidemicas (2) e (3) perigozas (4) (...) sou servido ordenar vos que logo que receberdes esta Carta Regia, procureis de acôrdo com o Bispo dessa Dioceze fazer construir em Sitio Separado dessa Cidade (...) hum, ou mais Cemiterios, onde hajão de ser sepultados, sem excepção todas as Pessoas que falecerem [...].⁵

Tal declaração demonstra a preocupação com os miasmas enquanto causadores de doenças epidêmicas e inaugura a tendência sanitaria que culminou na retirada dos mortos da Igreja, após múltiplas disputas entre o poder público, o poder eclesiástico e a sociedade. Cabe esclarecer que a carta régia de 1801 não produziu nenhum efeito no sentido de construir cemitérios fora do perímetro urbano, assim como a independência, em 1822, também não significou alterações imediatas.

Entretanto, em 1828, com a Lei de 1º de Outubro, com cerca de 90 artigos, que regulamentava as Câmaras Municipais do Império do Brasil, a normatização do assunto foi aprofundada, através do parágrafo segundo do artigo 66, que recomendava que as Câmaras elaborassem posturas referentes ao estabelecimento dos cemitérios fora das igrejas, ainda que não ficasse esclarecida a maneira como seria viabilizada a construção destes espaços e a gestão dos corpos permanecesse submetida ao poder diocesano, o que justificou a protelação

⁵ **COLEÇÃO INSTITUTO HISTÓRICO.** Acervo custeado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, lata 10, documento 03.

das transformações. (CYMBALISTA, 2002, p. 45-46)

A mais significativa disputa, perante a retirada dos mortos da Igreja, ocorreu na Bahia, em 1836, ficando conhecida como “Cemiterada”. O estudo deste episódio da história nacional é enfocado na obra “*A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*” (REIS, 1991, *passim*). Fruto de extensa e detalhada pesquisa, a partir do estudo da sublevação contra os “cemiteristas”, como foram rotulados os adeptos do novo espaço para os mortos, Reis expõe as atitudes de nossos antepassados em relação à morte a aos mortos.

O historiador revela que extraordinário acontecimento teve lugar na Bahia, naqueles tempos. A Cemiterada, uma revolta popular contra um cemitério, aos vinte e cinco dias de outubro de 1836. Prática cultural há muito arraigada, não somente na Bahia, mas do mesmo modo nas demais cidades brasileiras, os sepultamentos eram realizados no âmbito da Igreja, com toda a pompa e ritos imprescindíveis para uma boa-morte. Todavia, nos idos de 1836, o governo da província autorizou a abertura de um cemitério extra-muros, público, destinado a receber, em um mesmo espaço os corpos, tanto dos ricos quanto dos pobres. Este ato instigou manifestações de protesto, inicialmente convocadas pelas irmandades e ordens terceiras de Salvador, mas logo sendo aquiescidas pela população em geral, que também tinha seus interesses em jogo. Aos brados de “morra o cemitério”, os revoltosos se encarregaram de destruir por completo as instalações do “Campo Santo” – o nome do novo cemitério.

Todas as classes sociais participaram do ato insurgente. Após a revolta, nenhum envolvido ou líder foi acusado e o governo provincial recuou, concordando em manter os ritos fúnebres tradicionais. Somente em 1855 houve uma proibição definitiva dos sepultamentos *ad sanctos*, quando a cidade foi ameaçada por uma nova epidemia de cólera-morbo e o Campo Santo começou a operar plenamente. Desta forma, é a partir da “morte individualizada” que são reafirmados, em meados do século XIX, os cemitérios, que já existiam, mas em menor número e destinados às pessoas mais humildes, ainda que intramuros. A construção dos novos cemitérios, todavia, não agradava a população, porque a idéia de salvação ainda estava intimamente ligada ao local de sepultamento. Ainda se acreditava que apenas o enterro nas igrejas podia proporcionar uma passagem tranquila ao além. Nas palavras de Almeida:

É compreensível, portanto, a repulsa e resistência popular em relação às necrópoles que surgiam como uma imposição moral, ética, sanitária e que colocava em dúvida hábitos e valores religiosos há muito arraigados no imaginário de uma população tradicionalmente católica como a portuguesa, bem como a brasileira. (ALMEIDA, 2007, p. 109)

Incentivada pela nova maneira de entender saúde, a transição dos sepultamentos intra-muros, para um campo santo, em geral afastado do núcleo urbano, não foi pacífica e não contou com a aprovação de toda a sociedade, que se viu prejudicada com a nova medida, que era considerada por muitos, contrária à religiosidade e até mesmo “*ofensiva aos costumes católicos em voga*”. Ainda se conferia grande importância aos habituais ritos funerários implantados no país desde o início da colonização portuguesa, “*enraizado[s] na cultura de um país marcado por um catolicismo tradicional, calcado em um imaginário barroco*” (PAGOTO, 2004, p. 30).

Os novos cemitérios colocavam em discussão a hierarquia social que se fazia presente também na morte, conforme observa Pagoto.

As propostas para a criação de um ‘campo santo’ fora da igreja colocavam em questão as tradições de perpetuação das posições privilegiadas de algumas famílias, tanto quanto contribuía para modificar o imaginário da morte, em particular, as idéias de profanação e de vínculo entre o humano e o divino. (PAGOTO, 2004, p. 14).

De modo a efetivar tais mudanças no imaginário colonial, vários setores agregaram-se em torno de discursos envolvidos com a idéia de civilidade, que convergiam à condenação dos costumes tradicionais de morrer e enterrar. O século XIX pode ser considerado como um período essencial de transição para a constituição de um novo modelo, tanto de salubridade, quanto da relação entre os mortos e os vivos. É válido apontar que apenas no final do referido século, após a descoberta das bactérias e a comprovação de que estas não se encontravam nas emanções provenientes de matéria orgânica em decomposição, é que houve radical mudança nos princípios de salubridade pública.

As alterações dos costumes fúnebres no Brasil foram diretamente influenciados pelas novas ideias iluministas.

Essa tendência teve sua gênese na Medicina Urbana e, posteriormente, se enraizou na Medicina Preventiva. Ela contribuiu para difundir a idéia, existente desde a antiguidade clássica, sobre o perigo da infecção através dos miasmas – , os detritos em composição, principalmente de origem orgânica – , que ao entrarem em contato com o ar o contaminam e afetam a saúde daqueles que têm contato com a área infectada. (PAGOTO, 2004, p. 69)

A partir da análise das teses médicas no Brasil do século XIX, os autores da obra “*Danação da Norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*” observam que a existência deste novo tipo de medicina, no Brasil do início do século XIX, buscava impor-se e justificar por intermédio, sobretudo da higiene pública. A medicina social “*assinala para a medicina um novo tipo de existência enquanto saber e enquanto prática*

social, que se distingue e opõe às várias formas de seu passado.” (MACHADO et al, 1978, p. 19) Por influência do modelo europeu, trata-se de uma medicina que, congregada ao Estado, buscou a medicalização das diferentes esferas e instituições da sociedade brasileira, sobretudo no Rio de Janeiro e que adquire e fornece um novo tipo de poder.

O medo dos mortos também é discutido na obra *“Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres do Rio de Janeiro”*, na qual Rodrigues (1997) analisa o impacto da epidemia da febre amarela que atingiu a cidade do Rio de Janeiro, entre 1849-50, sobre os costumes funerários e as atitudes da população diante da morte e dos mortos. A autora observa que a política normalizadora dos espaços e comportamentos urbanos, com destaque para a crítica às práticas de sepultamento no interior das cidades, colaborou para a difusão do medo da contaminação dos vivos pelos mortos.

Deste modo, é válido afirmar que este medo não se constituiu somente ante a emergência da epidemia, mas foi influenciado por um saber médico, presente desde os anos de 1830, que recomendava a implantação de medidas higiênicas rigorosas para os mais variados espaços da cidade. Outros fatores, como a presença de uma imprensa cada vez mais atuante na disseminação de informações, que viabilizava a formação de opiniões mais homogêneas e a emergência do poder público, impelido a adotar medidas de salubridade e empreender seu projeto de urbanização também foram relevantes. Conjugados, estes fatores colaboraram diretamente para a transformação dos costumes fúnebres no Rio de Janeiro e a separação dos lugares dos vivos e dos mortos. (RODRIGUES, 1997, p. 54)

Estabeleceu-se assim uma forte relação entre o pânico urbano e uma nascente medicina social, urbana, caracterizada pela política sanitária, a qual se estendeu no Brasil principalmente ao longo do século XIX. Dentre seus objetivos, está o de analisar os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que, no espaço urbano, pudesse se constituir enquanto lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos ou endêmicos, em essencial os locais de sepultamento. A partir de *“Danação da Norma”*, observamos que para tanto, no interior do projeto de urbanização, o olhar médico pretendeu dar conta de uma realidade integral, não somente examinando as características naturais do Rio de Janeiro, tendo a cidade como construção humana. O meio natural deveria ser modificado e adequado às necessidades de salubridade, assim como os insalubres espaços institucionais. (MACHADO et al, 1978, p. 146)

Depreende-se que atribuir as reações somente às crenças e representações da morte seria simplificação do processo histórico. O projeto de medicalização da morte no Brasil não pode ser visualizado como um fato isolado, tendo em vista que fazia parte de um

projeto mais amplo de sanitização das cidades, como visto, não somente em território nacional, considerando o conhecimento médico corrente na época. Até meados do século XIX, não havia consenso com relação às causas das doenças, nem mesmo entre os médicos. Muitas doenças eram atribuídas a fatores pessoais, tais como ascendência ou constituição física de má qualidade, falta de higiene, excessiva indulgência, ou estilo de vida nefasto. (PORTER; VIGARELLO, 2008, p. 482)

Desta forma, costumes cotidianos tradicionais passaram a ser vistos como “perniciosos à saúde pública” e, possivelmente, os grandes responsáveis pelas epidemias que frequentemente invadiam as cidades. Nas palavras de Bellato e Carvalho (2005, p. 102): “*Espetáculo nauseabundo, pelos odores e imagens que traz, torna-se inconveniente e, portanto, indecente a sua demonstração pública.*” Os médicos reformadores buscavam alternativas científicas para banir os mortos de forma definitiva da sociedade dos vivos e, com isso, modificar o formato dos sepultamentos, considerados danosos à saúde pública e contrários aos padrões de modernização, que eram aspirados em países como a França e a Inglaterra, vistas como modelos de desenvolvimento e ilustração.

Até então os párocos eram os responsáveis pelas certidões de óbito e pelas autorizações de sepultamentos. Assim, por uma questão científica e moral, neste momento de medicalização das cidades, os médicos se propunham a ser os únicos responsáveis pela definição da *causa mortis* e pela expedição da certidão de óbito. Progressivamente, novas idéias de pensar o corpo, a saúde e a morte adquiriam forma nos discursos médicos e leigos; os hábitos tradicionais iam tornando-se objetos de interdição, condenados ao desaparecimento. “*O raciocínio médico conquistava espaços muito além dos círculos de especialistas e impregnava a sociedade como um todo.*” (CYMBALISTA, 2002, p. 45) Assim, cada vez mais os mortos eram marginalizados do convívio dos vivos.

A cada dia eram propostas novas formas de tratamento dos mortos. Muitos aspectos tradicionais dos rituais fúnebres tornaram-se objetos de críticas ou revisões por parte dos higienistas. Na cultura fúnebre brasileira, segundo Rodrigues e Franco (2011, p. 157), o período posterior a meados do século XIX, principalmente na Corte, acompanhou ao início de significativas alterações quanto aos cuidados e rituais prestados ao corpo do morto, em função da ruptura na forma como o mesmo era concebido até então de modo geral, ou seja, associado ao universo do sagrado.

A partir de meados do século XIX, tais crenças sofreram mutação com a emergência do saber médico e com a progressiva secularização e laicização da sociedade, que introduziriam novas ideias e concepções acerca do corpo morto. Ele passaria a ser visto prioritariamente da perspectiva materializada e biológica e, portanto, menos

sacralizada; aspecto que implicou a desritualização – em comparação com o período precedente –, gerando novos cuidados e atitudes diante do que, progressivamente, passaria a ser chamado cadáver, levando a que se lhe dessem novos e polêmicos destinos [...]. (RODRIGUES; FRANCO, 2011, p. 158)

Este olhar biológico e material concebia o corpo enquanto exalador de miasmas, prejudicial à saúde dos vivos, colaborando de forma definitiva para o deslocamento dos lugares dos mortos. A partir de critérios médicos, os modos de sentir foram atingidos, e não apenas tendo em vista as preocupações com os perigos que poderiam ocorrer com a proximidade entre os mortos e os vivos, ainda que este fosse o principal foco. Ao longo do século XIX, sobretudo a partir de 1850, apresentou-se uma nova atitude diante do corpo do morto e da morte, de ruptura entre a vida e a finitude.

O medo do cadáver. Fato histórico, criação médica. O destino tradicionalmente dado aos corpos mortos é cercado de horror, por disseminar o estado de morte no interior da sociedade. Daí a crítica violenta que atinge as formas de enterro praticadas na cidade, retratadas com a minúcia cheia de espanto e pânico de uma razão que defende a ordem, a limpeza, a saúde. A morte tornada condição física de um corpo deve receber os cuidados com que se entretém a vida. Se houver esta igualdade, os dois estados não se oporão. Caso contrário, haverá luta da qual a morte certamente saíra vitoriosa. (MACHADO et al, 1978, p. 288)

Portanto, num ambiente marcado por traços rurais, no qual a vida social girava em torno da Igreja e do catolicismo tradicional predominante na época, a atividade dos higienistas, que tinha a função principal de intervir no meio, controlar e expulsar os focos miasmáticos, não ficou restrita ao espaço público, mas atingiu também o espaço privado. Ao longo de grande parte do século XIX, a opinião médica foi utilizada para justificar as novas posturas e leis destinadas a transformar o “degradante” panorama urbano, sendo que uma cidade ordenada e planejada era vista como um prelúdio de modernidade e civilidade.

As transformações urbanas dessa época incluíam não apenas novas exigências em relação à limpeza das ruas (ordenação do lixo e proibição da circulação de animais domésticos), à higiene das casas e do comércio, ao combate dos miasmas provocados pelos animais mortos, mas também em relação aos modos de sentir. Como lembra Alain Corbin, as sensibilidades são historicamente constituídas e, por conseguinte, as intolerâncias olfativas, por exemplo, não permanecem as mesmas, especialmente quando as cidades começam a considerar nociva a presença dos animais, do lixo orgânico, dos corpos mortos e de todos os elementos considerados naturais. (PAGOTO, 2004, p. 103)

As ideias de salubridade adotadas no Paraná também eram as mesmas em voga na Europa no século XVIII e da maior parte do XIX, assim como nos demais estados brasileiros. Em Curitiba, os vereadores herdaram das autoridades portuguesas determinado conceito de salubridade referente à atmosfera e às águas estagnadas. Acreditava-se que as doenças formavam-se em locais propícios e eram transmitidas aos homens através do ar,

porque é por seu intermédio que se dá a articulação entre os diversos componentes do meio. O contato direto com as matérias pestilentas era mais facilmente evitado, mas sempre restava a capacidade vetora do ar na propagação das moléstias (PEREIRA, 1996, p. 150). Assim, a própria noção de salubridade, tema cada vez mais frequente nas posturas municipais, sobretudo a partir da década de 1860, é redefinida no período. Referindo-se às posturas de Curitiba, de 1887, observa estas relações entre salubridade e medicina urbana:

Viver na cidade significava não apenas adquirir hábitos polidos e um gestual comedido, mas também ocupar-se da preservação da atmosfera. Em relação à salubridade, as regras de comportamento prescritas pelas câmaras derivam imediatamente do estágio a que chegara a ciência médica da época. Os higienistas haviam estabelecido uma correlação imediata entre doença e odor. Tudo o que exalasse mau cheiro era foco de doenças transmissíveis pelo ar. Portanto, todas as práticas que pudessem gerar mau cheiro eram social e legalmente condenáveis. (PEREIRA, 1996, p. 153)

As transformações urbanas e médicas que se seguiram, fizeram com que a morte progressivamente se tornasse proibida e cada vez mais interdita durante o século XX, mesmo com a posterior superação da teoria miasmática, que entendia o ar como propagador de doenças, pela teoria microbiana, que novamente modificou a concepção de contágio e salubridade, nas décadas finais do século XIX. Foi com o desenvolvimento da morte individualizada, aliado à precariedade sanitária e ao crescimento das cidades, ao longo de todo o século XIX, que se impulsionou a diluição da importância do enterro dos mortos *ad sanctos* e tornou a presença dos mortos problemática, renovando a necessidade dos cemitérios extramuros.

Nota-se que a noção de salubridade resultou na interdição de práticas culturais há muito impostas pela Igreja e arraigadas pelo povo. Mesmo num momento em que a religião ainda era estatal, a ação da ciência foi capaz de introduzir uma primeira separação entre a morte e as crenças religiosas. *“Por determinação dos especialistas em salubridade, os cadáveres seriam depositados não mais em terras consagradas, mas em terras do estado.”* (PEREIRA, 1996, p. 157) Verifica-se que a tensão da morte envolve o higienismo, a religiosidade, o político e o jurídico – discursos estes que colaboram para a transformação da inserção urbana dos mortos.

Gradativamente o sagrado e o profano começaram a ser concebidos de formas diferenciadas, a sociedade deixou de ser permeada pelo imaginário barroco e o público começou a se separar do privado. O que antes era considerado razão de festas e encontros sociais, passou a ser realizado em círculos fechados, cultuado apenas por um número reduzido de indivíduos. O próprio catolicismo sofreu transformações, visto que, de laico e familiar, passou a ser romanizado e centralizado. (PAGOTO, 2004, p. 129)

Inicialmente medicalizados, sanitizados, como vimos até aqui. Logo, os cemitérios brasileiros se transformariam em símbolo da civilização, ao garantir espaços delimitados a todos. Isso se daria com a secularização, cujo processo fora iniciado em meados da década de 1870.

1.4 A SECULARIZAÇÃO EM DEBATE: CORPOS MORTOS ENTRE O SAGRADO E O PUTREFATO

Ao longo de todo o século XIX acompanhamos a progressiva diluição da importância do enterro dos mortos *ad sanctos*, até a sua definitiva interdição e a criação dos cemitérios extramuros. Esse processo, de avanços e retrocessos, colaborou para a efetivação da secularização no Brasil, cujo desenrolar é anterior à Proclamação da República em 1889. A luta pela secularização dos cemitérios brasileiros remonta a fins da década de 1870, na conjuntura de intensos conflitos entre Igreja e Estado e da disputa entre elite política e intelectual liberal brasileira pela jurisdição civil dos cemitérios (RODRIGUES, 2011).

Essa luta se efetivou sobretudo sob a responsabilidade dos políticos liberais que defendiam uma plataforma republicana, em cujos itens também constavam a institucionalização do registro e do casamento civil, além da secularização dos cemitérios públicos. Em fevereiro de 1879, o deputado geral Joaquim Saldanha Marinho apresentou um projeto de lei transferindo para a específica competência das câmaras municipais a administração dos cemitérios públicos, sem intervenção ou dependência de qualquer autoridade eclesiástica. O projeto ainda estipulava que as câmaras municipais não poderiam estabelecer quaisquer distinções em favor ou detrimento de nenhuma seita, crença, igreja ou profissão de fé religiosa. (RODRIGUES, 2005, p. 257)

Este projeto encontrou defensores como os deputados Joaquim Nabuco, Barros Pimentel e Antônio Siqueira. Segundo Souza (2010, p. 29), a defesa do referido projeto se baseava nos seguintes pontos: a distinção entre o poder religioso e o eclesiástico, a separação do sagrado e do profano, a negação do poder clerical e da pedagogia do medo. A convicção de que a secularização dos cemitérios era uma questão de cidadania, de jurisdição civil e não religiosa, era coerente com a fundamentação de que as necrópoles extramuros eram da alçada civil, da mesma forma que os enterramentos eram encarados como questões de higiene ou necessidade pública.

Essa era ainda uma forma de conter a ação interventora da Igreja, a qual insistia em impor sua jurisdição sobre os cemitérios públicos, considerados por ela como

eclesiásticos. Outros fatores estavam em discussão, como as interdições de sepultura aos cadáveres dos “acatólicos” e maçons, situação considerada pelos liberais como discriminatória. Dessa forma, a argumentação por parte destes era respaldada por uma visão antropológica que compreendia o corpo como matéria, separado da alma humana, conforme o dualismo cartesiano – o corpo morto era visto como matéria putrefata, ou seja, uma questão de higiene pública.

Os defensores da secularização do cemitério geralmente viam o corpo morto como matéria putrefata ou sujeita à putrefação. Daí serem as necrópoles da competência da medicina, da higiene, do poder público e civil, e não mais da alçada da Igreja, que deveria ter apenas a jurisdição sobre o cerimonial religioso. Esse ponto de vista não estava necessariamente abdicando do sagrado ou da crença no mesmo, mas conferindo-lhe novos espaços, operando entre os limites entre o que é sagrado e o que não é. Cemitério, enterro e cadáver não eram da esfera religiosa e não mais lhe competiam. (RODRIGUES; FRANCO, 2011, p. 182-183)

Por outro lado, contrários ao projeto, houveram os deputados que defenderam a sepultura eclesiástica, argumentando que os cemitérios e os enterramentos ainda mantinham profundas e significativas relações com o sagrado.

Contra o projeto, se levantaram os deputados Antônio Carlos, Bezerra de Menezes, Rodolfo Dantas, Felício dos Santos, Afonso Pena e João José de Monte. Defensores da sepultura eclesiástica, eles argumentavam que o corpo é indissolúvelmente unido à alma, reafirmando a sacralidade do cadáver, das sepulturas e cemitérios. Chamavam atenção ainda para a impossibilidade da realização do projeto pelo seu custo e pela oposição do povo cristão, justificando assim o não cumprimento da lei de 1º de outubro de 1828. (SOUZA, 2010, p. 29)

Sacralidade das sepulturas e dos cemitérios e a impraticabilidade do projeto, em função dos custos, eram os principais argumentos contrários à secularização. Rodrigues (2005, p. 280) observa que, dentre os argumentos apresentados entre os defensores da sepultura eclesiástica, ainda constava o fato de os cemitérios serem bentos, o que remonta aos primitivos tempos do catolicismo. A questão da benção era utilizada como justificativa para a intervenção da Igreja sobre os cemitérios.

Dados tais impasses, entre opositores e defensores da secularização dos cemitérios, conforme pincelamos, um novo projeto, de autoria do deputado Theodoro Souto, foi elaborado e aprovado em setembro de 1880, tendo como elemento articulador a conciliação.

Em sua argumentação este deputado afirmou que, após detido estudo do direito canônico e do direito civil, chegou à conclusão de que o que secularizava o cemitério era a separação do direito de sepultura do direito de exéquias, elementos que se encontravam reunidos na sepultura eclesiástica, uma vez que esta compreendia o direito de sepultura, o lugar de sepultura e os ritos funerários. Esta tríplice relação, até então, estava sob a alçada espiritual, segundo a organização

eclesiástica, e representava uma unidade “superior, indivisível, inquebrantável, o *jus sepeliendi*, os *ritus et cerimoniae* e o *locus sepulturae*”. Entretanto, esta jurisdição eclesiástica que ia do berço ao túmulo e que tinha uma esfera “extensíssima”, vinha sendo restringida na razão direta da ampliação da jurisdição temporal. (RODRIGUES, 2005, p. 287)

Ao amenizar as polêmicas discussões, o projeto de Souto foi aprovado junto à Câmara em 20 de setembro de 1880 e em seguida encaminhado ao Senado, onde permaneceu paralisado até 1887, quando se seguiram várias sessões e novas discussões, antes de novamente ser engavetado. A temática foi retomada somente após a Proclamação da República, pelas mãos do Governo Provisório, em 1890, quando o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca finalmente decretou a secularização dos cemitérios. O projeto da Constituição da República foi publicado com o decreto nº 510, de 22 de junho de 1890, e promulgado no dia 24 de fevereiro de 1891.

A Seção II, artigo 72, § 5º da Constituição e o decreto nº 789, de 27 de setembro de 1890, instituíam a secularização dos cemitérios no território nacional. Separou-se a Igreja Católica e o Estado. Proibiu-se o estabelecimento dos cemitérios particulares e também a distinção de religião e determinou-se que todos os municípios devem possuir cemitérios civis. Até a sua construção, onde estes não existissem, liberou-se os sepultamentos, nos cemitérios particulares ou confessionais, à qualquer culto, sendo que as autoridades ficaram responsáveis por evitar qualquer tipo de embaraço por motivo de religião.

Deste modo, vimos que a construção social civilizatória estabeleceu o cemitério público como o espaço para os mortos na cidade, mas também como representação de progresso e de higienização, inscrita em um discurso social, político e urbanístico mais amplo, o qual culminou na efetivação da secularização. Entretanto, há que se apontar que a secularização enquanto ato oficial não significou necessariamente a imediata aceitação destas transformações por parte da população, até mesmo porque toda a discussão sobre a secularização foi encaminhada e pensada por membros da elite política e intelectual. Trata-se de um fenômeno que não é somente jurídico e político, mas também social e cultural.

O novo dever de se enterrar exclusivamente nos cemitérios só podia ser implementado se acompanhado de uma nova garantia universal: todos teriam agora direito de serem enterrados no cemitério público. Esse direito [...] foi garantido apenas em parte, mas o fato é que o cemitério – em geral municipal, periférico e em tese secularizado – consolida-se no final do século XIX como o local por excelência reservado às relações entre os vivos e os mortos na cidade. E a concentração da interface entre vivos e mortos em um só local engendrou outras maneiras de diferenciação entre os vários grupos da sociedade, entrando em cena a arquitetura, mobilizada em todo o seu potencial no sentido de atribuir aos túmulos uma posição específica na sociedade. (CYMBALISTA, 2002, p. 18)

Com a tensão da morte amenizada e com a renovação da necessidade dos

cemitérios, as cidades parecem ter pacificado a sua convivência com os mesmos. Aos poucos, agregados ao espaço urbano, não mais tão periféricos, os cemitérios passaram a assumir novos papéis na sociedade, novamente incorporados ao cotidiano dos vivos, muito embora em um lugar bastante diferente daquele ocupado anteriormente. A mudança do paradigma miasmático, que explicava as doenças a partir dos humores, emanações e vapores, para o bacteriológico, focado nas bactérias como agentes infecciosos, também colaborou para a individualização do ritual da morte. Isso foi ocasionado porque o novo paradigma demandou a emergência dos laboratórios médicos e, com estes, tratamentos mais assépticos para a morte, cada vez mais sofisticados, paralelamente ao avanço científico.

Ao serem novamente incorporados às cidades, após o processo de medicalização e, em seguida, de secularização, os cemitérios passaram a ser reflexo do universo cultural de cada época e sociedade, nos quais cristalizam-se as relações entre as representações sociais, a memória e as práticas identitárias. Sorio (2009, p. 26) pontua que o século XIX assistiu à preparação de uma série de novos gestos referentes à morte, organizados a partir de dois referenciais: a família e a pátria, os quais serão transpostos aos cemitérios a céu aberto. As “novas” atitudes apresentavam-se em geral como reaproveitamento das tradições, às vezes presentes há séculos, mas agora “deformadas e retomadas” sob novo ângulo. Os novos espaços da morte serão então civilizados, permeados pelas pedras dos monumentos do mundo católico e civil, constituindo um universo familiar.

Nas palavras de Almeida:

Dentre as várias leituras possíveis que podem ser realizadas acerca das cidades, uma delas diz respeito às suas características como lugares de memória e esquecimento. Compostas de fragmentos, vestígios do tempo que suscitam emoções. Estes sentimentos podem ser percebidos na medida em que esquadrimos os espaços nela constituídos. O cemitério é um desses lugares privilegiados nos quais afetos, lembranças e olvidamento se entrelaçam, possibilitando através de sua interpretação a escrita de uma história das sensibilidades. Os cemitérios tornam-se, pois, fontes incontornáveis nos quais se encontram os registros das impressões e experiências sensíveis formuladas pelos sujeitos em seu devir histórico. (ALMEIDA, 2007, p. 319.)

Espaços de teatralização, tais necrópoles resultam das tensões entre diversos interesses dos homens no tempo e no espaço, transformando-se em um “*resumo simbólico da sociedade*”, testemunhos de complexas e profundas redes de relações que perpassam pela cultura material e pelas formas simbólicas; realidades mentais, sociais e espaciais que, conjugadas, constroem o ambiente propício para que os sobreviventes elaborem suas representações sociais, para a constituição de mundos sociais específicos.

O presente capítulo teve por objetivo discutir a construção da expressão

simbólica da morte, ao percorrer de modo panorâmico sua presença em diferentes culturas, passando pela Idade Média, quando a finitude se tornou próxima e doméstica, até a lenta erupção do desagrado dos séculos XVIII e XIX com os mortos. A idade das luzes trouxe consigo a segregação da cidade dos mortos da cidade dos vivos e a conseqüente instauração dos cemitérios extramuros, seguida pela secularização. Com os novos espaços para os sepultamentos institucionalizados e garantidos, mais do que significar somente a transferência material dos mortos, tanto a medicalização quanto a secularização permitiram que se modificassem profundamente os laços dos vivos para com os seus mortos.

O segundo capítulo retoma certas questões já sinalizadas até aqui, referentes à instituição dos cemitérios públicos. Abordar-se-á certos aspectos da história da fundação e desenvolvimento do Cemitério Municipal São José que consideramos relevantes para o entendimento dos elementos materiais e simbólicos a serem analisados em seguida. Utilizaremos, para tanto, a legislação municipal referente à matéria; algumas notícias publicadas pelos periódicos locais (Jornal Diário dos Campos e Diário da Manhã), bem como bibliografias regionais, objetivando perceber, desta forma, a multiplicidade de discursos ao se tratar da temática cemiterial, mais precisamente quanto à necrópole em questão, bem como discutir a inerência deste espaço ao contexto urbano.

2 CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO JOSÉ: HISTÓRIA EM MÚLTIPLAS VOZES

À cerca ao redor de um cemitério é uma tolíce, pois os que estão dentro não podem sair e os que estão fora não querem entrar.

(Arthur Brisbane)

Neste capítulo retornamos brevemente para o ambiente urbano que abriga o Cemitério Municipal São José, para em seguida destacarmos fragmentos de sua história, do final do século XIX aos primeiros anos do século XXI. Aqui recuperamos discursos produzidos pela Imprensa, pela Igreja e pelo Poder Público, além das bibliografias regionais, relacionados à fundação e ao desenvolvimento e localização da necrópole na cidade, destacando a presença das múltiplas vozes ao se tratar da temática cemiterial.

2.1 SEM A CIDADE, NÃO EXISTIRIA A NECRÓPOLE: PONTA GROSSA, DO CAMINHO DAS TROPAS À VERTICALIDADE

A ocupação das terras conhecidas como Campos Gerais foi iniciada nos primeiros anos do século XVIII. Região caracterizada historicamente como de caminhos e passagens, bem como propícia para o desenvolvimento da pecuária, logo tornou-se rota necessária do comércio que levava gado e muares do Rio Grande do Sul para o abastecimento de São Paulo e Minas Gerais (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, 2006, p. 342). Muitos tropeiros, utilizando-se das pastagens como pouso para a invernada e entusiasmados com a fertilidade dos pastos, requeriam terras ao governo, constituindo-se assim novas fazendas – as grandes fazendas dos Campos Gerais (CHAMMA, 1988, p. 11).

Dentre estas, o povoado que viria a receber a denominação de “Ponta Grossa” surgiu em função de sua localização, conforme Chaves (2001, p. 08) como mais um lugarejo ao longo do Caminho das Tropas, assim como Vacaria, Castro e Sorocaba, dentre outros. De povoado, ocupado a partir dos primeiros anos do século XIX, Ponta Grossa seria elevada à Freguesia, em 1823, à Vila em 1855 e, pouco tempo depois, no ano de 1862, à condição de Cidade, alterando-se sensivelmente sua estrutura socioeconômica, sobretudo a partir da década de 1860, com a crescente concentração populacional urbana e a diversificação das atividades econômicas.

A produção, beneficiamento e comercialização da erva-mate, do gado e da madeira, a presença de migrantes nacionais e estrangeiros e a chegada da ferrovia

colaboraram fundamentalmente para a aceleração do desenvolvimento urbano (PINTO; GONÇALVES, 1983, p. 31). A colonização de Ponta Grossa com imigrantes europeus teve início em 1878, com a chegada de aproximadamente dois mil e quatrocentos russos-alemães, provenientes da região do Volga, os quais tiveram papel fundamental na formação social da cidade. A chegada dos “estrangeiros do Velho Mundo” contribuiu muito para o crescimento populacional e comercial prinesino (KNEBEL, 2001, p. 311-312).

Já na última década do século XIX, a chegada das ferrovias – Estrada de Ferro do Paraná e Estrada de Ferro São Paulo/Rio Grande – acentuou ainda mais as transformações vivenciadas no Município, elevando Ponta Grossa à condição de principal cidade dos Campos Gerais. As ferrovias possibilitaram maior integração à economia nacional, proporcionando o estabelecimento de pequenas e médias empresas com funções voltadas especialmente à erva-mate, madeira e gado. Nas palavras de Chaves:

A partir da instalação das ferrovias, Ponta Grossa definitivamente configurou-se em ponto obrigatório de passagens para mercadorias e pessoas que se deslocassem pelo Estado do Paraná. [...]

A instalação das ferrovias serviu como pólo de atração para imigrantes nacionais (vindos de cidades paranaenses como Curitiba, Castro, Palmeira e Morretes, ou de outros estados, sobretudo São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais) e estrangeiros (alemães, poloneses, sírios, portugueses, russos, espanhóis) propiciando a intensificação das atividades econômicas, a ampliação do quadro urbano e a adoção de hábitos típicos dos centros urbanos mais desenvolvidos daquele período. (CHAVES, 2001, p. 08)

A cidade, que já possuía elementos urbanos importantes, obteve, com a ferrovia, um grande impulso para seu desenvolvimento urbanístico.

A ferrovia possibilitou maior integração à economia nacional e proporcionou à iniciativa privada o estabelecimento de pequenas e médias empresas que industrializavam, armazenavam e comercializavam em Ponta Grossa os produtos transportados pela ferrovia, com destaque para a erva-mate, madeira e gado. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, 2006, p. 349)

A estrada de ferro absorveu grande parte da mão de obra, inclusive de imigrantes, para sua construção e manutenção, quando em funcionamento, conforme relatam Pinto e Gonçalves (1983, p. 119). Tornando-se o principal meio de transporte para a erva-mate, madeira e outros produtos, constituiu-se em fator essencial para a motivação do desenvolvimento comercial da cidade, como ponto de entroncamento.

No início do século XX, Ponta Grossa abriu-se para uma nova fase. As indústrias impulsionaram a economia local, absorvendo expressiva mão-de-obra e ocasionando intenso processo de migração do interior do Paraná em sua direção. O

crescimento econômico levou a cidade à posição de pólo regional ao longo das quatro primeiras décadas do século XX, exercendo grande influência na sua área de abrangência.

O crescimento de Ponta Grossa nas primeiras décadas do século XX se inscreve num contexto nacional de desenvolvimento econômico e urbanização que favorece, sobretudo as regiões sudeste e sul do país. Esse desenvolvimento resulta de uma conjugação de fatores como capital, mão-de-obra, mercado relativamente concentrado, matéria prima disponível e barata, capacidade energética e um sistema de transportes ligando as zonas de produção aos portos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, 2006, p. 352)

Ao assumir posição de destaque nos Campos Gerais, as mudanças ocasionadas pela instalação das ferrovias não fizeram sentir-se apenas no que se refere ao progresso econômico de Ponta Grossa, mas repercutiram no campo social e cultural. A população, desde 1905, já usufruía dos benefícios trazidos pela instalação da luz elétrica. Além do desenvolvimento urbano, comercial e industrial, Ponta Grossa, a partir da década de 1920, passa a contar com a existência de importantes construções como a estação ferroviária, escolas, hospitais, cine-teatros e clubes sociais. (SCHIMANSKI, 2007, p. 101)

O modelo urbanístico encontrado em Ponta Grossa na década de 1930 caracterizava-se pela existência de ruas calçadas, passeios decorados por ladrilhos, prédios suntuosos, praças ornamentadas e iluminadas. Segundo Chaves (2001, p. 150), este era o cenário estrutural e estético que se apresentava no centro da cidade, principalmente, mas também nos bairros mais importantes, como Nova Rússia, Uvaranas e Oficinas. A população também pôde desfrutar de uma vida cultural intensa nesse período. Clubes sociais, companhias circenses e teatrais, competições esportivas e as atrações apresentadas nos cine-teatros propiciavam as mais diversas possibilidades de lazer e sociabilização para os pontagrossenses em melhores condições econômicas.

A década de 1940 marcou o início de um novo período na história paranaense e, de modo subsequente, na história de Ponta Grossa. Dois fatores merecem destaque. Em primeiro lugar, diminuiu-se a influência política da região dos Campos Gerais, com o aumento populacional nas regiões norte, nordeste e sudoeste do estado, motivado pelas atividades agropecuárias desenvolvidas nas mesmas. Em segundo lugar, a melhoria do sistema rodoviário e a chegada da indústria automobilística ao Brasil produziram um efeito devastador na economia ponta-grossense, até então centrada em suas relações com a ferrovia.

A expansão rodoviária brasileira abriu novas fronteiras agrícolas para o abastecimento de centros urbanos regionais, interligando-os com maior rapidez e mobilidade. Com a expansão do transporte rodoviário, a estrutura mercantil brasileira, que era composta de vários mercados relativamente isolados que acompanhavam as linhas férreas, principais rodovias e portos, passou a integrar-se

num só mercado. (MONASTIRSKY, 2001, p. 48)

A partir deste cenário, Monastirsky esclarece que esta unificação do mercado alterou a função de Ponta Grossa como entreposto comercial. Isso porque com o fortalecimento das rodovias, outros centros urbanos passaram à posição de núcleo de convergência de vias de transporte, diluindo a exclusividade e importância que Ponta Grossa detinha até então por fazer parte da estrutura ferroviária. Ademais, o fim das exportações da erva-mate e da madeira também colaborou para a desaceleração do desenvolvimento do Município, conduzindo-o à nova ordem econômica que se interpunha para o estado.

O Paraná buscava uma nova identidade regional ante o crescimento vertiginoso de sua população, a ampliação de suas fronteiras e o impulso econômico da lavoura cafeeira. Foi com a soja, nos anos de 1970, que o Paraná passou a desempenhar papel significativo no contexto mundial de produção, beneficiamento e exportação do produto. O norte do estado, com solo propício, tornou-se grande produtor nacional e o Porto de Paranaguá canal de escoamento. Ponta Grossa passou a participar destes novos rumos econômicos do estado de duas maneiras, conforme nos refere Monastirsky:

[...] além de manter a função regional de cidade de entreposto comercial, favoreceu, por esta mesma razão, a organização de um programa de implantação de indústrias de transformação e estocagem para os produtos que circulavam pelo município, fazendo com que a cidade voltasse a criar expectativas de um novo crescimento econômico. (MONASTIRSKY, 2001, p. 48-49)

Ainda que não mais com exclusividade, Ponta Grossa voltaria à sua função de entreposto comercial, entrando em uma nova fase, marcada pelo crescimento demográfico e pelo início do processo de industrialização. Para este, foram essenciais a criação, entre 1969 e 1970, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, resultante da incorporação das Faculdades Estaduais já existentes e que funcionavam isoladamente, bem como da instalação do Distrito Industrial, em 1971 (PAULA, 2001, p. 61).

Industrializada, Ponta Grossa vê o crescimento do perímetro urbano multiplicado, com a implantação de loteamentos, desde os anos cinquenta, e de núcleos habitacionais, nos anos setenta. A expansão urbana vertical também se faz presente. A construção de edificações com quatro ou mais pavimentos começou no centro do município no final dos anos quarenta, mas é a partir dos anos setenta que a modernização da agricultura reflete neste processo de verticalização, pelo atendimento ao emergente segmento industrial da sociedade local, ainda na região central.

A partir de 1985 o fenômeno se diversifica, em termos de classes e usos, bem como se descentraliza, em termos espaciais, não sendo verificado somente na área central

da cidade. O processo recente de verticalização, no final dos anos noventa, atinge um espectro bastante amplo, abrangendo quase todas as camadas sociais, o que o torna também periférico. Ainda, ao lado do crescimento horizontal e vertical da cidade, a ocupação irregular do território através das favelas também se constitui em uma forma de expansão, cujo crescimento se intensificou nos últimos anos (SAHR, 2001, p. 13-36).

Em síntese abreviada, é o decorrer desta história, de avanços e retrocessos, que constituiu aquele povoado que viria a ser “Ponta Grossa” e que também compõe o que viria a ser o “Cemitério Municipal São José”. Sem a cidade, não existiria a necrópole. Porque em cada um dos túmulos está a cidade, ora vilarejo, ora civilizada, ora silenciada. É a história da cidade que alimenta a história da necrópole. É desta história que agora nos propomos a compartilhar alguns fragmentos.

2.2 RESQUÍCIOS DOS PRIMEIROS CEMITÉRIOS

Nas palavras de Chamma (1988, p. 16):

Quando morria alguém, se era branco, era enterrado num pequeno cercado, junto da casa grande, que servia de cemitério.

Se fosse membro da família do fazendeiro, então era procurado um cemitério santificado. Muita gente foi enterrada no cemitério dos Jesuítas, junto à Capela de Santa Bárbara.

Se o morto fosse escravo, era enterrado em local já delimitado, bem distante das habitações. Enterrados em covas rasas, os escravos passaram mais tarde a construir sobre os seus mortos, um arremedo de túmulo, copiados das tumbas dos brancos, só que ao invés de pedra e cal, construíam-no de taipa.

Até o início do século XIX, acreditamos que essas eram as práticas correntes no povoado que mais tarde acolheria o Cemitério Municipal São José. Neste excerto, alguns elementos merecem destaque. Era comum a existência de espaços para sepultamentos junto às propriedades rurais, em razão da distância dos centros urbanos e mesmo das Igrejas. É possível também visualizarmos aqui práticas rituais estratificadas com relação ao morrer, conforme a posição social do indivíduo. Se era branco ou livre, este poderia ser enterrado junto à casa grande ou, sendo da família do fazendeiro, em um cemitério santificado. A preocupação com o sepultamento em um campo-santo expressa o valor concedido à religiosidade e ao catolicismo durante o período colonial, como vimos no capítulo anterior, o que se estenderá ao longo de todo o século XIX.

No caso dos escravos, os espaços de sepultamento não eram próximos às habitações, nem sacralizados, conforme observa Chamma. Entretanto, mesmo nesse período, já percebemos tentativas de imitação por parte das classes subalternas dos valores veiculados

pelas classes dominantes. O que a autora denomina “arremedo de túmulo” diz respeito a certas práticas simbólicas que se faziam presentes entre os escravos, apropriadas dos seus senhores. Ainda que o material escolhido pelos escravos, a taipa, seja inferior, se comparado à pedra e cal dos senhores, o valor simbólico de ambos é o mesmo. O que é importante ressaltar aqui é que as estratificações, as hierarquias na simbolização da morte, expressas nas práticas de sepultamentos e nos costumes culturais já observados, não se fazem presentes somente após a instituição dos cemitérios extramuros, nem mesmo após o processo de secularização, mas já podem ser notados na sociedade escravocrata, antes do início das práticas de medicalização dos espaços dos mortos.

Através do fragmento extraído de Chamma, conforme supra referido; reafirmamos que acompanhando a história da cidade, temos a história da necrópole, assim como dos costumes fúnebres, visto que há manutenção de certas representações simbólicas existentes mesmo antes da fundação do Cemitério Municipal São José e de sua posterior secularização. Costumes estes que lentamente se modificavam, a exemplo do que também ocorria em demais cidades brasileiras, influenciadas pelas práticas européias, conforme já exposto no decorrer do primeiro capítulo. Paralelamente à história de Ponta Grossa, portanto, temos um vislumbre da edificação e uso de espaços de sepultamentos anteriores à fundação do Cemitério Municipal, a qual ocorreu somente em 1881.

O primeiro cemitério do qual se tem notícia na região era o chamado Cemitério dos Jesuítas, construído ao lado da Capela Santa Bárbara do Pitangui. A sesmaria de Itaiacoca, também denominada de Pitangui, foi doada por José de Góes e Moraes para os padres Jesuítas, em 1724. Em 1729, foi construída uma capela dedicada à Santa Bárbara por José Tavares Siqueira, logo utilizada por moradores das redondezas para a realização de casamentos, batizados e missas, junto da qual se construiu o cemitério (FERNANDES, 2003, p. 329). Atualmente, a Capela Santa Bárbara do Pitangui, localizada na Estrada Rural entre Ponta Grossa e Alagados, é um bem tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, desde o ano de 2000; do antigo cemitério não havendo vestígios.⁶

Já o Cemitério São João é o primeiro campo santo urbano de Ponta Grossa, ainda intramuros, fundado em 1811, na atual Praça Barão de Guaraúna, onde hoje se encontra a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, conhecida como “Igreja dos Polacos”. Segundo Chamma (1988, p. 18), este primeiro cemitério urbano foi fundado porque os moradores do povoado consideravam o espaço para sepultamentos que existia junto à

⁶ Incrição Tombo 135-II, Processo Número 07/98, inscrito em 10 de outubro de 2000.

Capela Santa Bárbara muito distante. Após consulta junto ao Bispo de São Paulo, o Vigário Joaquim de Almeida Leite da Vila de Castro, à qual o bairro de Ponta Grossa ainda era submetido, permitiu a realização de enterros, batizados e casamentos fora da Vila. Concedeu-se, deste modo, a construção do cemitério e de uma pequena capela sob a proteção de São João nas proximidades do caminho das tropas, atual Praça Barão de Guaraúna.

Talvez [a capela] tivesse servido desde o princípio apenas a encomendação dos defuntos que eram enterrados no cemitério ao lado. Este, seguramente era o mais antigo da cidade. Ocupava uma área bastante ampla, que ia dos lados aos fundos da Capela (mais ou menos parte da hoje Praça Barão de Guaraúna, av. [Vicente] Machado até onde se localiza a loja João Vargas de Oliveira, e estendia-se até a atual rua Balduino Taques). Foi o mais utilizado da Freguesia, Vila e cidade de Ponta Grossa. (DIOCESE DE PONTA GROSSA, 1976, p. 57)

Os moradores consideravam que a Capela só servia à encomendação dos mortos. “*Não tinha altar nem paramentos, e os outros serviços religiosos não eram ali realizados*” (CHAMMA, 1988, p. 18). As reclamações sobre a insuficiência dos serviços religiosos prestados eram recorrentes. Em 1823, foi decretada a criação da Freguesia de Nossa Senhora Sant’Ana de Ponta Grossa. Ato contínuo, autorizou-se a construção de uma nova capela de tábuas de pinho, no local onde posteriormente seria construída a Catedral de Sant’Ana, ainda hoje padroeira dos municípios de Castro e Ponta Grossa. Ao lado da Capela, construiu-se um novo cemitério, o segundo do perímetro urbano de Ponta Grossa.

O cemitério construído próximo à Capela Sant’Ana não era muito do agrado dos moradores, que preferiam enterrar os seus mortos no cemitério São João, cujo local era mais plano e não como o outro, que estava localizado em terreno inclinado. Isso se acentuou, quando numa certa ocasião houve um violento temporal durante a noite, e pela manhã, os moradores viram assustados, que muitos túmulos e covas rasas do Cemitério Sant’Ana haviam sido levados pela enxurrada abaixo em direção aos campos da Ronda. Ninguém mais quis enterrar seus mortos ali, e o cemitério praticamente foi abandonado. (CHAMMA, 1988, p. 23)

O cemitério construído ao lado da Capela de Sant’Ana foi utilizado por um breve período de tempo, em vista do desagradado dos residentes. Já o Cemitério São João recebeu sepultamentos até 1890, quando na gestão do Prefeito Municipal Cel. Cláudio Gonçalves Guimarães (1890-1891) foi decretada sua demolição, posto que o Cemitério Municipal São José já estava em funcionamento desde 1881.

O Cemitério Municipal São José protagonizou disputas políticas entre a Câmara Municipal e o clérigo Anacléto Dias Babbista, que ficou à frente da administração da Paróquia de Sant’Ana por mais de quarenta anos (aproximadamente entre 1837 e 1880) e,

supostamente, exercia forte influência sobre a população local. Em vista desta animosidade, os vereadores chegaram a oficiar ao Governo Provincial em 1865 acerca da necessidade de um Vigário Encomendado para a Matriz de Sant'Ana, mas o pedido foi negado.

Tais disputas políticas se acentuaram, conforme Fernandes, quando o clérigo tentou fazer prevalecer uma antiga doação de imóveis outorgada à padroeira pela família de Domingos Ferreira Pinto, referente à área do bairro da Ronda. O vigário encontrou forte oposição da parte dos edis, que contestaram a doação, no mesmo ano, junto ao Governo e, após, ao Ministério da Justiça (FERNANDES, 2003, p. 327). Com o objetivo de diminuir o poder do religioso, que tentou fazer prevalecer o Memorial, insistindo em sua validade, os vereadores resolveram transferir o Cemitério São João para um terreno situado fora da cidade, alegando que a localização da necrópole impedia o crescimento urbano.

Porém, conforme a Edição Comemorativa do Cinquentenário da Diocese de Ponta Grossa (1976, p. 58), o objetivo da construção de um novo cemitério, não somente por parte da Câmara Municipal, como também de outros moradores ilustres da cidade, era diverso. Aparentemente, os lugares que possuíam uma melhor localização na necrópole antiga já estavam ocupados *“e como mesmo na morte, não desaparece a mania de ostentação dos vivos, resolveram construir [o novo cemitério] bem distante do centro da cidade (atual cemitério São José), sem consultar o Vigário [...]”*. De fato, é possível afirmar que um dos objetivos na construção dos cemitérios, no século XIX, foi a procura pela monumentalidade, sendo indiscutível que os cemitérios não resultaram sóbrios, padronizados, como eram os locais dos sepultamentos tradicionais, no interior das igrejas (CYMBALISTA, 2002, p. 78).

O Cemitério São João, com efeito, ficava localizado em área central da cidade naquele momento, o que explica a justificativa apresentada pelos políticos.

Sem consultar o Vigário, que era o responsável pela conservação do cemitério, enterros e certidões de óbitos, conforme o que decidia a Constituição Imperial de 1824, O Governo Municipal mandou cercar um terreno fora da cidade, e começaram a insistir com o povo para que os sepultamentos ali fossem efetuados. O resultado disso foi que, o Vigário não tomou conhecimento dessas resoluções e não abençoou o novo cemitério, que não teve portanto uma cruz de madeira, o que segundo a tradição o torna campo santo. Em razão disso, muitas pessoas não deixavam seus mortos serem enterrados ali. O problema durou alguns anos. (CHAMMA, 1988, p. 33)

Assim, o vigário, não podendo impedir a iniciativa da Câmara, não abençoou o novo cemitério para que este fosse considerado campo santo e, dessa forma, as pessoas não queriam que seus mortos fossem enterrados neste local, considerado *“um lugar inadequado para a inumação de católicos”* (FERNANDES, 2003, p. 327). Esta situação foi

alterada apenas em 1881, quando o Padre João Evangelista Braga, assumindo como novo vigário, abençoou o cemitério e a população progressivamente passou a utilizá-lo, sem temores. Logo o Cemitério São João foi desativado, conforme já referido.

Vimos que o Cemitério Municipal São José protagonizou contendas políticas entre a municipalidade e a Igreja, ocorridas aproximadamente entre 1865 e 1881, ano que marca o início dos sepultamentos na referida necrópole. O episódio ilustra nitidamente a problemática relação entre estas esferas, num período de transição, tanto na história local, como visto, quanto na história nacional, sobretudo a partir de 1870. Nesse período o Brasil foi palco de intensos conflitos entre Igreja e Estado, dentre eles a luta pela promulgação da república e pela secularização.

Por trás das disputas ocorridas em Ponta Grossa, conforme referidas, a exemplo do que ocorria em demais cidades, visualizamos a forte autoridade da Igreja Católica, então religião oficial do Brasil. Até a Proclamação da República, em 1889, a Igreja era unida ao Estado, sob o regime de padroado, exercendo grande influência nas decisões políticas, sociais e econômicas no país. Portanto, mais especificamente no que se refere aos mortos, a Igreja ainda detinha posição interventora e domínio sobre os cemitérios públicos que, para a mesma, eram considerados eclesiásticos, mesmo aqueles fundados a partir da política sanitária, segundo já explorado no capítulo anterior.

Deste modo, a atitude por parte dos políticos em Ponta Grossa, no sentido de transferir o cemitério existente para uma área distante da cidade, implicou em uma tentativa de diminuição da intervenção da Igreja, mesmo que a administração dos cemitérios ainda fosse legalmente de competência eclesiástica. Outra possível interpretação para esta atitude dos vereadores é de que, com o novo cemitério, fosse possível romper com o controle da Igreja sobre as manifestações fúnebres privadas. Até mesmo porque as representações simbólicas da morte nos rituais funerários e nas práticas de sepultamento já se faziam presentes na região mesmo durante o período colonial, visto os “arremedos” de sepultura referidos por Chamma.

Ainda há que se assinalar que o funcionamento do Cemitério Municipal se deu a partir de 1881, ou seja, sua fundação remonta a um período no qual a Igreja ainda estava unida ao Estado e era capaz de restringir, senão impedir, a implantação das propostas de secularização dos cemitérios públicos, conforme nos esclareceu Rodrigues (2011). Deste modo, quando de sua fundação, o Cemitério Municipal São José não era um espaço secularizado. Ao contrário, fazia parte da jurisdição eclesiástica ou pelo menos possuía

natureza de campo santo, mesmo que a administração fosse feita pela municipalidade e que sua fundação tenha sido realizada contrariando a vontade da Igreja.

Em contapartida, a negativa de benzimento do novo cemitério por parte do Vigário e, por consequência, a objeção da população em utilizá-lo sem tal sacralidade, são expressivas da autoridade religiosa, que se fazia presente, mesmo que de maneira por vezes conflituosa. Ao vetar a sacralidade ao novo cemitério, a Igreja impedia também a celebração dos atos fúnebres para o povo católico no mesmo. Ou seja, a partir da restrição de benzimento também vetou e/ou atrasou a execução das medidas laicizadoras.

A atitude de não enterrar seus mortos no novo cemitério, por parte da população, temerosa de que os mesmos não obtivessem a salvação, caso não fossem sepultados em um lugar sacro e adequado aos católicos, é condizente com as observações de Rodrigues (2005, p. 298): “[...] *toda a discussão sobre a secularização dos cemitérios foi pensada e proposta por membros da elite política e intelectual, partidários do livre-pensamento e de posturas anticlericais e laicizantes.*” Isso não significa que a população estivesse de acordo com tais propostas; ao contrário, parte significativa da mesma ainda era preocupada com as atitudes e representações tradicionais e costumes fúnebres geridos pelo catolicismo, no Brasil desde a colonização.

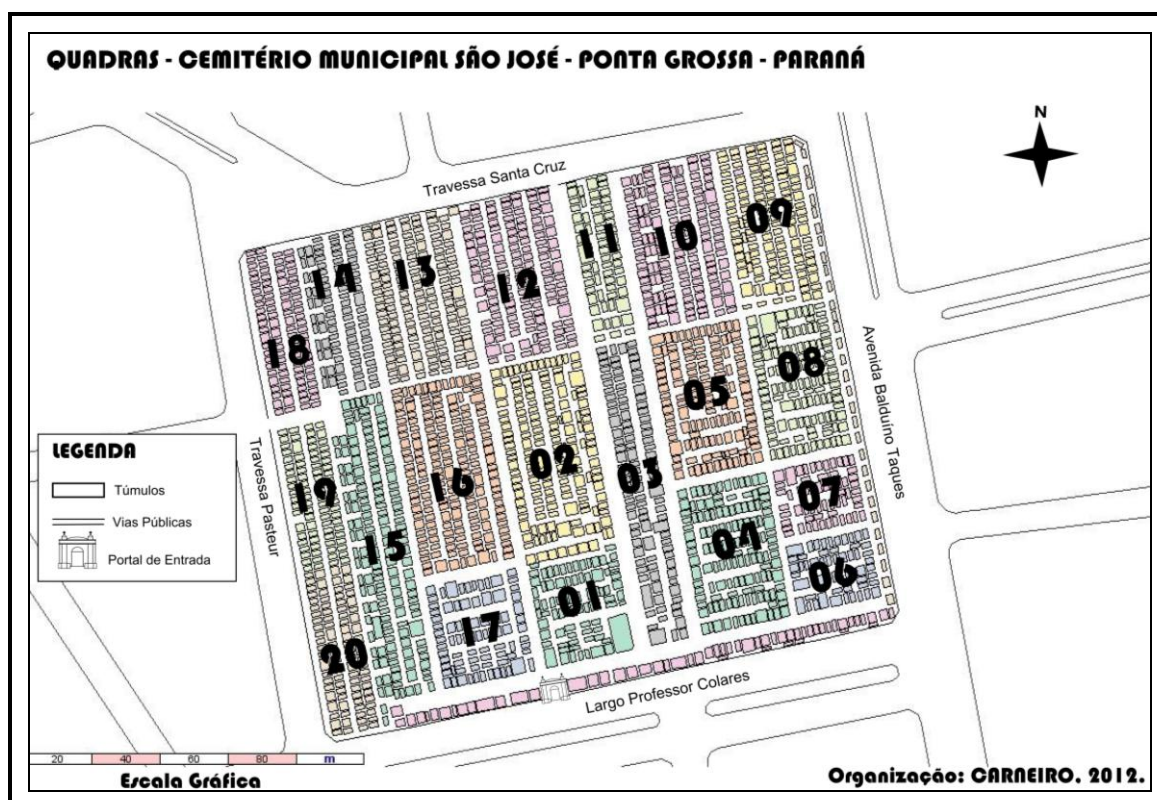
Isso também pode ser verificado pelo fato de que a população somente passou utilizar o novo cemitério, sem temores, depois que o mesmo foi abençoado, garantindo-se, deste modo, o enterramento conforme prescrevia o catolicismo. A secularização do mesmo só seria efetivada com o decreto nº 789, de 1890, que instituía a secularização dos cemitérios no território nacional. Todavia, ainda que tal atitude laicante tenha como referência o marco temporal de 1890, é válido afirmar, no que se refere especificamente ao Cemitério Municipal São José, que as disputas políticas entre Estado e Igreja, iniciadas em meados da década de 1860, sinalizam o enfraquecimento do poder da Igreja e, em certa medida, antecipam a ideia de cemitério secular, a ser oficializado somente posteriormente. Da mesma forma, tal secularização não impede a presença no espaço da necrópole da manipulação de representações religiosas e, sobretudo, cristãs.

A denominação de “Cemitério Municipal São José” foi recebida somente em 1948, através da Lei nº 80, de 05 de outubro daquele ano, sendo que até então não possuía denominação oficial, assim como os demais cemitérios do município na época, designados na mesma oportunidade: Cemitério Municipal São João Batista, Cemitério Municipal São Sebastião e Cemitério Municipal Santa Luiza. Todos os cemitérios em funcionamento na

cidade eram denominados “municipais”, quando na verdade todos o eram, pois pertencentes ao município, mas não possuíam outra forma de discriminação oficial.⁷

2.3 CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO JOSÉ: DENTRE DISCURSOS E ARRANJOS

O Cemitério Municipal São José está atualmente localizado em área central, entre a Rua Balduino Taques, Largo Professor Colares, Travessa Santa Cruz e Travessa Pasteur, conforme cartograma na sequência.



CARTOGRAMA 1 – Distribuição dos túmulos do Cemitério Municipal São José por quadras.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Em “*O Cemitério Municipal de Ponta Grossa através de uma detalhada reportagem*”, matéria publicada pelo Jornal “Diário dos Campos” em 12 de agosto de 1934, consta que um dos idealizadores da nova necrópole foi Augusto Lustosa Ribas, que inclusive mandou plantar ciprestes ao lado direito do campo santo e foi o responsável pela construção do primeiro muro, erigido pelo Sr. Francisco Votto. O segundo muro foi construído por Nicolau Ferigotti, zelador do cemitério de 1909 a 1915, substituído pelo filho, João Ferigotti. Na gestão do prefeito Teodoro Batista Rosas (1912-1916), os limites do Cemitério foram

⁷ Projeto de Lei nº 79/48 – Dando denominações aos Cemitérios de Ponta Grossa.

ampliados, estendendo-se em uma das laterais, passando a situar-se junto à Rua Balduino Taques.⁸

Na maioria das notícias veiculadas pelo *Jornal Diário dos Campos*, especialmente em ocasião das comemorações do Dia de Finados, o Cemitério Municipal São José é relacionado à memória dos mortos. Vê-se que os rituais funerários relacionados ao catolicismo ainda se fazem presentes, evidenciados nas referências às velas e ao Cruzeiro das Almas, por exemplo.

É hábito antigo dos que moram em cidades cujos cemiterios não possuem os finados parentes, accenderem velas pelos mesmos no Cruzeiro das Almas. O do Cemiterio Municipal estava hontem engalanado de flores e assediado de cirios accesos.⁹

Esta preocupação para com os mortos também se faz presente em 1936:

Ponta Grossa, como todo o mundo, cultuou hontem a memoria dos seus mortos. Toda a cidade, ricos e pobres, poderosos e humildes, toda essa massa que forma o patrimonio demographico da Princeza dos Campos, dirigiu-se, em romarias, ao Campo Santo.¹⁰

Apesar da ausência de menções diretas à religiosidade neste último fragmento de 1936, vemos que o Cemitério ainda é referido como “Campo Santo”, mesmo que secularizado desde 1890, o que destaca a valorização concedida ao espaço. Podemos afirmar que o Cemitério São José, enquanto espaço para os mortos na cidade, era seguramente considerado um espaço sacro, tendo sido referido como “Campo Santo” em outras ocasiões.

Outro tópico que se faz notável nas notícias refere-se à limpeza e ao estado de conservação da necrópole, havendo referências constantes à ornamentação floral e às novas pinturas nos jazigos. Em 1922, por exemplo, há menção de que os túmulos estavam cobertos de flores, dando ao Cemitério Municipal, sempre limpo e asseado, um aspecto festivo.¹¹ No mesmo sentido, nos anos de 1934 e 1935:

As capellas interiormente limpas e floridas, apresentando um bello aspecto (porque o Cemiterio de Ponta Grossa tem a peculiaridade de não apresentar nada de lugubre!).¹²

⁸ O Cemiterio Municipal de Ponta Grossa atravez de uma detalhada reportagem. **Jornal Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 12 ago. 1934.

⁹ A romaria do Campo Santo começou hontem. **Jornal Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 02 nov. 1934.

¹⁰ O día dos mortos. **Jornal Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 04 nov. 1936.

¹¹ Finados. **Jornal Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 03 nov. 1922.

¹² A romaria do Campo Santo começou hontem. **Jornal Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 02 nov. 1934.

A romaria ao cemiterio tambem se fez com intensa affluencia, prolongando-se até ao anoitecer. Grande numero de pessoas convergiam de todos os lados, conduzindo flores e corôas ao Campo Santo, onde era intenso o afan de se preparar convenientemente e dar aos jazigos as ultimas demãos, para a visitaçao publica de hoje.¹³

São recorrentes comentários acerca da “preparação conveniente” dos cemitérios para o dia de finados, como se apreende desta matéria de 1935. No ano de 1977, por exemplo, relata-se que o Cemitério Municipal, como é comumente mencionado nas notícias, recebeu pintura geral dos portões, meiosfios, muros, cruzeiro e dependências dos zeladores; protetores de velas, instalados nos cruzeiros; pinturas de túmulos pertencentes às autoridades já falecidas e; instalação de torneiras nos tanques e reservatórios para a utilização dos munícipes. Estas providências foram tomadas como preparação para as comemorações do Dia de Finados, colaborando para o bom aspecto dos cemitérios.¹⁴

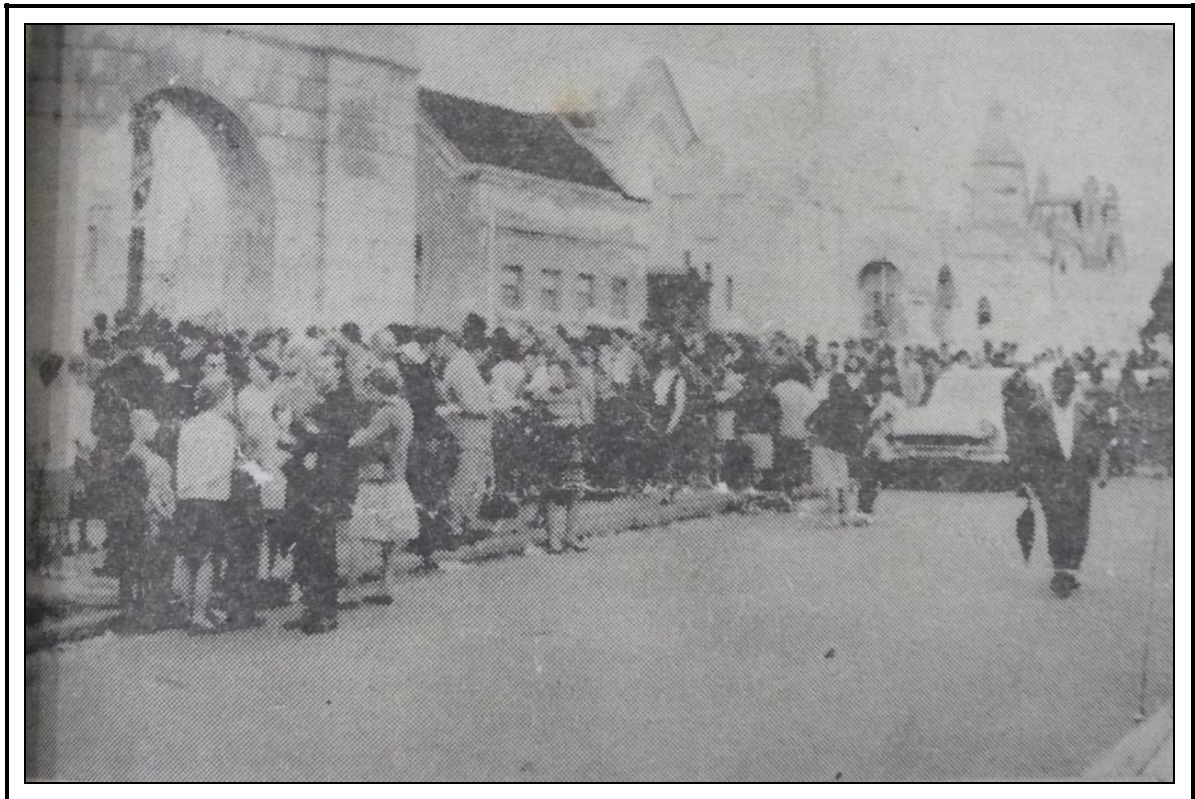


FIGURA 1 – “O movimento foi grande”.
Fonte: **Jornal Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 04 nov. 1969.

Vemos que a visitaçao ao Cemitério Municipal São José manteve-se numerosa ao longo dos anos, conforme é possível visualizarmos neste registro fotográfico de 1969 (FIGURA 1), assim como é recorrente a preocupação com a manutençao e limpeza da

¹³ Todos os Santos e Finados. **Jornal Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 02. nov. 1935.

¹⁴ A cidade prepara os cemitérios. **Jornal Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 01 nov. 1977.

necrópole para as celebrações de homenagem aos mortos. Em 1984, por exemplo, também afirma-se que foram efetuados por parte da Secretaria de Obras e Serviços os trabalhos de limpeza e demais preparativos para possibilitar a visita pública.¹⁵

Numa matéria publicada em 1921, são afirmadas relações entre o culto dos mortos presente em Ponta Grossa, evidenciado através da ornamentação e da conveniente limpeza da “Cidade dos Mortos”, e os sentimentos de civilização e nobreza, comprovações de uma cidade culta.¹⁶ Ou como é referido em 1936: “*Em seu aspecto geral, porém, o nosso Cemitério mostrava a cultura e os sentimentos bem formados da população pontagrossense.*”¹⁷ Ponta Grossa dos anos da década de 1930 pode ser caracterizada como portadora de uma sociedade plural, manifesta nas posturas, nos universos simbólicos, nas ações e discursos diferenciados produzidos pelos segmentos que a compunham.

Por outro lado, a imagem de Ponta Grossa construída nas representações discursivas do Diário dos Campos é a de cidade ideal e sociedade homogênea (CHAVES, 2001, p. 149-153), imagem esta que nos parece transposta também para as representações feitas pelo mesmo periódico sobre o Cemitério Municipal, tomado como expressivo da cultura e bons sentimentos da população. Encontram-se aqui traços das representações simbólicas vinculadas aos ritos fúnebres e, especificamente, às práticas de sepultamento do Cemitério Municipal São José, visto que a preocupação com os “sentimentos de civilização e nobreza” e com a “cultura e os sentimentos bem formados” expressa a tentativa de manutenção das estratificações sociais, encontradas na região desde o período colonial.

Ainda na perspectiva dos ideais de civilidade, que permeiam as notícias, preocupações com a ordem e a disciplina também são evidenciadas, com a indicação frequente de policiamentos nos dias das comemorações de finados. Destacamos, como exemplo, o seguinte trecho, de 1941:

Nossas autoridades policiais tomaram as mais salutaras medidas, para que nada viesse perturbar o recolhimento de quantos ali se dirigiam. O trânsito foi organizado de maneira que não se notava a menor confusão na entrada e na saída. Um cartaz bem legível em ambas as portas, alguns guardas civis e policiais, foi o quanto bastou para que não houvesse o menor incidente.¹⁸

¹⁵ As melhorias feitas nos cemitérios. **Jornal Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 02 nov. 1984.

¹⁶ Finados. **Jornal Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 03 nov. 1921.

¹⁷ O dia dos mortos. **Jornal Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 04 nov. 1936.

¹⁸ Ecos. **Jornal Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 05 nov. 1941.

Às obrigações dos policiais para com os pedestres e o trânsito, logo se somam a fiscalização do comércio praticado pelos ambulantes nas proximidades dos cemitérios no dia de finados.

O esquema preparado para o Dia de Finados prevê sinalização de trânsito para orientação do tráfego próximo aos cemitérios municipais, a fim de disciplinar o fluxo de veículos e evitar os congestionamentos. Também haverá fiscalização do comércio ambulante de flores, velas, fósforos e outros produtos, quanto às posturas municipais.

[...] O comércio ambulante nos cemitérios, nos passeios fronteiros contíguos aos mesmos, bem como o acostamento nos meio-fios, não será permitido, podendo, somente, naquela área haver a venda de velas, flores e etc. a uma distância mínima de 10 metros de cada lado dos portões dos cemitérios.¹⁹

As discussões no que concerne às regulamentações da venda de flores no município são recorrentes. Nas notícias publicadas pelo periódico há críticas frequentes aos preços abusivos nos serviços funerários em Ponta Grossa, tanto na venda de flores, para as comemorações de novembro, quanto nos preços dos sepultamentos praticados pelas funerárias instaladas na cidade. Destacamos os anos de 1939 - *Os serviços funerários em Ponta Grossa*; 1947 - *Em P. Grossa paga-se preço exessivo até para morrer. E' preciso pôr cobro à exploração nos preços dos serviços funerarios*; e 1967 - *Cemitérios: Hoje e Amanhã o Maior Movimento do Ano Todo*.²⁰ Rezende (2000, p. 102) nos esclarece que as comemorações do Dia de Finados retomam o contato simbólico com os mortos, por intermédio das orações e das velas, mas também demonstram o capitalismo que deseja transformar a morte em mercadoria, cada vez mais recorrente.

Em 1936 começaram a haver preocupações com o espaço disponível para os sepultamentos no Cemitério Municipal:

O nosso principal Cemiterio enche-se cada vez mais de sepulturas. O espaço vae pouco a pouco rareando. Daqui a alguns annos, já não mais poderá ser alli sepultado ninguem. É tempo, já, de se cogitar da contrucção de uma ou mais necropoles.²¹

Posteriormente, nesta matéria publicada em 1951, quando o Cemitério Municipal já havia recebido a denominação de “São José”, a questão do espaço é retomada:

Começamos pelo Cemitério São José, **a necrópole central**, construída pelos esforços de Augusto Ribas, há pouco mais de meio século. **Circunscrita por**

¹⁹ Prazo para limpeza dos cemitérios. **Jornal Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 30 out. 1975.

²⁰ Os serviços funerários em Ponta Grossa. **Jornal Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 31 out. 1939.; Em P. Grossa paga-se preço exessivo até para morrer. E' preciso pôr cobro à exploração nos preços dos serviços funerarios. **Jornal Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 02 nov. 1947.; Cemitérios: Hoje e Amanhã o Maior Movimento do Ano Todo. **Jornal Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 01 nov. 1967.

²¹ O día dos mortos. **Jornal Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 04 nov.1936.

avenidas e ruas da “city”, recebendo a tanto tempo o tributo que a Vida paga à Morte, devolvendo à Mai Terra o que é dela, “quia pulveris reverteris”, - o velho Campo Santo já não mais comporta novas aquisições. Está mais do que nunca alinhado, decente, como esses valetudinarios que apesar da idade conservam a “finesse”, o cavalheirismo que os anos enobrecem ao envez de diminuir. Já de muitos anos que o Cemitério São José mantém a boa fama de um dos mais bem cuidados, limpos e belos do país, isto graças ao zelo e aos cuidados que, durante mais de trinta anos, ali empregou o saudoso e prestante cidadão João Ferigotti. Ainda agora fomos encontrá-lo na devida forma, asseado e senhoreal. Não conta com mais terrenos disponíveis. Ali só é possível agora a edificação subterrânea e a construção de gavetas no muro que o circunscreve. Aliás, duas providencias muito acertadas. E’ que já se manifesta o “cambio-negro” nos terrenos dessa necropole, por parte de alguns proprietários de sepulturas rasas. (...) “arranha-céus”, as capelinhas e túmulos suntuosos que caracterizam o nosso cemitério capital [sem grifo no original].²²

Quando da fundação do Cemitério Municipal São José, ainda que estivesse localizado num terreno afastado do centro urbano, para que não atrapalhasse o crescimento da cidade, neste momento o mesmo já é definido como a necrópole central, circunscrito por ruas e avenidas da cidade, espaço privilegiado para a demonstração da cultura do município, dos bons sentimentos dos munícipes. A preocupação com o espaço e as críticas com relação ao “câmbio-negro” dos terrenos é permeada pelo discurso de civilidade e ordem.



FIGURA 2 – Cemitério Municipal São José – Dia de Finados em 1935.
Fonte: Acervo do Museu Campos Gerais.

²² Os nossos cemitérios. *Jornal Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 31 out. 1951.

Celebra-se a limpeza e a disposição do Cemitério Municipal São José, portador de traços nobres, senhoriais, caracterizado especialmente pelas construções suntuosas, mantendo inclusive a fama de ser um dos cemitérios mais bem cuidados e belos do país, o que pode ser visualizado no registro fotográfico acima (FIGURA 2). Neste, visualizamos as suntuosas construções frontais do Cemitério Municipal São José, ao fundo, bem como grande movimentação de munícipes no Dia de Finados, em 1935. Notamos ainda a presença de pessoas abastadas, dada a quantidade de veículos no registro, os quais eram propriedade de poucos durante a década de 1930.

Nesse sentido, evidencia-se que o cemitério público não foi estabelecido somente como o espaço para os mortos na cidade, mas também como representação de progresso e de higienização, inscrita em um discurso social, religiosos, político e urbanístico mais amplo e complexo. Observamos claramente que a sua instituição, em 1881, senão imediatamente, a partir do final do século XIX, permitiu que se desenvolvesse livremente a constituição das manifestações fúnebres privadas, sem a intervenção direta da Igreja, vistos os “arranha-céus”, as “capelinhas” e os “túmulos suntuosos” a caracterizar o Cemitério Municipal São José, muitas vezes coexistentes com muitos valores religiosos.

A questão da comercialização irregular dos terrenos para os sepultamentos é retomada na esfera legislativa. No ano de 1952 foi sancionada a Lei Municipal nº457, que alterou a Tabela de Emolumentos para o Cemitério Municipal São José, esta que havia sido definida conforme o disposto na Lei Municipal nº253, sancionada dois anos antes. Com efeito, a justificativa apresentada pelo Senhor Prefeito Municipal Pretonio Fernal para tal alteração era de que a referida tabela de emolumentos, “*por tão diminuta*”, era um forte incentivo para as especulações em torno dos preços dos túmulos da necrópole, já lotada, o que prejudicava os interesses do município, acrescentando ainda:

[...] Como se sabe, **o referido Cemitério está superlotado** e a Prefeitura vem realizando ali algumas obras, que, talvez, venham a dar lugar a mais uns 40 ou 50 túmulos.

Várias denúncias chegaram ao conhecimento do Executivo de que **antigos proprietários de sepulturas estariam vendendo os seus espaços a preços exorbitantes**, sem que o Poder Público pudesse intervir de qualquer maneira nessas transações. Houve caso em que se registrou uma transferência pela quantia de CR\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros). **Impõe-se, assim, a necessidade de uma lei que venha acautelar os interesses do Município**, proporcionando-lhe alguns emolumentos provenientes de operações que se realizam dentro de sua jurisdição administrativa, tanto mais que a manutenção dos Cemitérios acarreta onus ao erário público.

Prevenindo-se a situação [da especulação dos preços], tal como preceitua o presente projeto de lei, com relação ao cemitério São José, julgo ter assegurado os direitos do Município, sem alterar **a situação das classes menos favorecidas**, que

continuam dispondo dos **demais Cemitérios da cidade**, na forma da legislação anterior [sem grifo no original].²³

Cabe esclarecermos que na primeira das leis relacionada aos emolumentos, Lei Municipal nº253, as taxas deste campo-santo já eram superiores aos demais cemitérios urbanos (São Sebastião, Santa Luiza e São João Batista). Por exemplo, segundo a Lei nº253, a taxa para um terreno para jazigo perpétuo no Cemitério Municipal São José medindo até 03 m.² (três metros quadrados) era de CR\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) e para cada m.² (metro quadrado) em excesso a taxa de CR\$ 100,00 (cem cruzeiros). Para os demais cemitérios urbanos as taxas respectivas eram de CR\$ 80,00 (oitenta cruzeiros) e CR\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) e, sendo que para os cemitérios rurais dos Distritos de Uvaia e Itaiacoca este valor sofria o abatimento de 50% (cinquenta por cento). Na segunda lei, nº 457, de 1952, que revisou somente as taxas da necrópole central, preservando as restantes, o abismo dentre estas se tornou evidente. No Cemitério Municipal São José, a taxa passou a ser de CR\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) para um terreno para jazigo perpétuo medindo até 03 m.² (três metros quadrados) e de CR\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros) para cada m.² (metro quadrado) excedente.

Assegurados os direitos do Município através da Lei nº457, sem dúvida o acesso das classes menos favorecidas ao mesmo foi, a partir de então, dificultado ou até mesmo vetado. O Cemitério Municipal era considerado um dos cemitérios mais bem cuidados, limpos e belos do país, portador de traços nobres, senhoriais, caracterizado especialmente pelas construções suntuosas, conforme matéria publicada pelo Jornal Diário dos Campos em 1951, supra mencionada, revelando a permanência das práticas de estratificação social, conforme já observado. Deste modo, as providências legislativas referidas são indicativas de que neste momento o Cemitério Municipal São José era reconhecido pelos munícipes não mais como um cemitério para todos, mas reservado para as famílias que podiam arcar com os custos e emolumentos, ainda que indivíduos de camadas mais desfavorecidas também tenham sido ali sepultados.

Isso nos leva a questionar se um dos incentivos para a tomada de tais providências estava relacionado à seleção do público que poderia ter acesso ao Cemitério a partir de então, levando as pessoas de “classes menos favorecidas” para os cemitérios mais periféricos. Parece-nos que as medidas sancionadas pelo poder público colaboraram para reforçar e promover a hierarquização, que se fazia presente desde o período colonial, ao regulamentar as distinções territoriais do espaço cemiterial através das diferenciações nos

²³ Projeto de Lei 567/52 – Altera a redação da Lei Municipal nº 253, de 22.03.50, que trata da tabela de emolumentos no Cemitério São José.

preços dos emolumentos. Ainda assim, é válido observar que é comum que haja certa manutenção das representações fúnebres, entre os mais e os menos favorecidos.

Em 1956, atento à questão do espaço disponível para os mortos e, novamente, à comercialização irregular dos lotes, o então Prefeito Municipal José Hoffmann, em ofício encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal na época, Sr. Dorival de Arruda Moura, solicita a análise do projeto de lei que viria autorizar o recebimento em doação de um terreno destinado a construção de um novo cemitério para a cidade (Cemitério Santo Antonio). Neste ofício, o Prefeito alega que era público e notório que o principal cemitério da cidade, ou seja, o Cemitério Municipal São José, já não comportava a inumação de cadáveres. As vagas que esporadicamente ainda ocorriam eram muito disputadas pelos interessados, o que criava sérios embaraços para a administração local.²⁴

Alguns anos mais tarde, em 1965, o Presidente da Câmara Municipal Adyb Laidane, partilhando das mesmas preocupações, encaminhou ao Prefeito Municipal José Hoffmann o Projeto de Lei nº 139/65, para a autorização de abertura de crédito especial, no valor de vinte mil cruzeiros, para a construção de um novo cemitério, então apresentando a seguinte justificativa:

É sabido que o **único que se acha localizado no centro da cidade**, o Cemitério Municipal (São José), **não possui mais a mínima condição de atendimento** às pessoas que buscam o jazigo para a última morada de seus familiares. Outro fato, **existe, atualmente, verdadeira indústria para a venda de lotes naquela necrópole, praticadas por pessoas que se aproveitam da incessante procura ali verificada; geralmente, as especulações em torno da alienação** – estas, via de regra encetadas por elementos que já não mais aqui residem, mas que, em outros tempos adquiriram ou ganharam um lugar no Cemitério – **variam, espetacularmente, na importância de centenas de milhares de cruzeiros.**

Acresce, também, como justo motivo, o fato de que **Ponta Grossa apresenta um desenvolvimento demográfico espantoso e o índice de mortalidade é respeitável, o que ocasiona a grande procura de lotes nos cemitérios**, mesmo nos 4 (quatro) mais afastados que, hoje em dia, apresentam-se quase lotados ou, quando não, com os diversos lugares já alienados ou reservados para as famílias pontagrossenses.

Justo, portanto, que se precavenha o Poder Público, antecipando e descortinando o futuro da cidade, pois administrar é ter uma visão que se alastre e se expanda para os dias que virão. [...]

Sala das Sessões, em 1º de dezembro de 1965 [sem grifo no original].²⁵

Nesse contexto, o Jornal Diário da Manhã publicou a seguinte notícia em 07 de dezembro do mesmo ano:

²⁴ Projeto de Lei nº 1109/56 – Autoriza o Executivo a receber em doação do Dr. Antonio Rodrigues Teixeira Jor, e sua mulher, uma área de terra medindo 15.000 m² e abre o crédito especial de CR\$ 1.000.000,00 para a construção de um cemitério.

²⁵ Projeto de Lei nº 139/65 – Autoriza o Prefeito Municipal a abrir crédito especial de CR\$ 20.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) para a construção do novo Cemitério Municipal, nesta cidade.

Existem em Ponta Grossa várias necrópoles mas **a grande maioria dos pontagrossenses preferem o cemitério São José** para a última morada de seus entes queridos. Acontece, porém, que **esse campo santo está completamente ocupado, não havendo mais lugar para novos jazigos**. Em conseqüência, inúmeras famílias se vêem [...] com doloroso drama quando têm de cumprir o dever sagrado e pungente de inumar seus mortos. Pedem às pessoas amigas um lugar em sepulturas emprestadas para êste fim. De outro lado, **estabeleceu-se verdadeiro comércio rendoso na venda de terrenos na nossa principal necrópole, vendas estas feitas a título de aparente doação**. Terrenos ali são vendidos a 400 a 500 mil cruzeiros até mais [sem grifo no original].²⁶

Em ambas as declarações, evidencia-se a contínua busca por terrenos para sepultamentos no Cemitério Municipal São José, ainda que lotado, e a latente necessidade em se construir novas necrópoles, para atender a demanda, considerando-se o crescimento da cidade, como já era indicado em 1936, pelo Jornal Diário dos Campos. Constatamos que o maior número de sepultados no Cemitério Municipal São José corresponde até o período em que se iniciou a instituição de outros cemitérios na cidade de Ponta Grossa, cuja preocupação já estava presente na década de 1930. A partir da década de 1950, o número de sepultados no Cemitério Municipal São José somente diminuiu, sendo que o mesmo já se encontrava inserido em área central da cidade. Além disso, cada vez mais o espaço disponível para novas concessões diminuía, conforme verificado tanto na leitura das providências legislativas, quando na análise dos periódicos locais.

Vemos que a elaboração material das representações fúnebres no Cemitério Municipal São José, ao mesmo tempo em que se encontra liberta do domínio eclesiástico a partir da secularização, passa a ser circunscrita à administração conduzida pela municipalidade. Ressalta-se que todo conjunto de leis e normas, incluindo a atuação policial, realiza-se tendo como referência um discurso normatizador e disciplinarizador do convívio social, construído a partir e em favor de uma determinada perspectiva de cidade. A leitura das providências legislativas e também do conteúdo publicado pelos periódicos mencionados traz indicativos de normatização social, que devem ser considerados, em essencial pelo fato que evidenciam a inerência da necrópole ao contexto mais amplo de cidade.

Esclarecemos que não é intenção deste trabalho esgotar a análise destas fontes, nem tampouco compreender amplamente o Cemitério Municipal São José a partir das mesmas. Porém, recuperar os discursos contidos nos periódicos e nas leis municipais, assim como nas bibliografias regionais, destina-se a evidenciar a multiplicidade de vozes a tratar do Cemitério Municipal, sua fundação e localização na cidade, disposição física, ordenamento e ocupação. Destacando-se as tensões urbanas vivenciadas de forma fragmentada e

²⁶ Será construído moderno cemitério em Ponta Grossa. **Jornal da Manhã**, Ponta Grossa, 07 dez. 1965.

diversificada, relacionadas ao espaço e aos jogos de memória e experiências (MATOS, 2002, p. 35), visualizar a multiplicidade presente nestes documentos facilita a percepção do múltiplo no próprio espaço físico.

A análise dos discursos e símbolos que aparecem nestas fontes produzidas pela Imprensa, pela Igreja e pelo Poder Público, portanto, expressa a complexidade social da cidade e dos embates travados pelos diversos grupos sociais, tanto concretamente quanto no plano simbólico. “*Sua análise pode conduzir à apreensão de certos choques e tensões vividas pelos diversos segmentos da sociedade ponta-grossense em determinados momentos [...]*” (CHAVES, 2001, p. 94). Ao longo deste capítulo buscamos evidenciar que tais discursos não foram construídos de forma aleatória e demonstram a existência dos conflitos no plano do imaginário coletivo. Assim, denota-se que a implementação dos cemitérios organiza-se de modo a acomodar diversos interesses, considerando inclusive os enraizados costumes fúnebres da população, num processo de transformação no qual o velho molda-se ao novo, por meio de “*lentos arranjos na ordem estabelecida*” (CYMBALISTA, 2002, p. 53).



FIGURA 3 – Cemitério Municipal São José – Dia de Finados em 2011.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

O espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, de forma que cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, conforme nos esclarece Côrrea (2003, p. 07). No espaço do Cemitério Municipal São José estas relações se expressam empiricamente através do fluxo de pessoas, que podem estar associadas à manutenção da necrópole ou visitando entes queridos, por exemplo. São significativos para a espacialidade do Cemitério estes deslocamentos cotidianos e a manipulação das representações simbólicas ou dos elementos materiais (ver FIGURA 3). Ambos constituem um prisma de escolhas que reflete as ações passadas e demonstra a fragmentação que é própria ao mesmo. Assim é o espaço cemiterial – fragmentado e articulado, reflexo e condição social, conjunto de símbolos e campos de luta (CÔRREA, 2003, p. 09).

Ao percebermos a multiplicidade e negociação constante na espacialidade do Cemitério Municipal São José por diferentes atores, vimos que a necrópole não se constitui linearmente, mas de forma fragmentada e plural. A partir destas reflexões, no terceiro capítulo buscamos identificar as relações simultâneas e/ou dissonantes que os túmulos estabelecem entre si. Tal procedimento oportuniza espaço para possibilidades paralelas de leitura, considerando-se que a paisagem contemporânea dos cemitérios é fruto da sobreposição de várias camadas de representações construídas. Muitas vezes a “camada” que percebemos é somente a mais recente, conforme destacado na introdução (CYMBALISTA, 2002, p. 21). A fragmentação do espaço do cemitério revela as ramificações dos caminhos, apenas parcialmente recuperáveis.

3 ENTRE CAL E TAIPA: CONSTRUÇÕES DE REMINISCÊNCIAS MATERIAIS

Longe de serem mais sensatos depois de mortos, os habitantes do cemitério eram ainda mais extravagantes do que em vida.

(Milan Kundera)

Nossa perspectiva de análise, conforme já observamos na introdução, considera duas escalas para a leitura do Cemitério Municipal São José: a dos elementos materiais, do alto, numa perspectiva macro, discutida neste capítulo, e a dos elementos simbólicos, ao nível do olhar, objeto de reflexão no capítulo subsequente. Neste primeiro momento, consideramos o cemitério como um espelho da cidade que o abriga, um espaço no qual convivem representações produzidas pelos diversos estratos da sociedade, múltiplos fragmentos da memória dos vivos convertidos em materialidade.

3.1 COMO UM ESPELHO: A MATERIALIDADE DA CIDADE DOS MORTOS

A organização dos cemitérios, semelhante às cidades, com quadras, ruas e construções, é produzida para os vivos:

Quem faz os cemitérios não são os mortos, mas os vivos. E fazem-nos não apenas para os mortos mas também (para não dizermos sobretudo) para os vivos. Por isso, a organização da “cidade dos mortos” (com as suas avenidas, os diferentes tipos de “habitações” que contém, a forma de as embelezar, as suas relações de vizinhança, a hierarquização dos seus espaços) obedece a critérios semelhantes à “cidade dos vivos”. Assim, os cemitérios funcionam como espelhos das aldeias, vilas ou cidades que o produzem. (COELHO, 1991, p. 08 apud REZENDE, 2000, p. 33-34)

O Cemitério Municipal São José funciona como espelho da cidade que o produziu: heterogêneo, conflituoso, carregado de disputas sociais e de múltiplas práticas culturais. Segundo Sahr (2001, p. 35), a estrutura interna e o espectro social da cidade de Ponta Grossa refletem uma dinâmica bastante intensa, sendo que muito embora a cidade seja um organismo único, encontra-se fragmentada por diferentes usos que se articulam constantemente. Concebemos tanto a cidade, quanto a sua necrópole, como um sistema, o qual se constitui de elementos articulados, a serem lidos, decifrados, sobrepondo temporalidades, permitindo que habitações ou túmulos antigos convivam com os novos. Para Barros (2007, p. 43), de múltiplas maneiras o próprio espaço e a materialidade urbana se convertem em narradores de sua história.

Assim, pensamos a cidade e, sobretudo a necrópole como um espelho fragmentado, através do qual podemos recuperar somente as reminiscências menos obscurecidas pela camada do tempo. São esses caminhos entrecortados que nos propomos a apresentar, sem a pretensão de totalidade. Fundado em 1881, atualmente o Cemitério Municipal São José encontra-se localizado na região central da cidade de Ponta Grossa, conforme mapa infra referido, entre a Rua Balduino Taques, Largo Professor Colares, Travessa Santa Cruz e Travessa Pasteur.

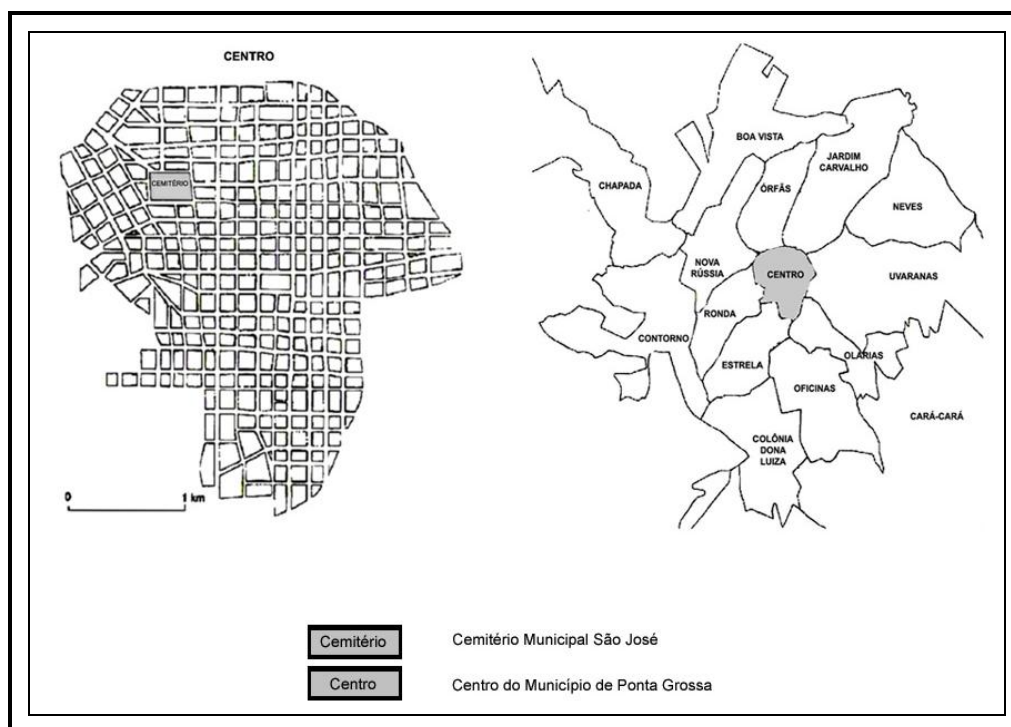


FIGURA 4 - Localização do Cemitério Municipal São José.
Fonte: Adaptado de SAHR, 2001, p. 30.

Nos mais diversos tamanhos, cores e formatos, subdivididos em 20 (vinte) quadras, o Cemitério Municipal São José conta atualmente com 2.284 (dois mil duzentos e oitenta e quatro) túmulos.²⁷ Muito embora já estivesse praticamente sem terrenos disponíveis para sepulturas desde meados da década de 1950, conforme discutido no capítulo anterior, o mesmo é utilizado ativamente até os dias atuais. Isto dificultou o levantamento dos dados, pela evidente dinâmica do espaço e sobreposição de temporalidades, destacada nas contingentes reformas nos túmulos, por exemplo.

²⁷ Os dados indicados neste e no quarto capítulo foram produzidos a partir do trabalho de campo realizado no Cemitério Municipal São José entre os anos de 2006 e 2011, em virtude das pesquisas realizadas pela autora durante os cursos de Licenciatura em História e Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, ambos pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ao observarmos o Cemitério Municipal da perspectiva do urbanista, de cima, o que primeiro nos alcança é o traçado arquitetônico. Barros (2007, p. 72) pontua: “*O plano geral da cidade é o elemento mais externo da forma.*” A partir deste, vemos como o homem se acomoda ao espaço e, ao mesmo tempo, como transgride seus limites. Não uma forma estática: a necrópole, assim como a cidade, é uma forma em crescimento. Constituídos ora espontaneamente, ora socialmente determinados, os ambientes internos do espaço expressam, através da publicidade do mundo urbano, o universo da vida privada do cidadão.

Do ponto de vista da inserção urbanística do Cemitério Municipal, denotam-se investimentos na construção do portal de entrada e das ruas que conduzem ao mesmo. São alamedas largas e arborizadas que, conjugadas, produzem eixos de alta visibilidade, especialmente na parte frontal da necrópole, como pode ser visto na seguinte imagem.



FIGURA 5 – Vista Panorâmica do Cemitério Municipal São José.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

É válido observar que a construção da monumentalidade é obtida por meio da articulação entre os investimentos públicos e privados. Discutiremos estas questões mais detidamente no quarto capítulo. Por hora nos restringiremos à análise dos elementos materiais. Basta afirmar aqui que tais investimentos não se restringem ao entorno da necrópole, mas também são expressos no plano interno da mesma, em sua forma concreta, a partir de sua estrutura física, sólida. Do total de túmulos, investigamos sua disposição espacial, materiais, tamanhos, cores, formatos, sob os mais diversos ângulos.

3.2 ADENTRANDO OS MUROS: UM OLHAR DA PERSPECTIVA DO URBANISTA

Apresentaremos os elementos materiais a serem analisados a partir dos cartogramas confeccionados com este fim, com o apoio dos SIGs – *Sistemas de Informações Geográficas*. Conforme legenda indicada nestes (ver CARTOGRAMA 2, como exemplo), cada polígono representado na imagem corresponde a um túmulo existente no espaço real, respeitando a disposição e distâncias entre as unidades deste mesmo espaço, reservadas as devidas proporções. Faz-se pertinente observar que o posicionamento do cartograma, horizontalmente, busca ser compatível com a orientação geográfica do Cemitério Municipal, para a qual também contribuem a indicação do norte, escala gráfica e alamedas e quadras.

Procuramos utilizar escalas de cores em gradiente para evidenciarmos a distribuição dos dados em escala, ou seja dados correlatos, quando possível, como é o caso dos cartogramas referentes ao estado de conservação dos túmulos. Já para dados independentes, a utilização das cores se deu de forma aleatória, por exemplo, no que se refere ao formato dos túmulos. Também há que se observar que a entrada principal da necrópole é situada de frente para o Largo Professor Colares. No cartograma, esta entrada está indicada pela representação simplificada do Portal, conforme abaixo. Tal indicação é significativa porque nos auxilia na percepção do direcionamento das áreas de concentração de determinados elementos na configuração espacial da necrópole, como veremos mais adiante.

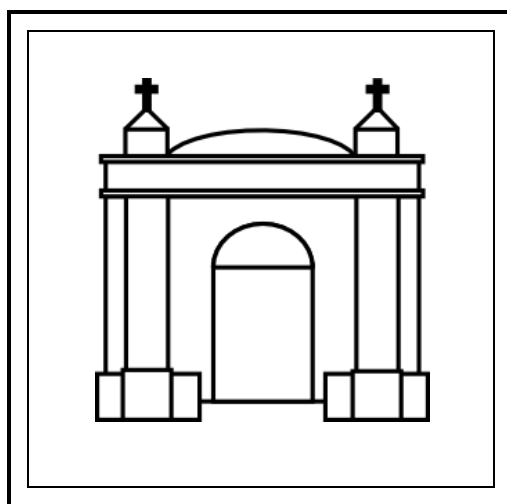
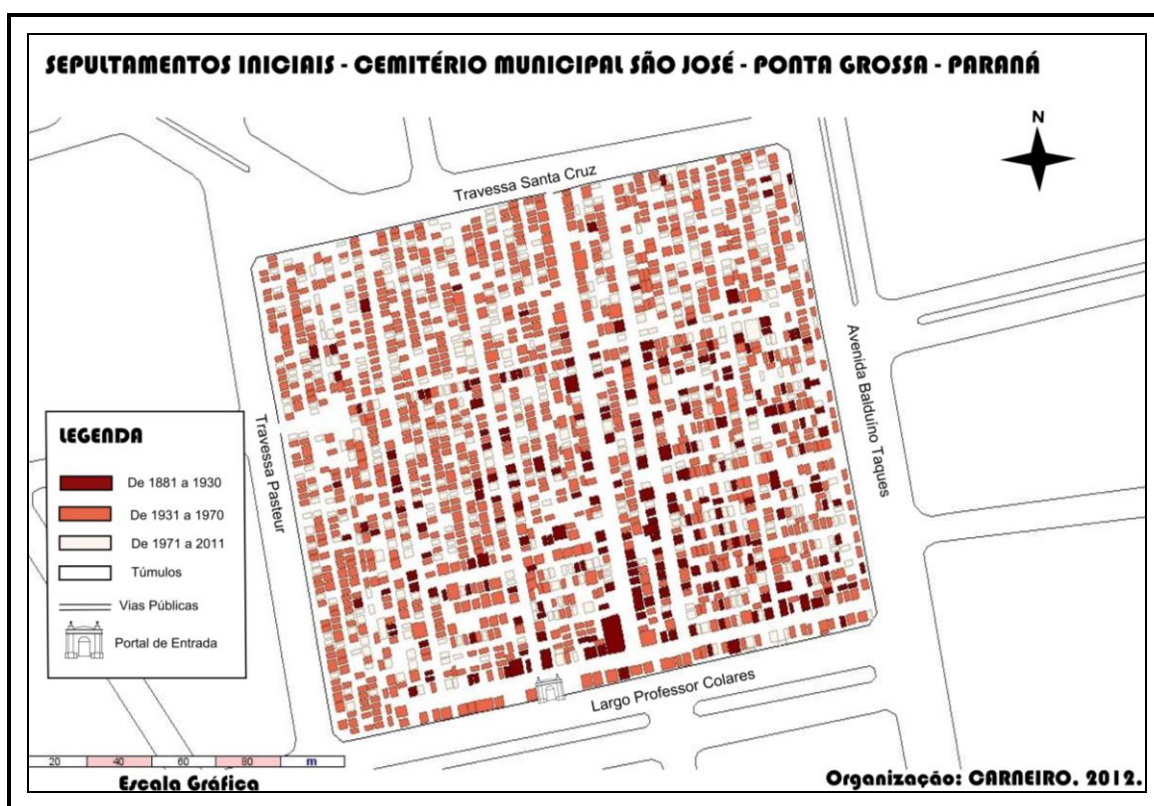


FIGURA 6 – Representação do Portal de Entrada.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Ao ultrapassarmos o limite dos muros do Cemitério Municipal São José, um primeiro dado nos é revelado. De forma geral, diferentes temporalidades constituem o traçado arquitetônico da necrópole. São túmulos ora do final do século XIX, ora do início do século

XXI, a disputar um lugar no mesmo perímetro. Não é possível categorizarmos com segurança as datações de todos os túmulos, em função de múltiplos fatores que interferem na forma concreta dos mesmos, como ausência de manutenção, abandono, demolição e reforma, compra e venda, novos sepultamentos.

Todavia, é possível que nos aproximemos da configuração temporal dos túmulos, a medida em que observamos as datações de sepultamento, conforme as inscrições ou placas de registro afixadas às construções. Sobretudo, o vislumbre do primeiro registro de sepultamento em cada túmulo nos oferece uma estimativa aproximada da ocupação do Cemitério, conforme cartograma infra.



CARTOGRAMA 2 – Sepultamentos iniciais em cada túmulo.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

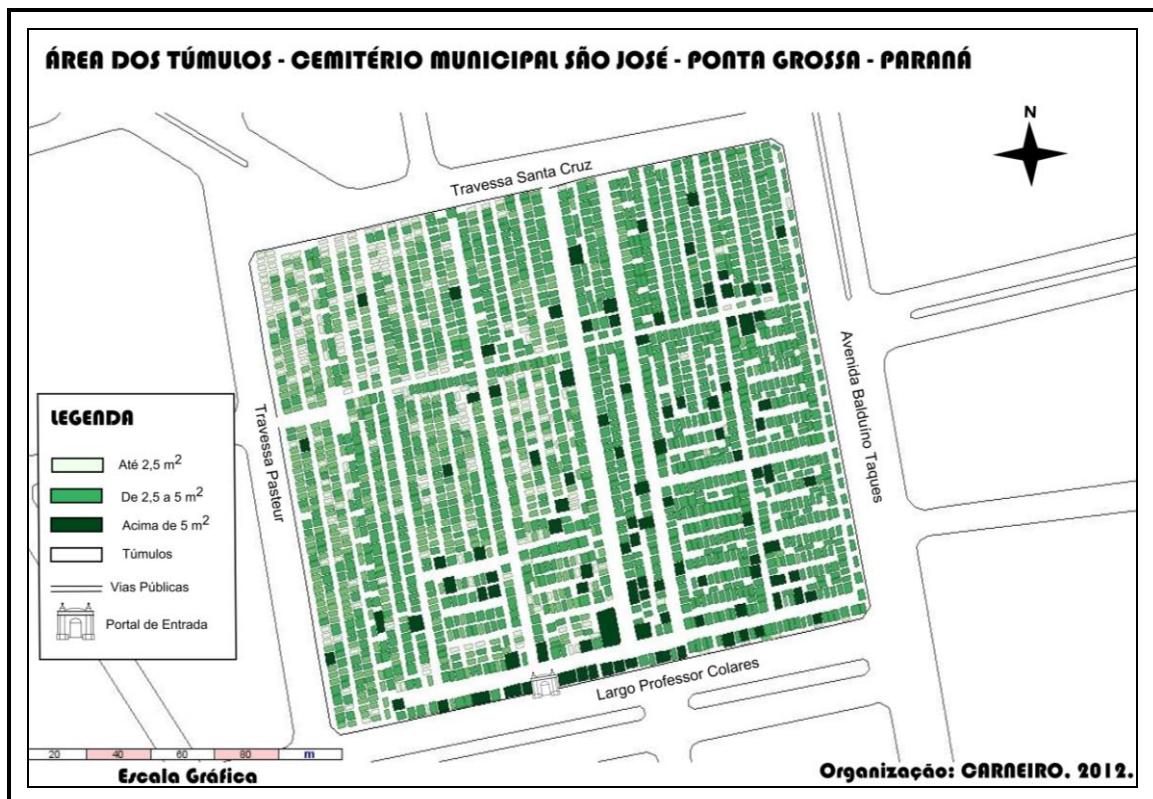
Os túmulos não representados (ver falhas em todo o cartograma) são aqueles nos quais não constam registros de sepultamento. Não é possível esclarecermos ao certo o motivo para tal ausência, que pode ser motivada por falta de interesse no registro ou relacionada ao determinado recorte temporal em que se encontram inseridas as construções, cujas datações podem ter sido excluídas ou substituídas com o tempo. Entretanto, vimos que estes túmulos, sem registros de sepultamento, encontram-se diluídos na espacialidade do cemitério, de forma que a ausência dos mesmos não se relaciona diretamente à temporalidade dos túmulos, ou seja, a época em que foram construídos. Se assim o fosse, encontraríamos um

esvaziamento de informações na região mais próxima ao Portal, ou seja, na região mais antiga da necrópole, o que não é o caso.

Vemos ainda que os polígonos mais escuros, os quais representam os túmulos datados da fundação do Cemitério Municipal até 1930, encontram-se pulverizados nas primeiras quadras da necrópole. Ainda que não seja possível indicarmos um padrão de distribuição ou concentração dos mesmos nestas quadras, é seguro afirmar que estes túmulos mais antigos encontram-se quase totalmente ausentes de toda a parte de trás do Cemitério (quadras 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 18), bem como da lateral esquerda (quadras 19 e 20). Por sua vez, nesta região vemos uma maior quantidade de túmulos cujos primeiros sepultamentos indicados são posteriores a 1970, representados através dos polígonos de cor mais clara.

O tamanho dos túmulos, bem como a área que ocupam, também não se encontra uniformemente distribuído no traçado arquitetônico da necrópole. Ao analisarmos a área ocupada pelos túmulos, evidencia-se que àqueles que ocupam áreas inferiores a $2,5 \text{ m}^2$ (representados no tom mais claro de verde), estão concentrados na parte de trás do Cemitério (canto superior esquerdo), oposta à entrada, onde possuem pouca visibilidade, por tratar-se de lugar periférico, em relação ao Portal de Entrada.

Vejamos o cartograma:



CARTOGRAMA 3 – Área dos túmulos.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

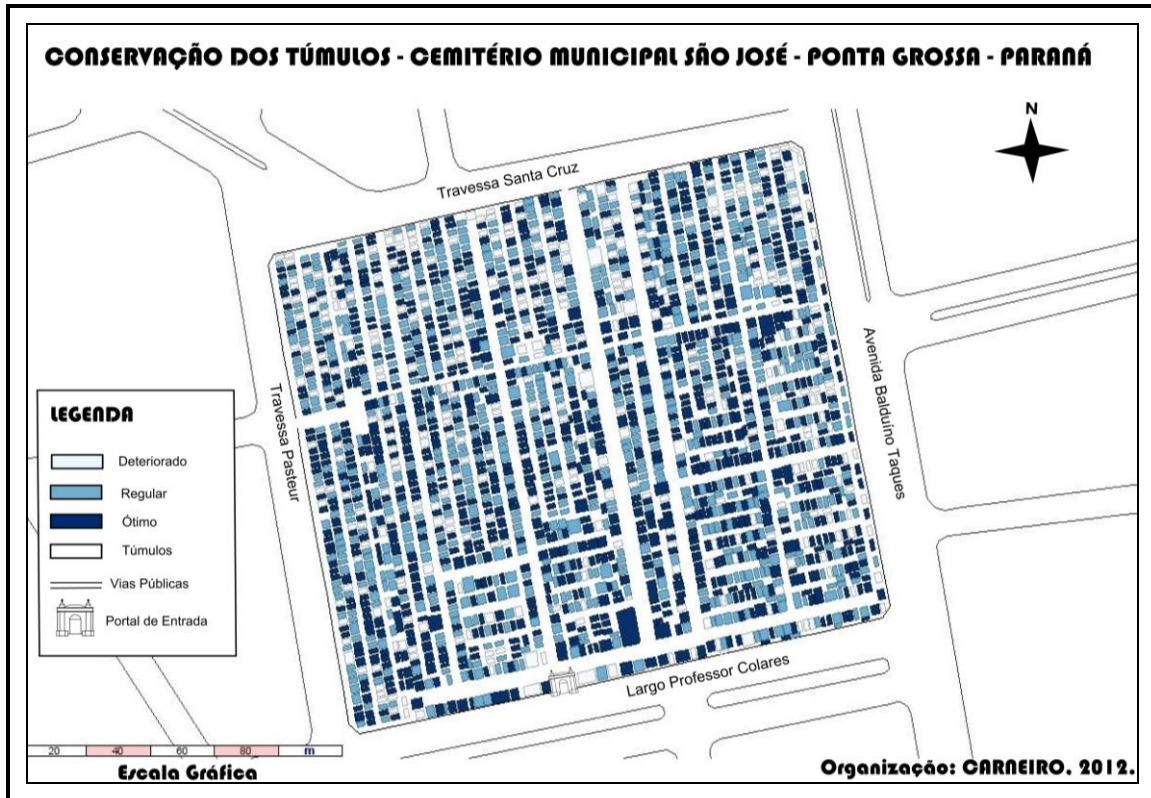
Por sua vez, os maiores terrenos para sepultamentos (coloridos com o tom de verde mais escuro), cujas áreas são superiores à 5m², estão concentrados na parte frontal da necrópole, próximos ao Portal de Entrada. Esse ordenamento coincide com a localização dos eixos de alta visibilidade, produzidos pelas ruas mais largas, correspondendo à inserção urbanística do espaço e à própria construção da monumentalidade. Diversos destes túmulos correspondem àqueles mais antigos, construídos antes de 1930, já apontados. Os túmulos de tamanho intermediário (medindo entre 2,5 e 5m²) encontram-se espalhados na organização espacial do Cemitério.

Esta forte concentração dos túmulos maiores, que ocupam áreas superiores à 5m², pode ser interpretada à luz da lógica dos sepultamentos que eram realizados até meados do século XIX no interior das igrejas. Segundo já expusemos no decorrer do primeiro capítulo, dentro as igrejas havia locais de sepultamento privilegiados, destinados àqueles que podiam pagar mais pelos mesmos, como o espaço próximo aos santos e suas relíquias ou ao altar dos sacramentos sob as pedras da nave.

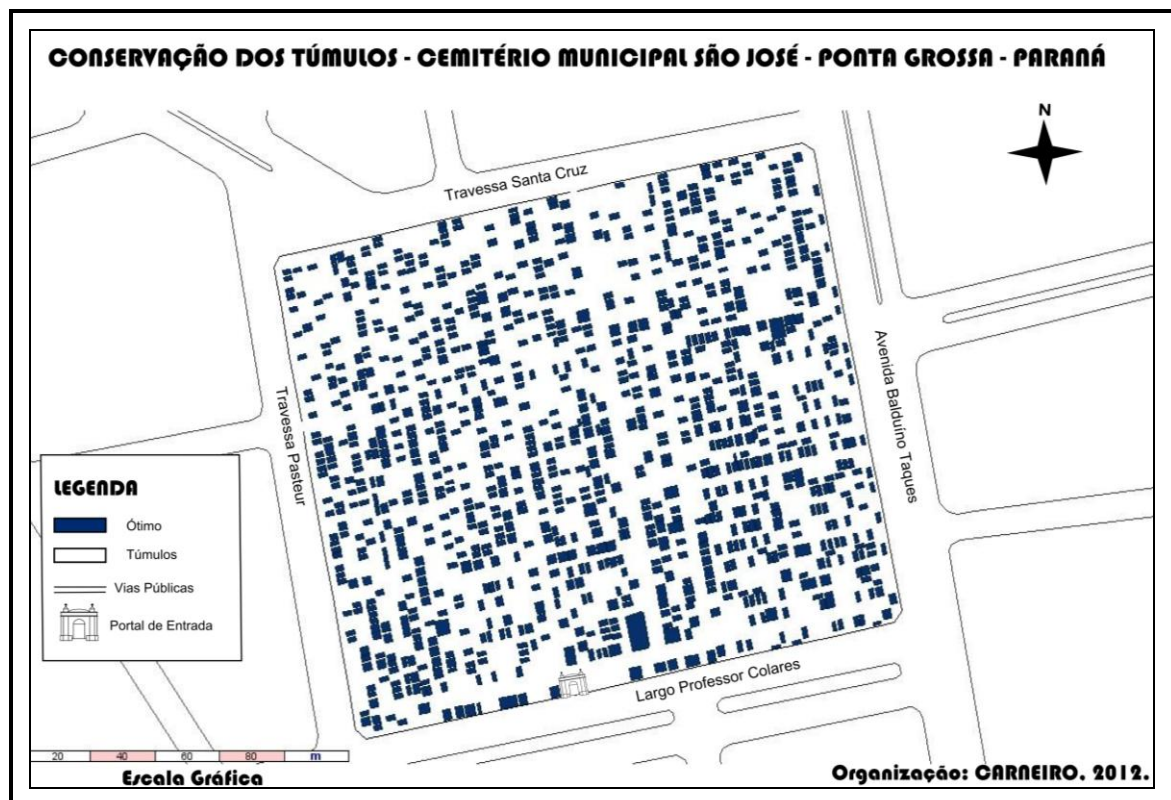
Enquanto o eixo de valorização do local dos sepultamentos *ad sanctos* era comumente a proximidade ao altar, nos cemitérios a valorização da sepultura se dá pela proximidade às entrada e às avenidas principais, repetindo em certa medida os costumes referentes aos sepultamentos eclesiásticos. Segundo visualizado no cartograma acima (CARTOGRAMA 3), no Cemitério Municipal São José o eixo de valorização se dá sobretudo a partir do Portal, fator que também pode ser percebido através da análise do estado de conservação dos túmulos.

Com efeito, constatamos a presença de “áreas de concentração” na distribuição de outros elementos da organização espacial do Cemitério Municipal São José. No que tange ao estado de conservação dos túmulos (CARTOGRAMAS 4), os indicativos encontrados quanto à área dos terrenos são confirmados. Os túmulos em ótimo estado de conservação (em azul mais escuro, conforme CARTOGRAMA 5), encontram-se visivelmente em maior número, comparativamente aos regulares e deteriorados.

Muito embora estes túmulos, em ótimo estado de conservação, estejam distribuídos por todo o cemitério, são ligeiramente mais concentrados na parte frontal do mesmo, próximos à entrada, coincidindo com a localização dos túmulos que ocupam áreas maiores. Ao manter fragmentos das práticas de sepultamentos, conforme realizados no interior das igrejas, os cemitérios se colocam como reflexos e condicionantes sociais. Assim como a cidade, é um espaço de vivência e reprodução das relações entre as diferentes classes sociais (CÔRREA, 2003, p. 09).

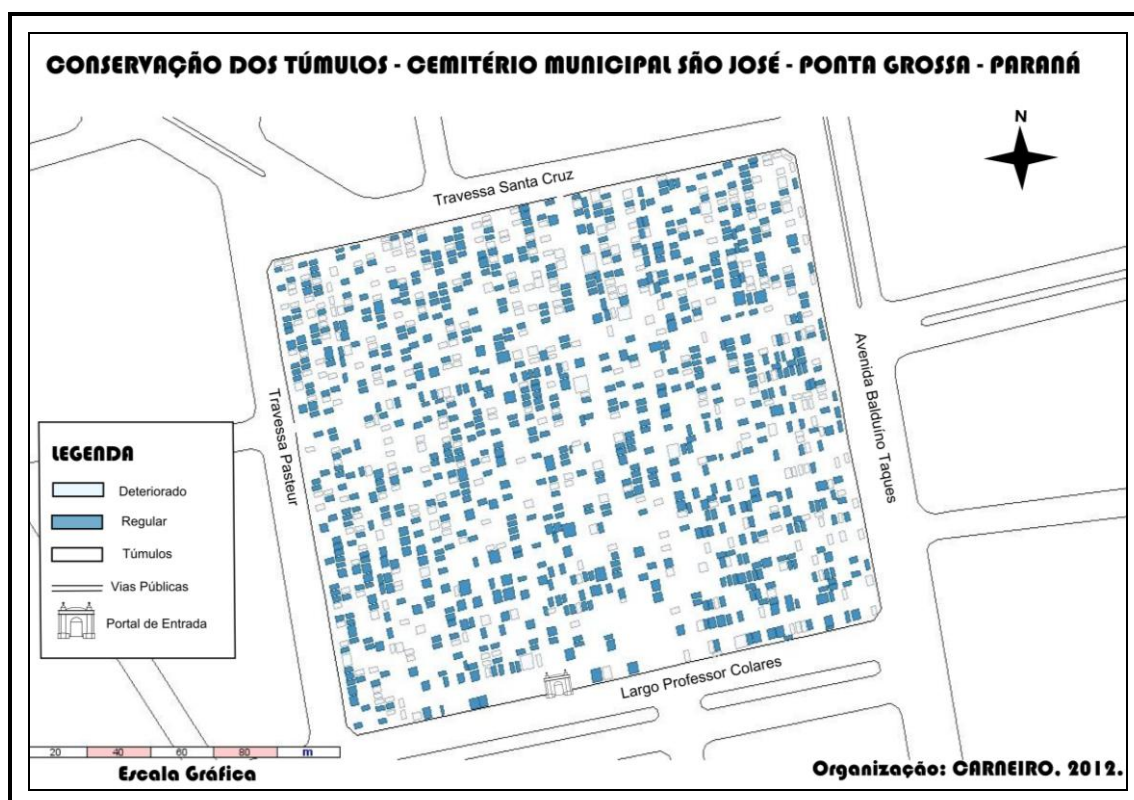


CARTOGRAMA 4 – Estado de conservação dos túmulos.
Fonte: Acervo pessoal da autora.



CARTOGRAMA 5 – Estado de conservação dos túmulos – Ótimo.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Os túmulos regulares (azul médio) também estão distribuídos por todo o espaço. Por sua vez, os túmulos deteriorados (azul claro), em menor ocorrência, estão agrupados em maior medida nas áreas periféricas, com visibilidade reduzida. Ademais, somados os deteriorados aos regulares, percebemos claramente áreas de oposição dentre estes e os túmulos em ótimo estado de conservação. No cartograma 6, é possível verificar uma discreta diminuição dos túmulos deteriorados e regulares próximos à primeira quadra da necrópole. Isso reafirma mais uma vez a lógica dos sepultamentos eclesiásticos e a existência de áreas privilegiadas para o sepultamento dos indivíduos socialmente mais abastados.



CARTOGRAMA 6 – Estado de conservação dos túmulos – Regular e Deteriorado.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Dentre os 2284 túmulos do Cemitério Municipal São José, 1058 encontram-se em ótimo estado de conservação (46,3%); 839 em estado regular (36,7%) e; por fim, 387 encontram-se deteriorados (16,9%). Deste modo, há mais sepulturas bem conservadas do que degradadas. Este dado indica a existência de preocupação com a manutenção da necrópole, por parte tanto da municipalidade, quanto dos familiares ou interessados das sepulturas individuais, ainda que a construção de muitas das necrópoles seja anterior à década de 1950.

O gráfico, na sequência, clarifica a visualização dos resultados obtidos quanto ao estado de conservação dos túmulos.

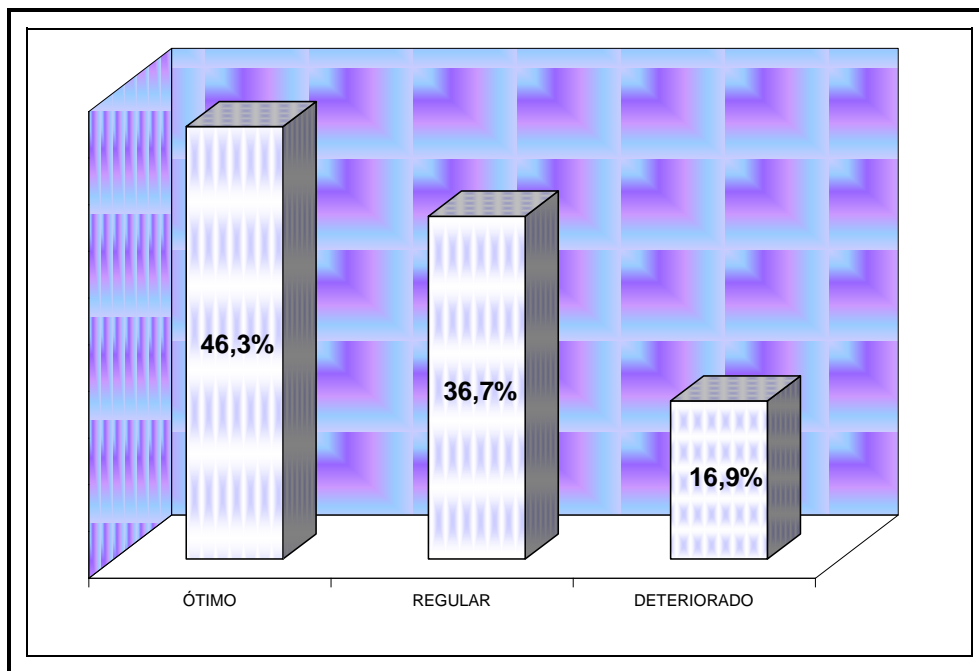


GRÁFICO 1 – Estado de conservação dos túmulos.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

Notamos que o estado de conservação não implica relação com o tipo de jazigo ou mesmo com a temporalidade, a datação das sepulturas, visto que as categorias para a análise deste elemento encontram-se muito mais dispersas na organização espacial da necrópole, do que concentradas, salvo discretos agrupamentos.

Ainda no que se refere à conservação dos túmulos no Cemitério Municipal São José, há que se apontar que um número significativo de construções foi reformado a partir de meados de abril de 2006, tendo em vista a seguinte situação:

Proprietários ou detentores de concessões de túmulos nos cemitérios municipais São José e Santa Luiza, **que não promoveram obras de recuperação ou manutenção desses espaços naquele campo santo têm menos de 90 dias para se manifestar.** Alerta nesse sentido vem sendo feito através de cartazes e comunicações, nos próprios cemitérios, por parte da administração municipal. Trata-se, segundo o secretário municipal de Obras e Serviços Públicos, Olímpio Malucelli Filho, de uma **medida para fazer com que os proprietários ou detentores de concessões recuperem, restaurem ou ao menos deixem em condições os túmulos dos principais cemitérios de Ponta Grossa.** Para que os detentores desses espaços não possam alegar desconhecimento, a Secretaria de Obras, através do Serviço Funerário Municipal, **identificou cada um dos túmulos que devem ser recuperados com uma marca em tinta vermelha.** No Cemitério São José, há cerca de 400 sepulturas assinaladas e, no Santa Luzia, mais de 500, segundo os registros da Secretaria de Obras. (...) **se não forem tomadas as providências devidas, o poder público vai reassumir a titularidade das concessões.** Isso porque, explica Geraldo Kapp, diretor do Departamento de Serviços Urbanos, **os dois cemitérios já estão completamente tomados, e existem diversos túmulos que há muitos anos não são mais visitados e ainda mais significativo não recebem qualquer manutenção.** (...) **Os espaços até então ocupados serão, dentro da ordem de requisição e solicitação, cedidos a novos interessados.** O diretor do Departamento de Serviços Urbanos diz que **o interesse do governo é tanto melhorar o visual e a**

segurança dos cemitérios, como atender ao grande número de pessoas que procuram o Serviço Funerário em busca de espaços nesses dois campos santos. Até agora, segundo Kapp, o resultado da marcação dos túmulos tem sido excelente: dezenas de famílias já procuraram o Serviço Funerário Municipal, e muitas já começaram as obras de recuperação e manutenção dos túmulos. “Muita gente está atendendo à nossa convocação e voltando a cuidar dos túmulos”, revela Kapp. (...) [sem grifo no original].²⁸

Dessa forma, percebemos a preocupação por parte do poder público com a configuração dos “principais” cemitérios da cidade. Sob pena de reassumir a titularidade das concessões perpétuas, a administração municipal impôs a necessidade de recuperação e/ou restauração de determinadas construções, marcando as mesmas com tinta vermelha. Tal imposição foi justificada pelo fato de que os cemitérios em questão estão ocupados, todavia muitos dos túmulos não eram mais visitados e, além disso, não recebiam manutenção. Não havendo interesse manifestado na recuperação dos túmulos marcados, os mesmos seriam destinados a novos interessados. Além disso, a medida objetiva “melhorar o visual e a segurança dos cemitérios”.

Ressaltamos que essas medidas acabaram por interferir na distribuição espacial da necrópole, sendo que grande parte dos túmulos marcados pelo poder público, e que estavam deteriorados, foram restaurados e passaram a compor o grupo dos túmulos em ótimo estado de conservação, o que reforça a “maioria” encontrada, resguardadas as devidas proporções: do total das construções catalogadas, 46,3% se encontram em ótimo estado de conservação. Infelizmente, alguns dos túmulos não foram reformados, mas demolidos. Todavia, ainda que não possamos aferir exatamente quantos túmulos sofreram mudanças em função desta medida, não acreditamos que a quantidade de túmulos que passaram a ter ótimo estado de conservação tenha alterado a configuração anterior, no que se refere à conservação, de forma drástica.

Ainda assim, denota-se que através de tais medidas o poder público promove e reforça a hierarquização através da regulamentação das distinções territoriais do espaço cemiterial, além de estar voltado para a valorização urbanística do espaço do cemitério. O Cemitério Municipal São José é comumente reconhecido como o “Cemitério dos Ricos”, quando comparado aos demais cemitérios públicos de Ponta Grossa, o que reforça a preocupação com o estado de conservação do mesmo, ainda mais se levarmos em conta a proposta do espaço cemiterial como um espelho sócio-cultural do meio que o produziu.

²⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. **Prefeitura dá prazo para manutenção de túmulos.** Disponível em: <http://pg.pr.gov.br/node/755> ; acesso em 20/04/2011.

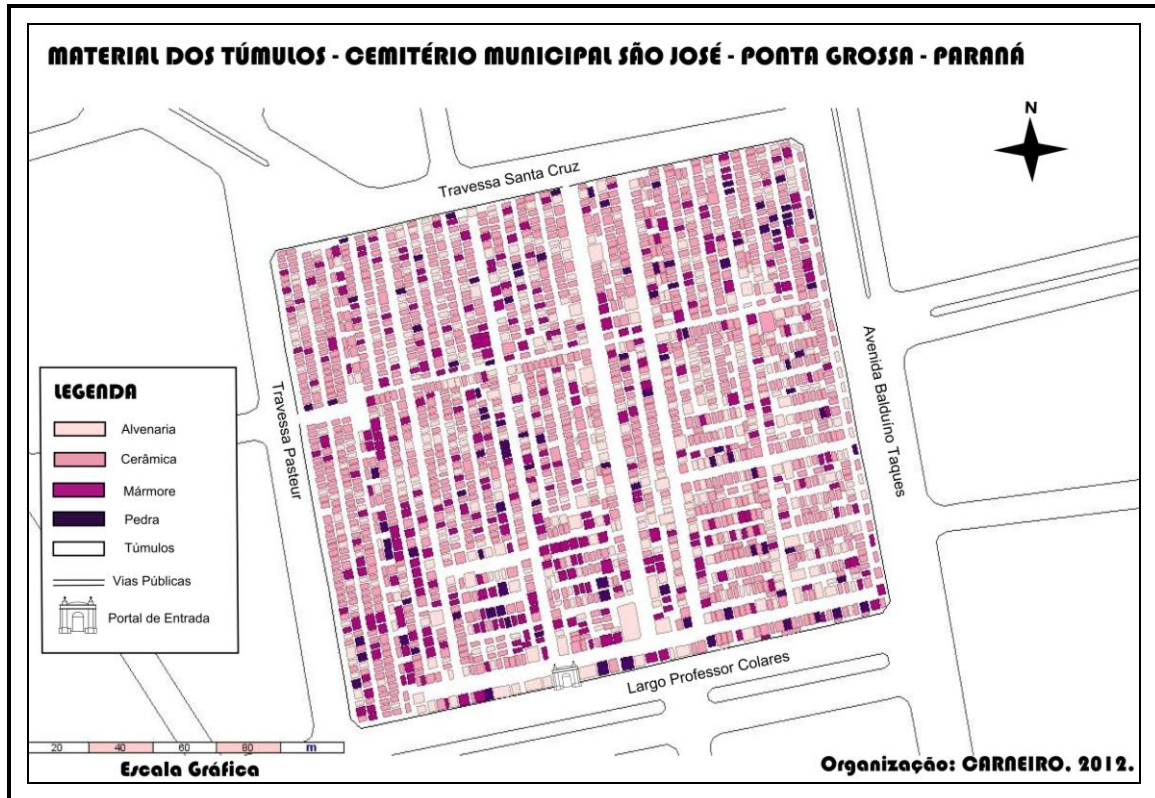
A existência das áreas de concentração de determinados elementos, como apontado, e a possibilidade de áreas mais valorizadas dentro do traçado arquitetônico da necrópole nos leva a tecer algumas reflexões, antes de prosseguirmos. A exemplo de Lefebvre (2011, p. 52), pontuamos que a cidade – onde incluímos a cidade dos mortos – “*é obra a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material.*” Com isso queremos afirmar que, mais do que metragens, cores e tinta, a análise de elementos como área e conservação acabam por revelar disposições humanas que produzem a cidade e as próprias relações sociais na mesma.

Ao verificarmos os agrupamentos e, por oposição, a dispersão de determinados elementos no Cemitério Municipal São José, como vimos ocorrer com área e conservação até agora, por exemplo, também evidenciamos a manutenção de certas práticas sociais. Com a instituição dos cemitérios extramuros e, posteriormente, sua secularização, o homem não deixou de representar a si e às suas relações sociais em suas práticas fúnebres. Ao contrário, o cemitério público permitiu novas formas de exposição de tais relações, oportunizou novas estratégias para a exibição da própria identidade humana. Tal exposição é muitas vezes explorada através da representação e da discriminação dos estratos sociais, cuja leitura é válida, não somente em si mesma, enquanto expressão material. Mais do que isso, esta reflexão é relevante porque as “*relações sociais são atingidas a partir do sensível*”, do elemento material (LEFEBVRE, 2011, p. 52).

3.3 MATERIAL DOS TÚMULOS: ENTRE INVESTIMENTOS E REVESTIMENTOS

No trabalho de campo verificamos que o estado de conservação dos túmulos é influenciado principalmente pelo material escolhido pelos proprietários para o revestimento das construções²⁹. Para o levantamento deste atributo, há que se observar que consideramos o material predominantemente utilizado no revestimento, ou seja, ainda que haja túmulos que combinem materiais, por exemplo, cerâmica e mármore, a classificação se deu priorizando o material utilizado em maior medida. Na forma espacial da necrópole, ainda que haja maior incidência do uso da alvenaria e da cerâmica como revestimento, não constatamos um padrão de distribuição dos materiais como um todo, os quais se encontram espacialmente espalhados de forma equilibrada. Divididos entre alvenaria, cerâmica, mármore e pedra, os túmulos apresentam a seguinte configuração espacial:

²⁹ Para informações técnicas sobre o revestimento das construções, consultamos: YAZIGI, Walid. A técnica de edificar. São Paulo: SindusCon, 2009.



CARTOGRAMA 7 – Material predominante dos túmulos.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

O seguinte gráfico tem a finalidade de complementar a visualização da distribuição destes dados.

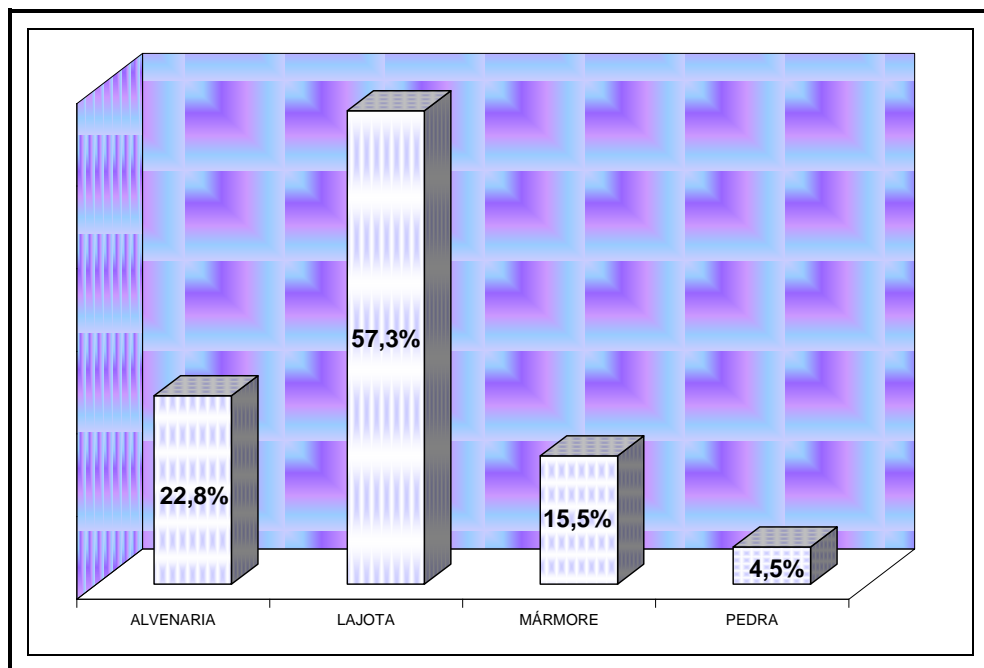


GRÁFICO 2 – Material predominante no revestimento dos túmulos.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Conforme cartograma e gráfico acima, o material mais encontrado no Cemitério Municipal São José foi a cerâmica, em 1308 dos túmulos (57,3%). Esta categoria de revestimento diz respeito ao uso de placas feitas comumente a partir da manipulação de argila, confeccionadas na forma de azulejos, ladrilhos e pastilhas, podendo ser de acabamento mais ou menos refinado. É possível afirmar que um dos fatores que auxilia na compreensão do motivo da ampla utilização deste material é o desempenho técnico do mesmo, não somente para o revestimento dos túmulos, mas para construções em geral.

Dentre as vantagens do uso da cerâmica, podemos citar a proteção contra infiltrações externas, durabilidade e grande resistência às intempéries, fácil limpeza e manutenção, além de ser adequado ao clima brasileiro. Ademais, o revestimento em cerâmica é bastante comum nas construções tumulares, tendo em vista a relação entre custo e benefício, sobretudo pela durabilidade do mesmo, esta diretamente proporcional ao estado de conservação, relação esta que discutiremos à frente. Além da resistência, a cerâmica ainda oferece possibilidades de criação de diferentes opções de decoração do ambiente, podendo até mesmo imitar materiais mais caros, como o mármore, conforme pode ser visto na FIGURA 7.



FIGURA 7 – Exemplo de uso de cerâmica no revestimento tumular – Cemitério Municipal São José.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

O segundo material mais utilizado para o revestimento dos túmulos é a alvenaria, presente em 520 do total (22,8%). Este revestimento se refere ao processo de vedação da estrutura da construção por meio do uso de argamassa, cal, cimento ou gesso. À este revestimento é possível a adição de pintura e texturas. Trata-se, em princípio, da opção de

acabamento mais simplificada e barata, apresentando várias vantagens, como facilidade e rapidez de execução, relativa resistência e ductilidade, o que permite variabilidade de formas e concepções arquitetônicas. Também apresenta baixo custo dos materiais, em relação aos demais tipos de revestimento, bem como custo de mão-de-obra inferior, visto que em geral sua confecção não exige profissionais com elevado nível de qualificação, além de possuir processos construtivos conhecidos e difundidos no país.

Entretanto, caso não seja executado em boas condições de plasticidade, adensamento e cura, o revestimento em alvenaria pode apresentar infiltrações, fissuras, corrosões e baixa resistência à tração. Ademais, os túmulos confeccionados somente em alvenaria demandam maior esforço de manutenção, pois não apresentam a mesma facilidade de higienização que a cerâmica ou mesmo o mármore. Deste modo, a relação entre custo e benefício é mais vantajosa nos túmulos com aplicações de placas de cerâmica, porque mesmo que em princípio a alvenaria seja mais barata, tem menor durabilidade e, por conseguinte, o estado de conservação destas construções também é prejudicado (ver FIGURA 8).



FIGURA 8 – Exemplo de uso de alvenaria no revestimento tumular – Cemitério Municipal São José.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Uma última observação a ser feita com relação à alvenaria é que os túmulos construídos como mausoléus, ainda a serem apresentados, também são revestidos com este material, muito embora sejam minoria na distribuição espacial. Essa informação coloca em perspectiva o fato de que, por se tratar de um material mais acessível financeiramente, a alvenaria estaria presente somente em túmulos de menor porte. Porém, os mausoléus são as

construções que, salvo exceções, ocupam as maiores áreas na distribuição espacial, sendo possivelmente mais caras, quando relacionadas aos túmulos de menor área.

Dando continuidade à apresentação dos revestimentos, outro material utilizado nos túmulos é o mármore, cuja ocorrência no Cemitério Municipal São José foi verificada em 354 túmulos (15,5%). Esta categoria inclui as construções revestidas em placas de mármore ou granito, principalmente, mas pode incluir outros materiais semelhantes, como o basalto, sendo tais placas comumente polidas. Estes materiais foram agrupados em virtude de serem similares na aparência. Tanto o mármore quanto o granito são materiais rochosos, em geral tomados como ornamentais, de resistência e durabilidade, especialmente o segundo. Ambos também possuem grande variedade de cores e texturas, o que os torna bastante convenientes para a confecção de túmulos mais elaborados.

Este revestimento possui excelente acabamento, de forma que o rejunte entre as placas é bastante discreto, sobretudo quando comparado aos túmulos de cerâmica. Considerado uma escolha “elegante”, o mármore é o material que apresenta maior durabilidade no revestimento geral da construção, sobretudo quando os túmulos são impermeabilizados e higienizados adequadamente, sem o uso de produtos abrasivos. A maior desvantagem para o seu uso nas necrópoles é a fragilidade nas extremidades, principalmente quando aplicado à confecção de estátuas, cruzes e adornos em geral, porque pode lascar com muita facilidade e, devido à alta porosidade, também é suscetível à manchas e opacidade.



FIGURA 9 – Exemplo de uso de mármore no revestimento tumular – Cemitério Municipal São José.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Por fim, temos os revestimentos em pedra, os quais se fazem presentes em 102 túmulos (4,5%), encontrando-se diluídos na distribuição espacial. Nesta última categoria a ser apresentada incluímos os túmulos revestidos em pedras brutas ou de cantaria. São construções cujo revestimento se constitui a partir de fragmentos de rocha, em blocos menores do que as placas de mármore. Na maioria dos casos são talhados de forma irregular, priorizando-se a apresentação da textura naturalmente rugosa do material, em oposição ao mármore e à cerâmica.

São assentados sobre os túmulos com o uso de argamassa, podendo ter maior ou menor acabamento nas extremidades. Resistentes aos possíveis desgastes causados por intempéries, possuem regularidade nas cores e texturas, sendo boas opções decorativas para a constituição das construções tumulares. No caso do Cemitério Municipal São José, é o revestimento menos utilizado, como vimos, ainda que possua valor equivalente ao mármore. Todavia, acreditamos que é a opção menos procurada em função da maior dificuldade de higienização e pelo aspecto rústico, em relação aos demais tipos de revestimento.



FIGURA 10 – Exemplo de uso de pedra no revestimento tumular – Cemitério Municipal São José.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Há que se apontar que o túmulo, com a concessão das sepulturas, a partir de fins do século XIX, foi tornando-se um sinal palpável para as recordações, conforme observa Sorio (2009, p. 53). Muitas famílias procuraram construir túmulos suntuosos para seus mortos, utilizando a arte cemiterial como mais um fator de diferenciação social, por exemplo. Sendo o local de sepultamento muitas vezes idealizado, marcado pela pretensão de eternidade

da memória do morto, faz-se comum a busca por materiais mais duráveis para a confecção desta construção, tomada como última morada.

Nesse sentido, observamos estreita relação entre o material escolhido para o revestimento dos túmulos e o estado de conservação dos mesmos, conforme é possível perceber no gráfico abaixo (GRÁFICO 3).

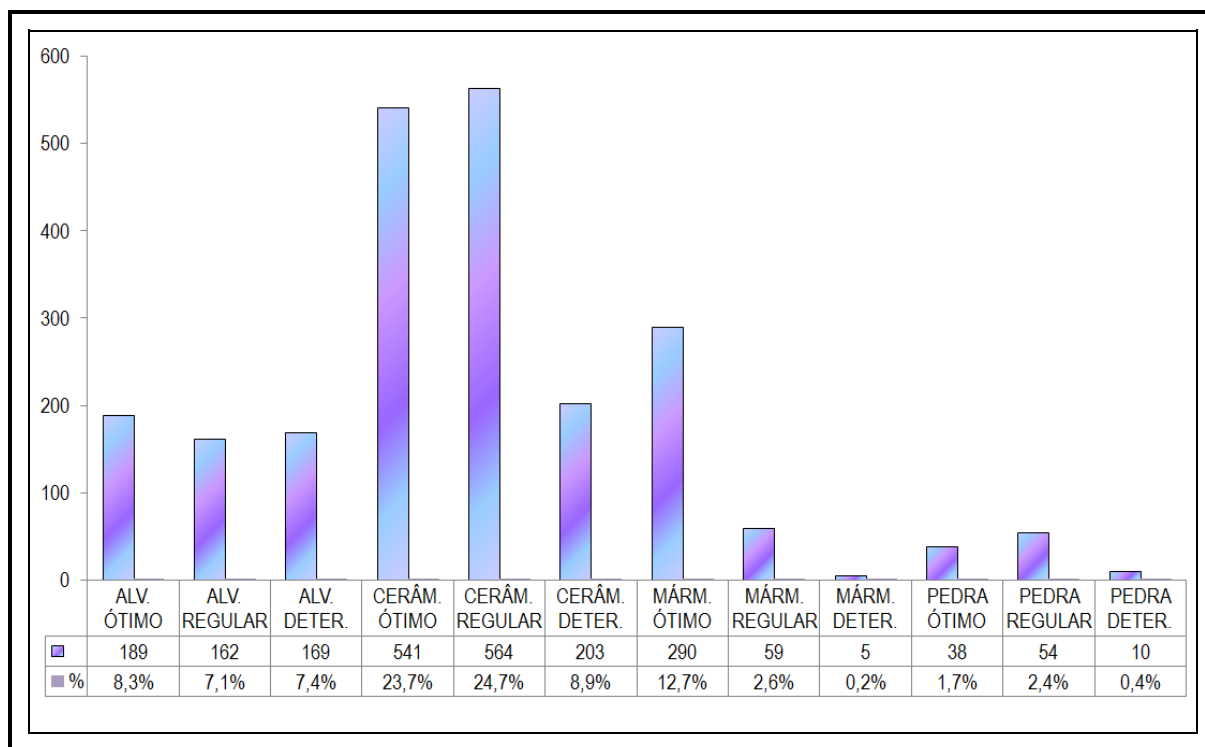


GRÁFICO 3 – Relação entre o material e o estado de conservação dos túmulos.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

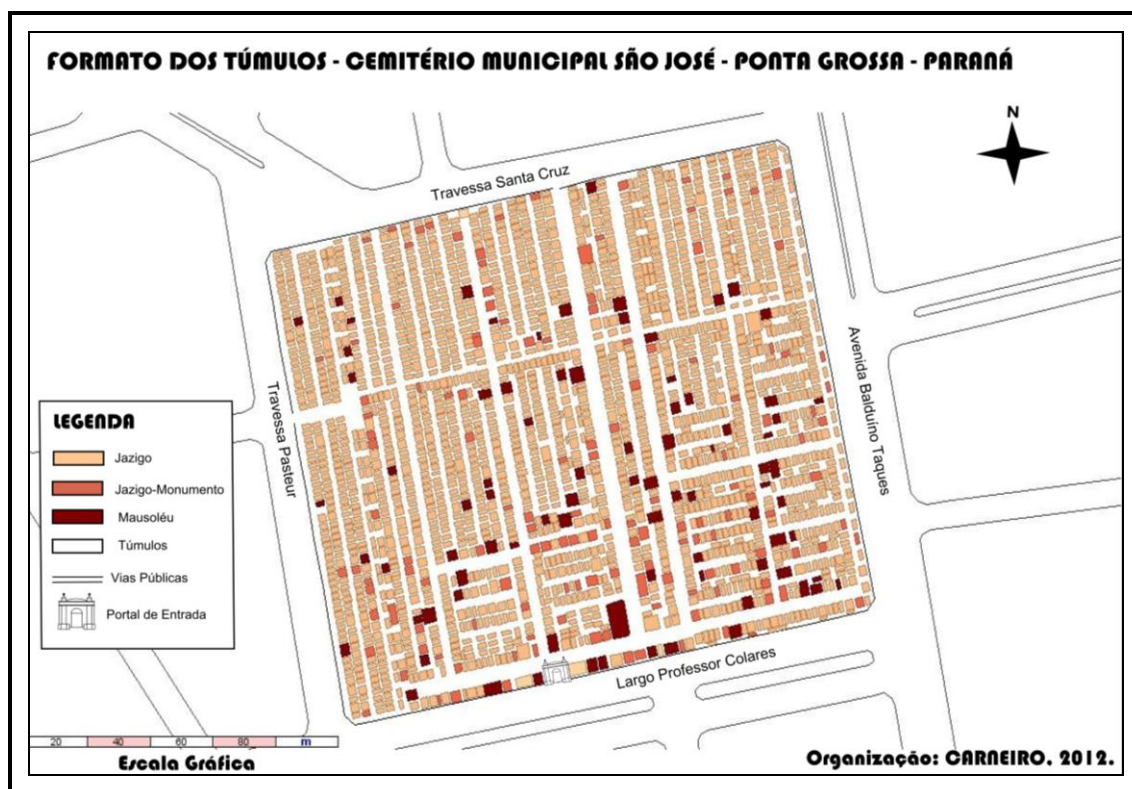
Como já vimos, boa parte dos túmulos se encontra em ótimo estado de conservação dos túmulos, correspondentes a 46,3% do total de construções. Isso se deve em parte ao fato de que 23,7% destas construções encontram-se revestidas em cerâmica. Este revestimento está presente em 57,3% do total dos túmulos e, destes, 24,7% dos túmulos estão em regular estado de conservação. Além disso, 15,5% do total dos túmulos encontram-se revestidos em mármore e, destes, 12,7% em ótimo estado de conservação. Apesar de possuir um custo mais elevado em relação aos demais materiais, o mármore possui durabilidade superior. De fato, somente 0,2% destes túmulos estão deteriorados.

Os revestimentos em pedra estão presentes em somente 4,5% dos túmulos. A durabilidade deste material é significativa, sendo que 2,4% do total do mesmo encontram-se em regular estado de conservação, assim como 1,7% em ótimo estado de conservação e somente 0,4% estão deteriorados. Por outro lado, do total dos túmulos em alvenaria, 22,8%, 7,4% dos mesmos encontram-se deteriorados, ou seja, o que diz respeito a aproximadamente

um terço do total. Isso se deve à menor durabilidade do material, bem como a precariedade de higienização, inclusive dos mausoléus confeccionados com o mesmo, mas sobretudo das construções de menor porte.

3.4 JAZIGOS, MONUMENTOS E MAUSOLÉUS: FORMATAÇÃO DA CIDADE DOS MORTOS

No que se refere ao formato dos túmulos encontrados no Cemitério Municipal São José, convencionou-se separá-los em três categorias, quais sejam jazigos, jazigos-monumento e mausoléus. Visualizemos a distribuição espacial das construções tumulares, inventariadas conforme formato:



CARTOGRAMA 8 – Formato dos túmulos.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Esta tipologia foi adotada para a análise específica da necrópole em estudo, podendo não ser aplicável a demais espaços, pois foi construída com base nas observações empíricas realizadas no decorrer da investigação e no cotejo de diferentes modelos teóricos.³⁰ Para que fosse possível inventariá-los, consideramos a ausência ou existência em cada um dos

³⁰ Para outras propostas tipológicas, ver Lima (1994), Bellomo (2000), Borges (2002), Cymbalista (2002) e Herberts e Castro (2011), consultadas para a construção tipológica no presente trabalho.

túmulos de determinados recursos estilísticos, como peças de estatuária e traçados arquitetônicos.

A primeira destas categorias é a de jazigo, palavra derivada do verbo “jazer”, do latim *jacere*, que significa estar deitado, morto ou como se estivesse morto, sepultado ou colocado no chão. Aqui, o termo é utilizado para se referir às construções de menor porte (se comparadas aos jazigos-monumento e mausoléus), destinadas ao sepultamento primário dos mortos no espaço cemiterial, isto é, quando o corpo articulado é disposto em uma sepultura, em posição distendida, usualmente em um caixão, em oposição aos ossários.



FIGURA 11 – Exemplo de jazigo – Cemitério Municipal São José.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

São construções comumente horizontais, de formato alongado, podendo comportar um número variável de indivíduos, a depender da quantidade de lóculos ou gavetas, também chamadas “carneiras”. Este tipo de túmulo pode cobrir o espaço da sepultura ou delimitá-la. Ou seja, é construído posteriormente ao sepultamento, sobre a cova simples (amontoamento de terra que não possui construção tumular sobre o espaço do corpo sepulto), ou para abrigar os sepultados em seu interior, nas carneiras.

Os túmulos pertencentes a esta categoria não possuem estatuária ou outros traços arquitetônicos distintivos (FIGURA 11), salvo cruzes ou placas com epitáfios dotados de maior elaboração e/ou investimento material. É comum o uso de decorações mais simplificadas, como inscrições, relevos, retratos e objetos familiares, elementos florais, dentre

outras. Entretanto, quando adornados, muitas vezes apresentam elementos pré-existentes ou produzidos em série, de custo inferior, tornando-se repetitivos. São revestidos com os mais diversos materiais, sendo mais comum a utilização de alvenaria e cerâmica.

Conforme podemos claramente apreender, a grande maioria das construções encontradas na necrópole em questão se constitui de jazigos. Através do trabalho de campo, deparamo-nos com 2060 jazigos, o que perfaz 90,2% do total. Encontram-se espalhados pelo espaço da necrópole, sem distribuição ou concentração aparente, sob os mais diversos formatos, indo dos mais simples, de uma gaveta, até os mais elaborados, mais verticalizados e de material nobre, mas ainda assim sem investimentos decorativos mais significativos.

Por sua vez, os jazigos mais elaborados, isto é, de construção mais complexa em termos de estrutura geral, ou mais ricos em variedade de componentes, foram reconhecidos neste trabalho como “jazigos-monumento”. Ou seja, são túmulos que apresentam diversos recursos estilísticos, como estatuária e elementos arquitetônicos, dentre os quais colunas, arcos ou frisos, comumente utilizados como forma de monumentalização e demarcação do espaço. Lembramos que a instituição dos cemitérios públicos e, após, a secularização dos mesmos, permitiu a ampliação da veiculação de tais recursos, incentivando a monumentalização social a partir dos elementos funerários materializados, questão que abordaremos no próximo capítulo.



FIGURA 12 – Exemplo de jazigo-monumento – Cemitério Municipal São José.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Esta categoria se construiu a partir do conceito de “túmulo monumental”, apresentado por Borges (2002, p. 178-179). A autora caracteriza este tipo de construção a partir de determinadas características, quais sejam: *grandiloquência*, *qualidades artísticas* e *decoreção apurada*. Isto significa que estes túmulos tendem a ocupar uma área maior, muitas vezes apresentando uma verticalidade peculiar. Usualmente construídos sob encomenda, podem destacar-se pela presença de estatuária refinada (FIGURA 12), por vezes exclusiva, além de maior criatividade na disposição dos componentes decorativos, como flores, âncoras e vasos. Túmulos exuberantes, em geral são construídos em alvenaria e mármore, demandando altos custos, o que os torna acessíveis somente a uma minoria.

A última categoria é a de mausoléu, utilizada para nos referirmos aos túmulos de maior porte, que ultrapassam as dimensões dos jazigos, sendo construídos em formas que remetem à casas e à capelas. Podem agregar à sua disposição geral diferentes elementos distintivos, tais como esculturas e outros tipos de itens decorativos. O formato das construções, por sua vez, traz ao espaço da necrópole o ambiente da igreja – capela – ou da união familiar – casa, concedendo aos familiares do sepultado um ambiente privativo para o culto aos mortos.

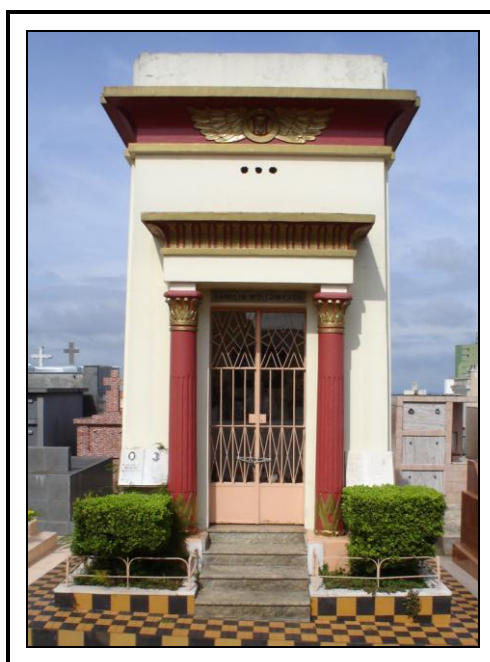
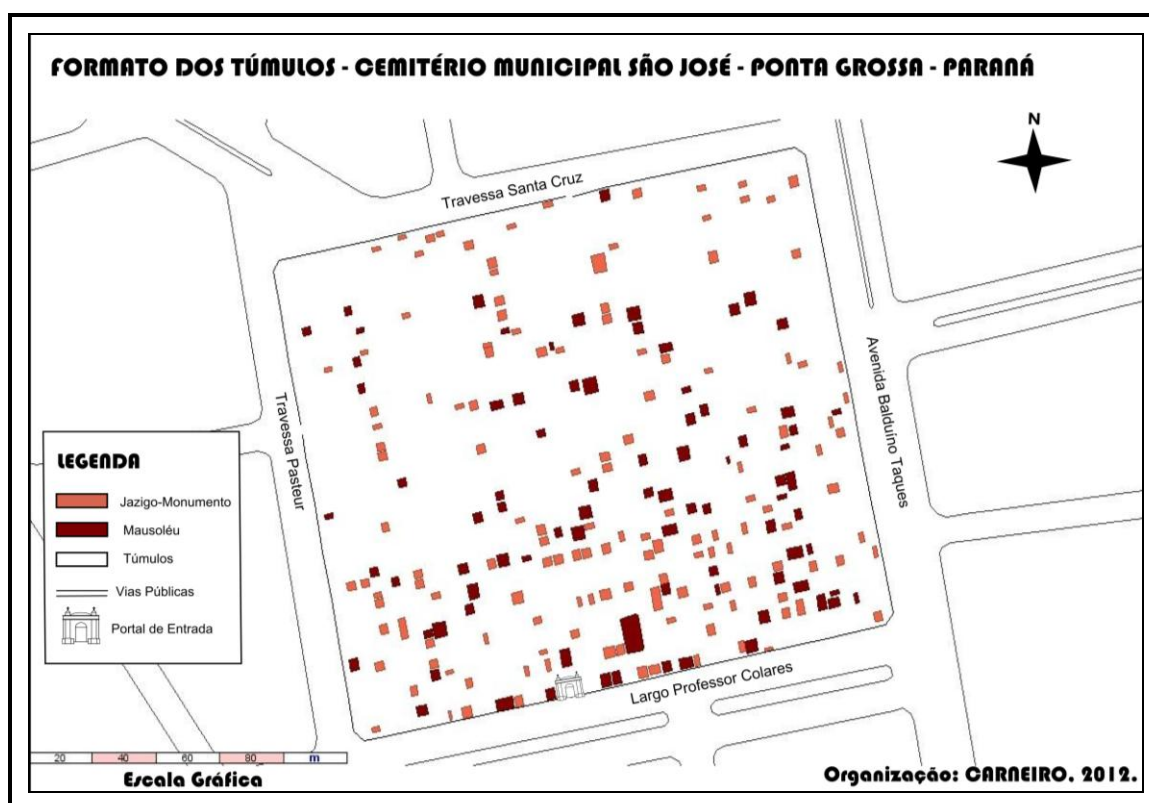


FIGURA 13 – Exemplo de mausoléu – Cemitério Municipal São José.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

O ecletismo é próprio das estruturas desta categoria, que podem acolher elementos arquitetônicos oriundos de diferentes épocas e regiões, normalmente compondo uma interpretação “livre” destes traços. Estas questões serão retomadas no próximo capítulo.

Os mausoléus correspondem a uma categoria híbrida de formação tumular, posto que pode comportar tanto sepultamentos primários quanto secundários (quando os ossos desarticulados de um ou mais indivíduos são dispostos em urnas, após o processo de decomposição). Segundo Lima (1994, p. 96), é comum que este formato abrigue vários indivíduos de uma mesma família, grupo, organização ou entidade civil ou religiosa.

Foram inventariados 140 jazigos-monumento (6,1%) e 84 construções tumulares erigidas como mausoléus (3,7%), somando 224 túmulos ou 9,8%. Vejamos o cartograma abaixo (CARTOGRAMA 9), o qual busca demonstrar a distribuição espacial somente destes dois formatos de construção:



CARTOGRAMA 9 – Formato dos túmulos – Jazigos-Monumento e Mausoléus.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Tanto os mausoléus quanto os jazigos-monumentos se encontram concentrados na parte frontal do Cemitério Municipal São José, conforme o cartograma na sequência. Esse dado reforça a percepção de “áreas de concentração” na distribuição espacial dos atributos dos túmulos analisados, como já vimos através da análise da área das construções, por exemplo. Ademais, a proximidade ao Portal de Entrada da referida concentração destas construções pode ser relacionada à ideia de demarcação do espaço através da utilização dos recursos estilísticos, segundo observamos a pouco. Em outras palavras, um processo de demarcação social do espaço através da formulação da

monumentalidade a partir dos recursos materiais, como ocorria anteriormente com os sepultamentos *ad sanctos*.

Ao demandar maiores investimentos financeiros, esta minoria formada pelos jazigos-monumento e mausoléus se opõe, em termos de formato, aos jazigos, comparativamente tomados como de menor porte em relação aos primeiros. Predominantes no Cemitério Municipal São José, perfazendo 90,2% dos túmulos, os jazigos resultam de uma opção pela simplicidade, muitas vezes sem a utilização de elementos decorativos, como visto, ou ainda, pelas condições econômicas precárias, fato verificado pela utilização de materiais menos nobres, como a alvenaria e a cerâmica (CAROLLO, 1995, p. 140).

Com efeito, verificamos que a maioria dos jazigos na necrópole em questão foi confeccionada em cerâmica (1280 túmulos, ou seja, 62,1%). Significativamente, outros 401 túmulos se encontram revestidos em alvenaria (19,5%). Dessa forma, mais de 80% dos jazigos encontrados no Cemitério Municipal foram confeccionados com materiais “menos nobres”, como Carollo os define, ou pelas condições econômicas precárias ou como opção pela simplicidade. Acrescentamos que a escolha de materiais menos nobres possivelmente não está relacionada apenas a estes fatores, mas também como manifestação de alterações no campo simbólico com relação à morte e ao morrer, constatado nos dias atuais, no que tange as manifestações funerárias:

Os túmulos mais recentes têm em comum a característica do silêncio, limitando-se a registrar o nome, data de nascimento e morte, o que parece compatível com o tratamento privado da morte, cada vez mais limitada a ser experimentada por reduzido número de membros da família, que aguardam o falecimento do doente, que agoniza em lugar afastado de sua casa, distanciado do convívio com os seus, pretensamente protegido pelo mundo asséptico dos hospitais. (CAROLLO, 1995, p. 120)

Com efeito, a construção de grande parte dos mausoléus presentes no Cemitério Municipal São José remete às décadas próximas à fundação deste, quando havia uma preocupação mais intensa com a exposição do culto aos mortos, evidenciada na própria suntuosidade dos túmulos, ao contrário do silêncio cada vez mais intenso no que tange aos ritos funerários nos dias atuais. Observaremos melhor esse esvaziamento simbólico que se faz presente nas construções funerárias mais recentes no próximo capítulo. Por hora, é válido observar que, enquanto a presença simbólica da morte tem sido recorrentemente afastada do meio social, até mesmo os cemitérios perderam o caráter de templo absoluto e sagrado que

detinham. Os mortos foram deixando de ser relacionados estritamente ao divino, merecedores de celebrações especiais, para se tornarem objetos de interdição.³¹

3.5 VARIAÇÕES DE PADRÃO: NOVOS ESPAÇOS, VELHAS DISTÂNCIAS ENTRE CAL E TAIPA

O Cemitério Municipal São José possui destaque dentre as demais necrópoles da cidade pelas construções inspiradas nos moldes europeus, construídas em sua maioria até a década de 1930, perspectiva esta que se complementa com a afirmação de Vovelle (1997, p. 328):

Houve uma idade de ouro do cemitério, se assim podemos dizer, entre 1860 e 1930: foi a época de proliferação dos jazigos perpétuos, quando também a família burguesa, em filas cerradas, se aglomerou dentro deste habitat póstumo; época das capelas e dos monumentos funerários, de uma explosão vertical que irrompeu das lápides e estelas bastante simples do cemitério anterior a 1850, formando uma arquitetura heteróclita.

Segundo Borges, no período da *belle époque*, os cemitérios brasileiros receberam túmulos da Europa vinculados aos estilos neoclássico, eclético e *art nouveau*, já defasados e alterados, conforme as contingências locais. Em suas palavras:

Presume-se que os primeiros túmulos surgiram de modelos neoclássicos trazidos com a estatuária e a cantaria importadas das oficinas marmóreas de Portugal, até cerca de 1870. Sucederam-se, depois, as importações de monumentos funerários oriundos da Itália, França e de outros centros importantes, formando assim um acervo de grande expressão romântica e eclética. A partir de 1905, predominou o estilo *art nouveau*, que foi se diluindo ao findar da terceira década [...]. Durante todo o processo de implantação da arte funerária, o que de fato prevalecia era o léxico eclético, apropriando-se de estilemas do passado. (BORGES, 2002:153-4)

Portanto, a arte tumular no referido período republicano, coincidente com a *belle époque*, englobou uma variedade estilística bem abrangente, pois acumulou no transcorrer dos anos uma grande quantidade de monumentos funerários, vinculados aos estilos neoclássico, eclético, *art nouveau*, simbolista e modernista (BORGES, 2002: 163-164). No Cemitério Municipal São José, também encontramos traços da influência europeia e da família burguesa, de forma que, ao analisarmos conjuntamente as informações presentes nas construções tumulares, tais como área, estado de conservação, formato e material, que constituem a “arquitetura heteróclita” referida por Vovelle, evidenciamos “variações de padrão”.

³¹ Sobre esta questão, ler: ELIAS, Norbert. *A Solidão dos Moribundos, seguido de Envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

A categoria que ora denominamos “padrão” diz respeito especialmente a questão do investimento financeiro para a construção da última morada. Categorizamos os túmulos, dividindo-os em baixo, médio, médio-alto e alto, a partir da observação conjunta dos demais atributos, já analisados, quais sejam área, estado de conservação, formato e material. Ao observarmos a inter-relação entre tais elementos, aproximamo-nos das estratégias de estratificação social presentes neste espaço, à medida que as construções tumulares buscam a preservação das trajetórias dos indivíduos que ali estão sepultados.

Com efeito, a morte apresenta especificidades de classe, família, cultura e religião. Segundo Bellomo: “*A imagem da morte e suas representações são de ordem social, petrificadas pela experiência de idade, classe, religião e cultura*” (PIACESKI; BELLOMO, 2006, p. 16). Neste contexto, as construções funerárias passaram a ser elementos de diferenciação social, especialmente após a concepção do túmulo como morada dos mortos, devendo reproduzir a morada dos vivos. Portanto, os cemitérios se tornam a cidade dos mortos, na qual

[...] os grandes monumentos fúnebres são destinados aos elementos destacados dos grupos dominantes, enquanto a classe média vai para as catacumbas decoradas com epitáfios e fotos. Os pobres perdem até a identidade, sendo sepultados em túmulos anônimos. (PIACESKI; BELLOMO, 2006, p. 17)

Lembramos que a “continuidade” dos mortos é estabelecida por intermédio da memória dos vivos. Na pedra são impressos e (re)significados os seus valores, mediados pelo olhar dos sobreviventes, de forma que as construções tumulares acabam por preservar as estratificações sociais da cidade dos vivos.

Os cemitérios reproduzem a geografia social das comunidades e definem as classes locais. (...) A morte igualitária só existe no discurso, pois, na realidade, a morte acentua as diferenças sociais. As sociedades projetam nos cemitérios seus valores, crenças, estruturas socio-econômicas e ideologias. (PIACESKI; BELLOMO, 2006, p. 41-42)

Entende-se que cada elemento presente no cemitério, a constituir o padrão dos túmulos, demonstram não apenas a singularidade dos sepultados, mas também as trajetórias da coletividade na qual estavam inseridos. Dentre a multiplicidade de experiências que orientam a subjetividade inerente a estas construções, sobressaem-se a manutenção das estratificações da sociedade, através das projeções simbólicas que encontramos em cada um dos túmulos, em maior ou menor medida.

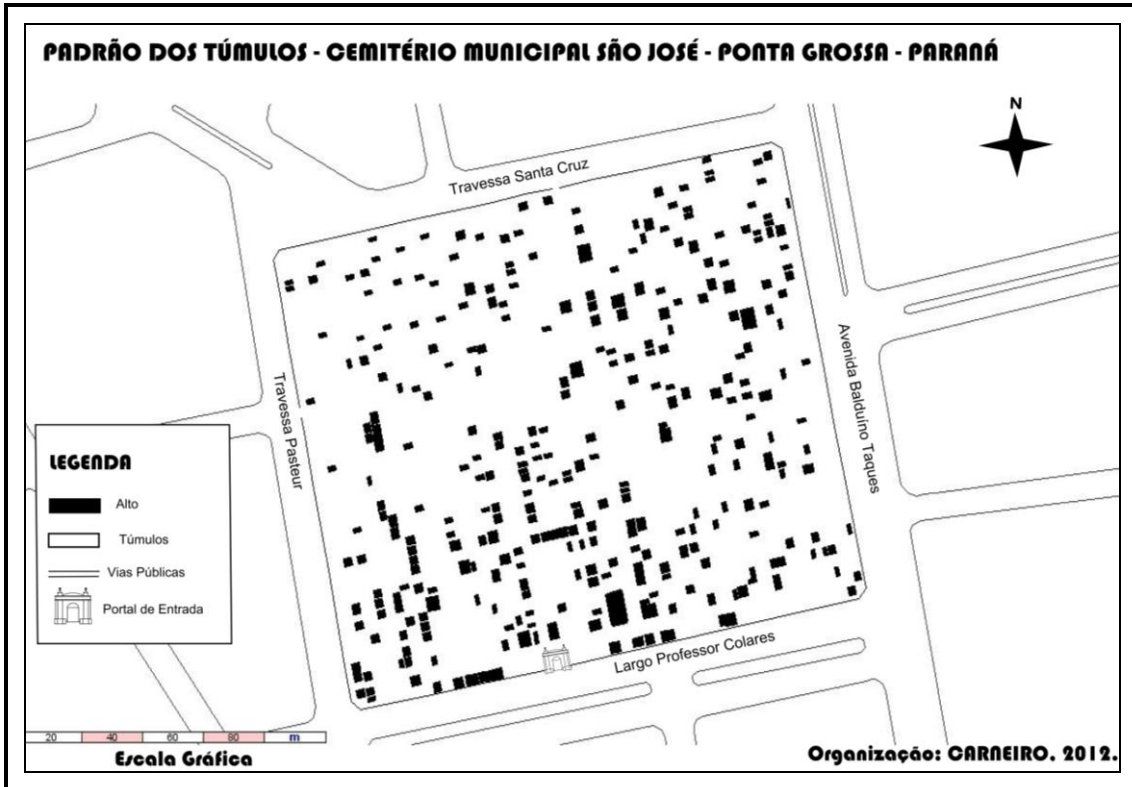
Isto posto, o seguinte cartograma demonstra as variações de padrão encontradas no Cemitério Municipal São José e, por conseguinte, as projeções das estruturas

sócio-econômicas da sociedade que se faz presente na necrópole, por meio das representações simbólicas que constitui. Porque, conforme Matos (2002, p. 35), as tensões urbanas surgem como representações do espaço – como suporte de memórias contrastadas, múltiplas, nem sempre convergentes, mas que são responsáveis por delinear cenários em constante movimento, “em que esquecimentos e lacunas constroem redes simbólicas diferenciadas.”

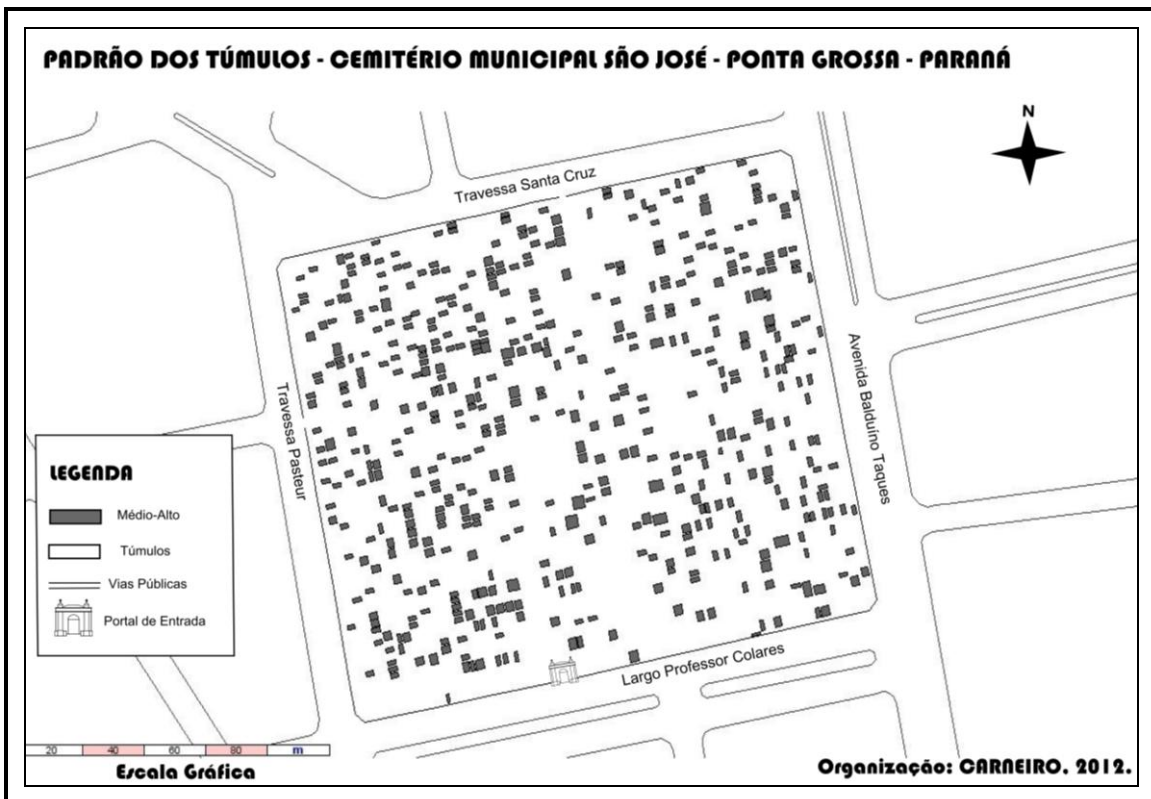


CARTOGRAMA 10 – Padrão dos túmulos.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

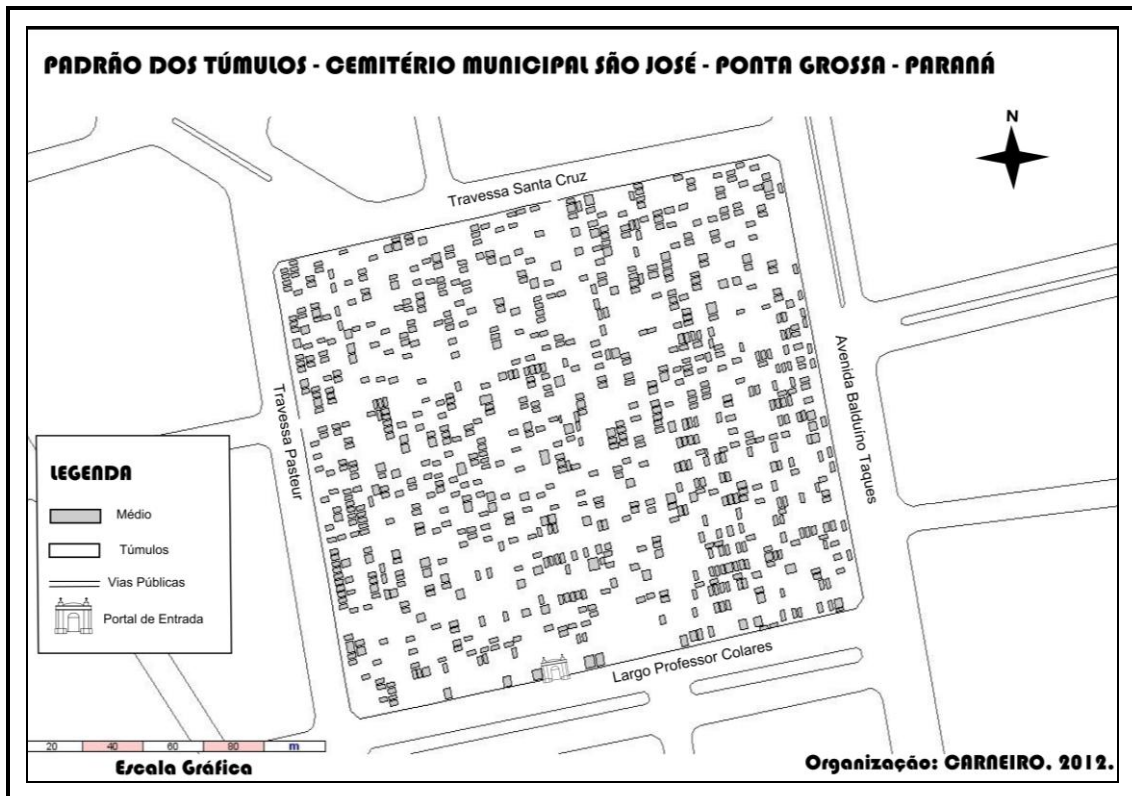
Ao visualizarmos este cartograma (CARTOGRAMA 10), confirma-se a presença de “áreas de concentração” na distribuição espacial do Cemitério Municipal São José. Enquanto os túmulos de médio e médio-alto padrão (CARTOGRAMAS 12 e 13) estão diluídos na distribuição espacial, as construções de baixo padrão (CARTOGRAMA 14) encontram-se concentradas na parte de trás da necrópole, em evidente contraposição com os túmulos de alto padrão (cartograma 11), presentes em maior medida na parte frontal do espaço, próximas ao Portal de Entrada e as vias de maior visibilidade. Vejamos os demais cartogramas:



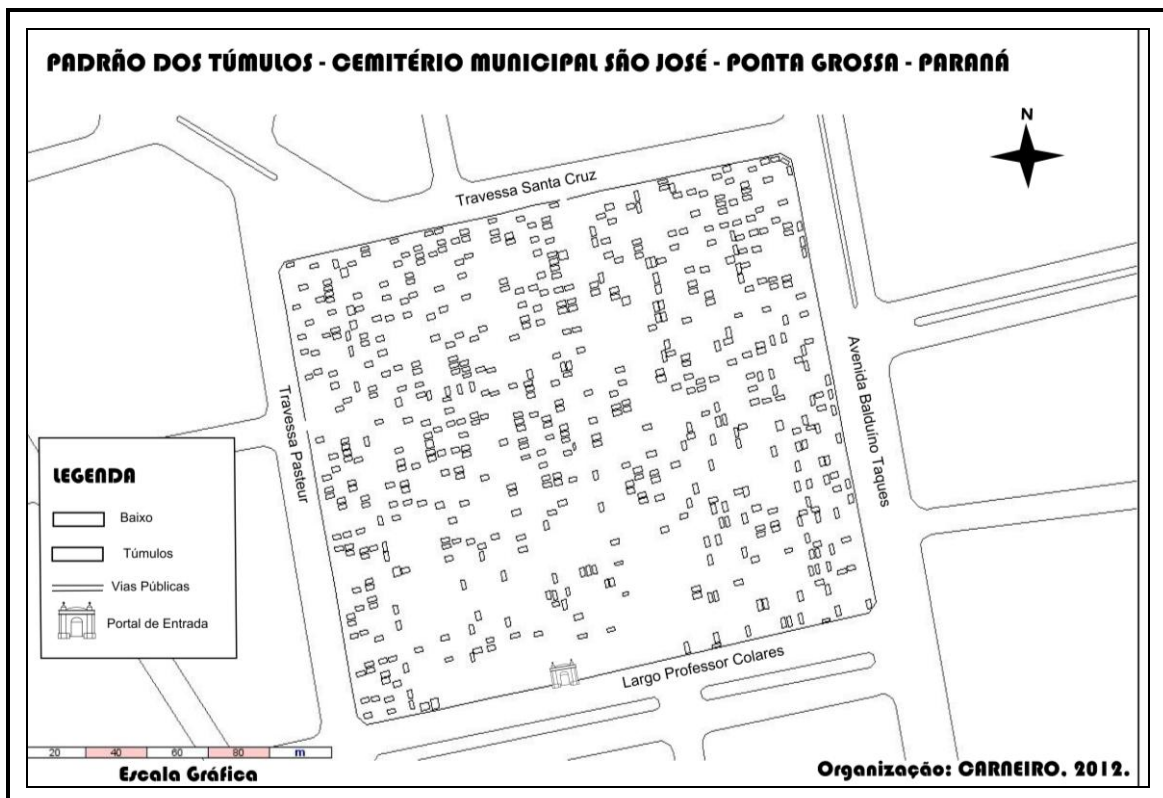
CARTOGRAMA 11 – Padrão dos túmulos - Alto.
 Fonte: Acervo pessoal da autora.



CARTOGRAMA 12 – Padrão dos túmulos – Médio-Alto.
 Fonte: Acervo pessoal da autora.



CARTOGRAMA 13 – Padrão dos túmulos - Médio.
Fonte: Acervo pessoal da autora.



CARTOGRAMA 14 – Padrão dos túmulos - Baixo.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

O gráfico apresenta os resultados obtidos quanto ao padrão dos túmulos presentes no Cemitério Municipal São José:

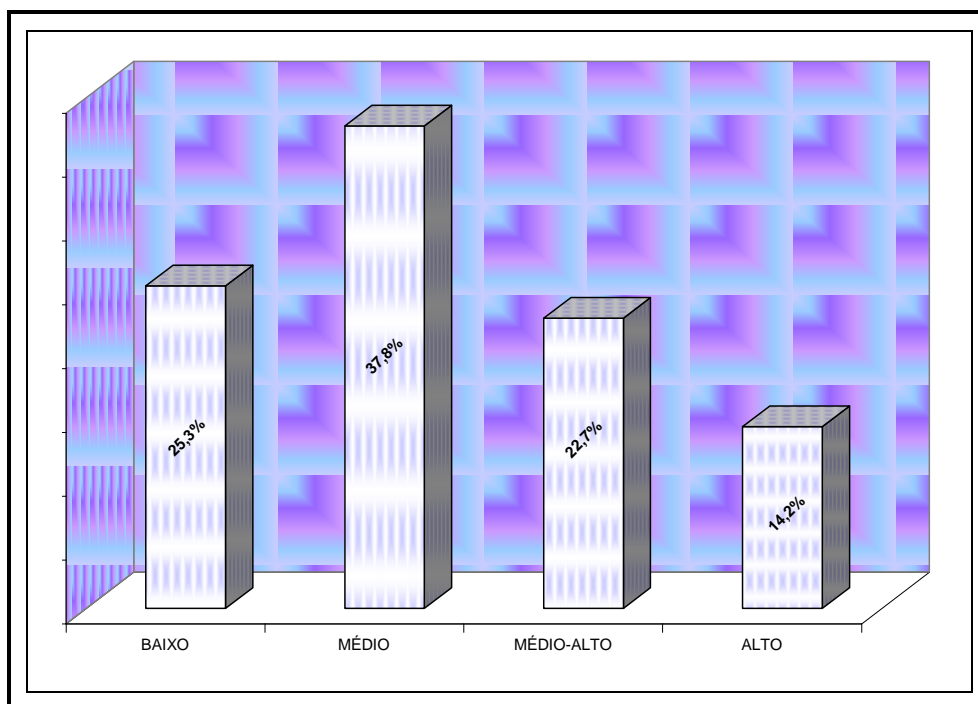


GRÁFICO 4 – Padrão dos túmulos.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

Conforme trabalho de campo, encontramos 577 túmulos de baixo padrão (25,3%), 863 túmulos de médio padrão (37,8%), 325 túmulos de médio-alto padrão (14,2%) e 325 túmulos de baixo padrão (14,2%). Tais variações são indicativas da configuração do Cemitério Municipal São José, ou seja, uma necrópole urbana e central, destacada com relação às demais, seja pela localização, seja pelos elementos estilísticos e, especialmente, constituída e/ou justificada sob a lógica da pretensa civilidade. Ainda, pensamos este espaço como ordenador social, considerando que a partir da construção dos demais cemitérios na cidade, o público que teria acesso àquele passou a ser selecionado de modo silencioso, até mesmo pelas providências legislativas, conforme discutido anteriormente.

Isto posto, a configuração do Cemitério Municipal São José é motivadora e resultado da percepção do mesmo como o “Cemitério dos Ricos”, o que esclarece o fato de que a maioria dos túmulos possuir médio padrão, visto que as classes menos favorecidas tiveram o acesso ao mesmo dificultado. Assim, ainda que aproximadamente um quarto das construções tumulares possua baixo padrão, a maioria das mesmas é de médio padrão, perfazendo um total de 37,8%. Além disso, a mesma configuração também evidencia o ótimo estado de conservação da necrópole, de modo geral.

Faz-se pertinente elucidar que as áreas de concentração, conforme já tratado, confirmam-se principalmente tendo em vista que as variações de padrão são informadas pelos demais elementos presentes nas construções tumulares, tais como área, estado de conservação, formato e material. A fim de compreender as variações de padrão é necessário analisá-las brevemente de forma relacional com os demais atributos.

Ao relacionar o estado de conservação ao padrão dos túmulos, constatamos principalmente que a maioria dos túmulos deteriorados é de baixo e médio padrão, ou seja, dos 16,9% dos túmulos deteriorados, 7,7% são de baixo padrão e 7,0% são de médio padrão. Ao contrário, dos túmulos em ótimo estado de conservação (46,3%), somente 7,6% são de baixo padrão.

PADRÃO e CONSERVAÇÃO	OCORRÊNCIAS	%
BAIXO DETERIORADO	175	7,7%
BAIXO ÓTIMO	173	7,6%
BAIXO REGULAR	229	10,0%
MÉDIO DETERIORADO	161	7,0%
MÉDIO ÓTIMO	312	13,7%
MÉDIO REGULAR	390	17,1%
MÉDIO-ALTO DETERIORADO	39	1,7%
MÉDIO-ALTO ÓTIMO	306	13,4%
MÉDIO-ALTO REGULAR	174	7,6%
ALTO DETERIORADO	12	0,5%
ALTO ÓTIMO	267	11,7%
ALTO REGULAR	46	2,0%
TOTAL	2284	100,0%

TABELA 1 – Relação entre o Estado de Conservação e o Padrão dos Túmulos

Por outro lado, a questão do padrão das construções tumulares guarda relação direta com o material predominante das mesmas, tendo em vista que as mesmas são construídas com materiais mais ou menos nobres, cuja escolha também influencia o estado de conservação. Com efeito:

PADRÃO E MATERIAL	OCORRÊNCIAS	%
BAIXO ALVENARIA	241	10,6%
BAIXO CERÂMICA	313	13,7%
BAIXO MÁRMORE	0	0,0%
BAIXO PEDRA	23	1,0%
MÉDIO ALVENARIA	185	8,1%
MÉDIO CERÂMICA	609	26,7%
MÉDIO MÁRMORE	43	1,9%
MÉDIO PEDRA	26	1,1%
MÉDIO-ALTO ALVENARIA	52	2,3%
MÉDIO-ALTO CERÂMICA	314	13,7%
MÉDIO-ALTO MÁRMORE	135	5,9%
MÉDIO-ALTO PEDRA	18	0,8%
ALTO ALVENARIA	42	1,8%
ALTO CERÂMICA	72	3,2%
ALTO MÁRMORE	176	7,7%
ALTO PEDRA	35	1,5%
TOTAL	2284	100,0%

TABELA 2 – Relação entre o Material e o Padrão dos Túmulos

Assim, dos 22,8% dos túmulos confeccionados em alvenaria, 18,7% dividem-se entre padrão baixo e médio. Ressalta-se que este material, mais barato que os demais, está presente em maior número nos jazigos mais simples, sendo também mais propenso à deterioração, o que favorece o baixo padrão. De fato, do total dos túmulos revestidos em alvenaria, praticamente um terço encontra-se deteriorado.

Os revestimentos em cerâmica perfazem um total de 57,3%, dos quais 13,7% de baixo padrão, 26,7% de médio padrão, 13,7% de médio-alto padrão e somente 3,2% de alto padrão. O maior número de túmulos revestidos em cerâmica e de médio padrão explica-se pelo fato de que este material é muito comum nas construções tumulares, tendo em vista a relação entre custo e benefício e, em especial, a durabilidade do mesmo, que colabora para o estado de conservação da construção, principalmente em relação à alvenaria. Por ser um material menos nobre, não é a escolha hegemônica para os túmulos de alto padrão.

Por sua vez, as construções confeccionadas em pedra, de durabilidade significativa e que perfazem 4,5% do total, encontram-se diluídas na distribuição espacial. Destas, 1,5% possui alto padrão. O mármore foi o material escolhido para o revestimento de 15,5% dos túmulos presentes no Cemitério Municipal São José, dos quais 1,9% são de médio padrão, 5,9% de médio-alto padrão e 7,7% de alto padrão. Este material é mais caro que os demais, mas possui durabilidade superior, relação esta que esclarece o alto padrão dos túmulos revestidos em mármore.

Encaminhando-nos para o fim deste capítulo, durante a coleta de dados, observamos que, do total dos túmulos encontrados, quais sejam, 2.284 construções, em 10,9% dos mesmos não consta nenhum tipo de denominação ou identificação, o que perfaz um total de 248 túmulos. Este total pode ser visualizado no seguinte cartograma:



CARTOGRAMA 15 – Túmulos sem denominação ou identificação.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

Nestes túmulos, sem quaisquer denominação ou identificação, observamos em sua maioria também a ausência de datações ou indicações de sepultamento. São construções desprovidas de registros escritos, salvo vinte e duas das mesmas, nas quais constam numerações de nascimento e, mais comumente, de sepultamento (FIGURA 14). Infelizmente, não é possível aferirmos se a ausência de identificação deve-se à temporalidade

da construção dos túmulos ou à negligência ou desinteresse dos familiares ou responsáveis, visto que as quadras não foram ocupadas linearmente. Comumente, encontramos novas construções nas quadras mais antigas, em convivência com àqueles das primeiras décadas da necrópole.



FIGURA 14 – Exemplo de túmulo sem denominação ou identificação.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Majoritariamente jazigos, havendo somente seis exceções, estes túmulos encontram-se pulverizados pela necrópole, de forma relativamente equilibrada. Entendemos que não se trata de uma quantidade significativa, em virtude da dimensão do Cemitério Municipal São José, existente desde os anos de 1880, conforme já discutido. Ademais, por se tratar de uma necrópole central, acreditamos que a preocupação com a manutenção das sepulturas, tanto por parte da municipalidade, quanto dos familiares e/ou responsáveis diretos das mesmas, inclusive as mais antigas, é maior do que comparada aos cemitérios mais periféricos, nos quais encontramos visivelmente mais sepulturas sem denominações ou identificações aparentes.

À margem tais ausências, é válido observar que muitos destes túmulos estão bem conservados, ou seja, 66,1% encontram-se entre regular e ótimo estado de conservação. Entretanto, boa parte são construídos em materiais menos nobres (cerâmica e alvenaria),

possuindo entre baixo e médio padrão. Em síntese, notamos que estes túmulos configuram uma pequena parte do Cemitério Municipal São José, não havendo comprometimento dos dados coletados, nem mesmo revertendo as características gerais da necrópole, quais sejam a centralidade e valorização com relação às demais da cidade, ótimo estado de conservação e razoável padrão de sepulturas.

Portanto, produzida pelos e para os vivos, a organização dos cemitérios revela o próprio fenômeno urbano, funcionando como um espelho que reflete a ação humana em cada construção material. As delimitações sociais, vistas da perspectiva do urbanista, no traçado arquitetônico da necrópole, fazem-se a partir da construção de cada túmulo, trabalhando com os elementos que buscamos analisar. Com base nos diferentes atributos levantados, tais como área, estado de conservação, material e formato, percebemos a existência de áreas de concentração, bem como o estabelecimento de relações entre os mesmos, favorecendo a construção das representações sociais neste espaço. Tais reflexões nos conduziram à percepção de diferentes padrões nas construções funerárias, estes informados a partir dos demais atributos. Este foi o enfoque principal deste capítulo.

A partir de tais delimitações sociais, conforme observadas, o Cemitério Municipal São José se converte em um palco, em um espetáculo, à maneira da cidade pensada por Barros (2007, p. 84). Converte-se em espetáculo, para a atuação do homem comum, simultaneamente ator e espectador, bem como para as encenações dos poderes estatais e municipais, atuantes por meio dos monumentos, obras administrativas e celebrações de seus governantes. Tanto os elementos materiais quanto os simbólicos são fundamentais para a organização do traçado da necrópole, permitindo-se a ação e representação dos diferentes sujeitos. Portanto, faz-se fundamental destacar que a nossa problemática também se ocupa da leitura das representações de alteridade, selecionadas a partir de elementos simbólicos que se fazem presentes do referido cemitério, sobretudo através da arquitetura, da estatuária e de outros elementos decorativos e/ou celebrativos, como os epitáfios. Estes elementos serão apresentados e discutidos no próximo capítulo.

4 PARA ALÉM DO CONCRETO: ELEMENTOS SIMBÓLICOS E REPRESENTAÇÕES DE ALTERIDADE

*Oh, cemitério da madrugada, por que és tão alegre
 Por que não gemem ciprestes nos teus túmulos?
 Por que te perfumas tanto em teus jasmims
 E tão docemente cantas em teus pássaros?
 És tu que me chamas, ou sou eu que vou a ti
 Criança, brincar também pelos teus parques?
 (Vinicius de Moraes)*

Ultrapassando o olhar do urbanista, neste capítulo detalharemos, ao nível do olhar, como se dá a manipulação dos elementos simbólicos no traçado espacial do Cemitério Municipal São José. Entendemos que tais elementos, elucidados na arquitetura, na escultura e nos demais recursos decorativos e/ou celebrativos, prestam-se ao estabelecimento e reafirmação das representações de alteridade. Ademais, a multiplicidade dos valores expressos pelos espaços funerários, conforme já referido, está profundamente relacionada às diferentes maneiras encontradas para se lidar com a própria questão da morte.

4.1 LIVRE MANIPULAÇÃO DE ESCOLHAS: O CEMITÉRIO E A MONUMENTALIDADE

Os discursos envolvidos com a idéia de civilidade, a condenação dos costumes tradicionais de morrer e enterrar e a constituição de um novo modelo de relação entre os mortos e os vivos, elegeram o cemitério como signo de progresso e de higienização, muito além do condicionamento dos mortos. Porém, constituído como imposição sanitária, legal e política, este espaço também precisava ser legitimado do ponto de vista simbólico. Ao olharmos para as necrópoles, além dos muros e do concreto, deparamo-nos com as representações do campo simbólico: expressão dinâmica de representações sociais, o cemitério é um campo de convívio e embates de múltiplas tradições e possibilidades culturais.

Antes da secularização, através das *Constituições Primeiras* a Igreja prevenia a manipulação privada das representações fúnebres, consideradas manifestações da vaidade, conforme nos esclarece Cymbalista (2002, p. 72). Isso indica a existência de tensões entre esta instituição e as riquezas particulares já no início do século XVIII; enquanto os mortos eram sepultados nas igrejas o anseio pela

edificação fúnebre parece não ter estado ausente, mas sim vetado rigorosamente pela mediação eclesiástica.

Ainda que os sepultamentos *ad sanctos*, conforme já observado ao longo dos capítulos anteriores, não implicavam em ausência de hierarquias no interior das igrejas, conforme a espacialidade das catacumbas; ao serem instituídos, os cemitérios extramuros em muito ampliaram as possibilidades das representações fúnebres, principalmente após a secularização, em 1890. Ao retirar os sepultamentos dos templos e levá-los para o espaço público e, após, secularizado, das necrópoles, possibilitou-se a construção privada dos túmulos, sem as barreiras impostas anteriormente pela gestão eclesiástica. Com a transformação, fizeram-se necessárias novas formas de delimitação das especificidades sociais, culturais e familiares. Portanto, ao reproduzir os caracteres sociais dos indivíduos em vida, a paisagem dos cemitérios pode ser entendida como simultaneamente funcional e simbólica. (CÔRREA, 2003, p. 08)

Dessa forma, lançados à tarefa de representar a morte com a normatização eclesiástica amenizada, os vivos passaram a explorar a organização espacial, a arquitetura, a escultura, os diversos signos e simbologias, em toda a sua potencialidade, para forjar identificações, diferenças, intimidar e seduzir, propondo novas e velhas maneiras de representar a própria sociedade no espaço dos mortos. O acúmulo no tempo e no espaço das inúmeras escolhas produz a paisagem do cemitério na contemporaneidade:

Cada túmulo assume características e identidade próprias – a mediação desejada e possível entre tantos elementos, entre os quais a riqueza disponível (ou a simulação dela), a importância afetiva ou social do morto, o repertório formal e estilístico disponível localmente (ou a capacidade de buscá-lo mais longe), a escolha por materiais abundantes ou escassos, a necessidade ou vontade de evocar o espaço sagrado (ou de afastá-lo de vez). (CYMBALISTA, 2002, p. 72)

A instauração dos cemitérios extramuros inaugurou a possibilidade de negociações e arranjos envolvendo as representações funerárias, cujo processo teve como matéria-prima amplamente maleável os túmulos individuais. Entretanto, partindo do pressuposto que as transformações do homem diante da morte são extremamente lentas por sua própria natureza ou estão situadas entre longos períodos de imobilidade, a instituição dos cemitérios fez com que fosse transportado para os mesmos e para a forma edificada dos túmulos muito da vivência simbólica já familiar às pessoas.

Quando os sepultamentos eram realizados no interior das igrejas, a monumentalidade era manifestada nas efêmeras cerimônias fúnebres. Dentre as inúmeras possibilidades abertas pela instituição dos cemitérios, a representação desta monumentalidade ganha destaque, nas formas edificadas, pretensamente perenes, por múltiplos motivos:

Mas houve também elementos novos, relacionados ao conjunto das transformações que a sociedade sofria. Sem a pretensão de desenvolver os temas, por ser apontados eventuais fatores motivadores da monumentalidade: a mentalidade burguesa, que se faz representar por meio de alegorias; a laicização da sociedade, que passa a produzir referenciais independentes (e questionadores) do poder da Igreja; o consumismo das elites brasileiras em relação às modas vindas da Europa, onde muitos dos cemitérios das grandes cidades já se encontravam monumentalizados. (CYMBALISTA, 2002, p. 78)

A monumentalidade é algo que se atinge por intermédio da articulação entre os investimentos públicos e privados, conforme já observado. Ao regulamentar as distinções territoriais do espaço cemiterial, o poder público promove e reforça a hierarquização. Na análise das discussões das matérias publicadas pelos periódicos locais referentes ao Cemitério Municipal São José, já referidas, evidenciou-se que o mesmo, a exemplo de necrópoles de outras cidades brasileiras, não foi estabelecido somente como o espaço para os mortos na cidade, mas como representação de progresso e de higienização.



FIGURA 15 – Portal de Entrada do Cemitério Municipal São José.
Fonte: Acervo do Museu Campos Gerais.

Da mesma forma como ocorreu em muitos cemitérios brasileiros, por exemplo, os espaços paulistas analisados por Cymbalista, o processo de constituição da monumentalidade do ponto de vista da inserção urbanística do Cemitério Municipal São José é demonstrado pelos investimentos na construção do Portal de Entrada (ver FIGURA 15) e das alamedas que conduzem ao mesmo, largas e arborizadas, produzindo eixos de alta visibilidade, especialmente na parte frontal do mesmo, segundo já visto na análise dos diversos atributos materiais que compõe a necrópole.

Localizado no Largo Professor Collares, o Portal de Entrada do Cemitério Municipal São José foi construído ainda no século XIX, em estilo predominantemente neoclássico. Segundo notícia publicada pelo Jornal Diário dos Campos, em 1934, o mesmo foi presente da Baronesa de Guaraúna. Na parte superior há uma estátua de um anjo da morte, produzido em mármore de Carrara, encomendado na Itália e na mesma ocasião doado pelo Sr. Augusto Ribas, para complementar a composição do Portal, tendo custado à época aproximadamente 200\$000 (duzentos mil réis) em moeda brasileira.³²



FIGURA 16 – Detalhes do Portal de Entrada do Cemitério Municipal São José.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Em ótimo estado de conservação, regularmente o Portal é submetido a obras de manutenção. Trata-se de uma estrutura relativamente sóbria, com predomínio de linhas geométricas, vistas nos arcos e nos contornos gerais da construção (ver detalhes na FIGURA

³² O Cemitério Municipal de Ponta Grossa através de uma detalhada reportagem. **Jornal Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 12 ago. 1934.

16). Apresenta os seguintes traços decorativos, distribuídos simetricamente: a referida figura angelical ao centro, várias palmas, duas cruzes, uma cadeia de elos e duas formas aladas; cuja significação simbólica será explorada a frente.

Com diversificados elementos simbólicos, é possível verificar que a presença do Portal de Entrada se impõe como parte constituinte da monumentalidade, colaborando para a composição do cemitério enquanto cenário de exposição das mais diversas vivências. Observamos que a manifestação do Portal é significativa, pois colabora para a orientação do traçado arquitetônico e da distribuição espacial da necrópole, como vimos no capítulo anterior, dadas as áreas de concentração de determinados atributos próximas à entrada, onde encontramos os eixos de maior visibilidade.

Todavia, a monumentalidade e a conjugação dos investimentos públicos e privados se fazem perceber na leitura da constituição de toda a necrópole, não somente desde o Portal de Entrada e alamedas, mas também na construção simbólica de cada túmulo, associada ao que Borges (2002, p. 122) denomina “morte burguesa”. A autora esclarece que aos poucos, desde meados da segunda metade do século XIX, a atitude diante da morte se torna eminentemente um discurso de abrangência mais social, o que se reflete nas práticas fúnebres, sobretudo nos cemitérios. Vemos que os indivíduos passam a mesclar as simbologias religiosas e profanas, a fim de reforçar os valores do cidadão civil.

Destacamos que a universalidade do acesso aos cemitérios extramuros inicialmente ocorreu sob uma perspectiva específica, branca, européia, que se considerava civilizada, em relação a tudo que fosse diferente. Tal perspectiva é determinante para a construção dos elementos cemiteriais.

E o cemitério foi um dos locais escolhidos pela parte “civilizada” da sociedade para tornar “verdadeira” a sua visão de mundo, criando como pôde uma teatralidade burguesa e inspirada nos já conhecidos cemitérios urbanos europeus, que, como salientara um político de meados do século XIX, “concorrem para o aformoseamento das grandes cidades”. (CYMBALISTA, 2002, p. 73.)

Nesse contexto, a arte funerária passou a ser mais um elemento diferenciador das classes sociais. Segundo Borges (2002, p. 125), com a concessão das sepulturas, o túmulo tornou-se um marco, um sinal palpável para as recordações, uma espécie de propriedade que assegurava a perpetuidade do morto. O Cemitério Municipal São José não se furtou à regra. Destaca-se dentre as demais necrópoles da cidade, apresentando construções suntuosas, com elementos artísticos e arquitetônicos de significativa beleza, inspirados nos modelos europeus. Boa parte dos mausoléus e

túmulos mais imponentes foram construídos entre os anos de 1890 e 1940, período que corresponde ao auge econômico de Ponta Grossa (ver FIGURA 16).

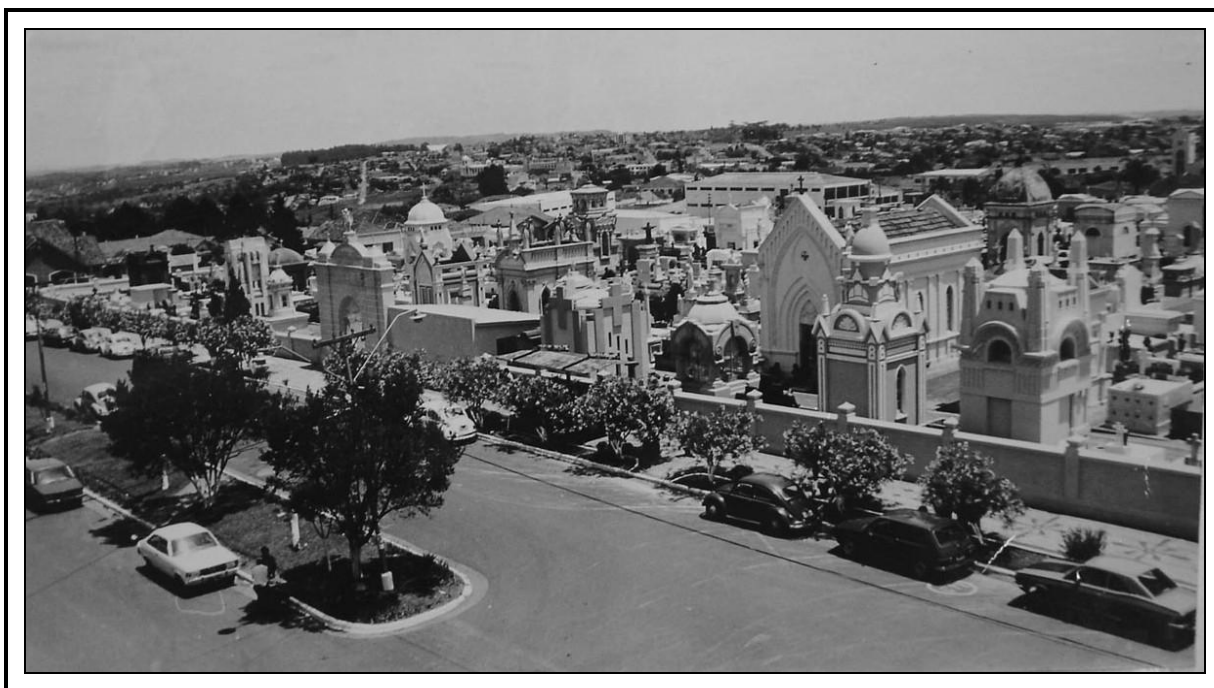


FIGURA 17 – Vista Parcial do Cemitério Municipal São José - Década de 1970.
Fonte: Acervo do Museu Campos Gerais.

Ao observarmos o primeiro registro de sepultamento nos mausoléus e jazigos-monumentos, constatamos que a datação da construção de grande parte destes encontra-se entre os anos da fundação da necrópole e 1940. Vejamos:

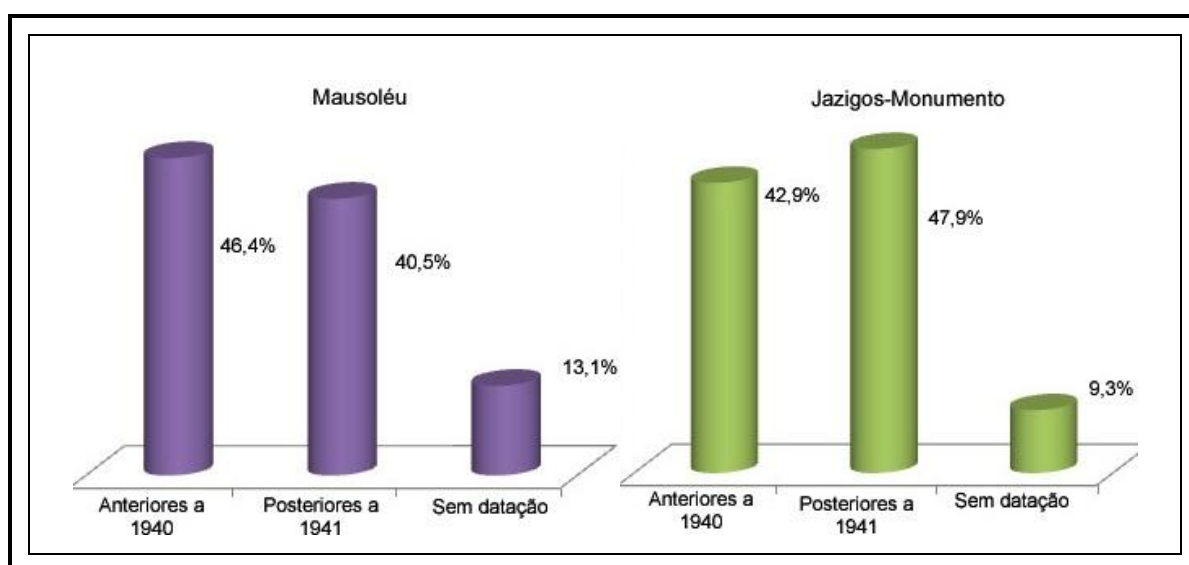


GRÁFICO 05 – Datação dos Mausoléus e Jazigos-Monumento, anteriores e posteriores à 1940.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Do total de mausoléus e jazigos-monumento encontrados (240 construções), portanto, a datação dos primeiros registros de sepultamento em 99 dos mesmos é anterior à 1940, sendo que em 24 deles não encontramos quaisquer registros. A presença de construções de maior investimento financeiro posteriores à 1940 pode ser explicada, em parte, pela certa manutenção dos padrões artísticos anteriores, os quais não são alterados no espaço das necrópoles de forma imediata, além de ser um marco temporal coincidente com a fundação dos demais cemitérios na cidade. Faz-nos perceber que correspondem ao conceito de morte burguesa já apresentado e são reflexivos de uma forma específica de conceber a morte.

Todavia, faz-se necessário ressaltar que ainda que estes túmulos de elevado padrão sejam minoria, o conteúdo simbólico com o qual são tecidos contribui para a criação de modelos que influenciam as práticas dos demais estratos sociais. Muito embora constituído sob a lógica da pretensa civilidade, ressalta-se que o espaço do cemitério público é um campo de convívio e disputa entre múltiplos discursos. Mesmo a partir das categorias definidas por poucos, todos o fazem combinando suas próprias possibilidades e escolhas, muitas vezes à parte as condições sociais e econômicas. No bojo das manifestações estéticas populares há também o universalismo das artes, a coincidência dos movimentos estéticos sofisticados da *avant-garde* com atributos e características já sedimentadas na amplitude da cultura de base. (VALLADARES, 1972, p. 35).

Vimos que o Cemitério Municipal São José funciona como um espelho da cidade que o produziu, especialmente acompanhando a temporalidade desta e as preocupações que lhe são inerentes. A maioria dos túmulos mais suntuosos foram construídos entre a fundação da necrópole e a década de 1940, período que corresponde ao de maior crescimento populacional do município de Ponta Grossa, após a chegada da ferrovia e os ciclos de imigração, no final do século XIX. O processo de dinamização urbana transparece na configuração do cemitério ora analisado. Em ambos os espaços são verificadas mudanças, inicialmente desordenadas, seguidas da ocupação racional e orgânica do espaço urbano.

Dada esta disposição, já analisada nos capítulos anteriores, voltamos nosso olhar para os elementos simbólicos presentes nas construções cemiteriais, os quais são transpassados pela subjetividade dos vivos e suas relações sociais e culturais. Como referimos na introdução desta dissertação, o símbolo se trata da união de um significante concreto (objeto) com algo abstrato (ideia). Este símbolo, quando decifrado pela compreensão imediata ou pelo estudo, permite a transmissão ou o entendimento cultural e também dos valores sociais, as quais encontram no traçado arquitetônico das construções funerárias o espaço privilegiado para edificar suas representações.

Portanto, a simbologia cemiterial, profundamente relacionada às diferentes maneiras encontradas para se lidar com a questão da morte, objetiva a transmissão ou a expressão dos valores culturais, para o estabelecimento e reafirmação das relações sociais. Tais elementos simbólicos se fazem mais evidentes na arquitetura, na escultura e nos demais recursos decorativos e/ou celebrativos, para além da materialidade das construções. Deste modo, a fim de contemplarmos múltiplas manifestações do simbólico, estruturamos o presente capítulo em três partes principais, buscando apresentar exemplos de arquitetura, de escultura e demais elementos distintivos e celebrativos.

Ao refletirmos sobre as manifestações simbólicas no espaço cemiterial, notamos que categorizações que busquem abarcar e distinguir de maneira rígida e intrasponível cada elemento, seja arquitetônico, seja escultórico, são precárias. Ao observarmos os túmulos do Cemitério Municipal São José, percebemos que em algumas construções as esculturas são componentes da arquitetura, ou seja, nestes túmulos o elemento de maior destaque é a própria imponência do edifício, de maneira que componentes escultóricos, sejam tridimensionais, sejam em relevo, são complementares à obra maior, mas não são o elemento de maior impressão visual. Já em outros túmulos, a arquitetura é suporte para a escultura, isto é, nestas construções o aspecto visualmente dominante é a estatuária, de forma que a arquitetura assume o papel de pedestal para a obra escultórica, enquanto elemento de maior sentido semântico nestas composições.

Feitas tais observações, à luz das leituras de Borges (2000) e Bellomo (2002), categorizamos a análise dos elementos simbólicos encontrados nos túmulos desde a arquitetura, quando esta possui proeminência com relação aos demais componentes; a escultura, subdividida em cristã e alegórica, e; por fim, os demais elementos decorativos e/ou celebrativos, por exemplo, os epitáfios. Tomamos como parâmetro inicial a classificação de Bellomo (2000), o qual classificou as manifestações artísticas funerárias através de três tipologias que procuram estabelecer as relações entre as mesmas e o seu contexto sócio-político: Cristã, Alegórica e Cívico-Celebrativa.

Visto que refletimos sobre as representações simbólicas, tomadas como recurso de expressão identitária, não observaremos as distinções entre as obras de originalidade estética e as reproduzidas a partir de modelos já prontos, visto que a arte funerária, segundo Borges (2002, p. 172), é um tipo de construção repleta de simbolismos que são facilmente assimilados pelo grande público. Conforme já assinalado, a partir das categorias definidas por poucos, encontramos as mais diversas combinações e arranjos, dentro dos anseios, possibilidades e escolhas de cada um.

4.2 O SIMBOLISMO NA ARQUITETURA: O ECLETISMO E A IMPONÊNCIA COMO RESPOSTA À MORTE

Ao compreendermos o espaço funerário e as representações semântico-simbólicas inerentes ao mesmo, como respostas edificadas para o problema da morte, buscamos neste a percepção destas representações, individuais e coletivas, privadas e públicas, vinculadas à religiosidade, à familiaridade, aos valores sociais. No que diz respeito à arquitetura, observamos que as construções significativas neste quesito, no caso do Cemitério Municipal São José, são os mausoléus, os quais se destacam, em termos de impacto visual, pelo traçado geral da edificação e pela imponência de suas proporções.

Para Cymbalista (2002, p. 88-91), esta constituição física, a qual faz o túmulo assemelhar-se tanto a uma capela, quanto a uma casa, reflete uma forte inclinação à individualização e/ou particularização da morte, relacionada à importância angariada pela intimidade do espaço doméstico em finais do século XIX. Desta forma, o mausoléu, ao assumir ares de capela, fornecia à família dos sepultados um ambiente de orações, um espaço para a expressão da religiosidade familiar. Deve-se ressaltar que, em meio à conjuntura da transição dos sepultamentos intramuros para os cemitérios extramuros e, em seguida, com a secularização do espaço da necrópole, os mausoléus guardam em sua tessitura simbólica uma relevante atmosfera de sacralidade, ao imprimir àquele espaço aspectos religiosos. São exemplos destes, as cruzes, altares, anjos e santos, imagens cristãs.

Ao mesmo tempo, estes espaços também possuem visibilidade pública, perceptível nos “espaços de transparência”, como vidros, portas e janelas, comuns em construções deste tipo, os quais permitem observar o que há/ocorre no interior. A família tem sua privacidade resguardada pelos muros, enquanto, simultaneamente, honra os mortos publicamente, monumentalizando a morte. Desta forma, os mausoléus são o melhor exemplo da atitude de *perpetuação do morto*, descrita por Borges (2002, p. 125) como uma das características da “morte burguesa”: são locais cuja existência suntuosa assegura aos mortos um status de continuidade, que transcende a própria morte.

O ecletismo arquitetônico é um traço recorrente nestas edificações, segundo Borges (2002, p. 176-177), as quais por vezes buscam soluções estruturais na diversificação de influências estilísticas. É comum que os mausoléus incorporem traços arquitetônicos neoclássicos, românticos e neogóticos, ou seja, formas provenientes de uma diversidade de vertentes estilísticas. Este é o caso de grande parte dos mausoléus presentes no Cemitério Municipal São José, por exemplo, o “Jazigo do Barão de Guaraúna”.

O mausoléu do Barão de Guaraúna foi construído em 1893, sendo o mais imponente mausoléu da necrópole. Neste, além do Barão, Domingos Ferreira Pinto (1820-1891) e de sua esposa, Maria Ambrózia da Rocha Ferreira (1831-1906), foram sepultadas personalidades destacadas da política local, descendentes, diretos ou indiretos, do Barão. Dentre estes, mencionamos: Theodoro Baptista Rosas (1861-1923), que foi prefeito do município entre 1912 e 1916; Elyseu de Campos Mello (1856-1854), também prefeito, tendo governado de 1928 até 1930; Plauto Miró Guimarães(1922-1986), prefeito de 1966 à 1969.



FIGURA 18 – Jazigo do Barão de Guaraúna.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Trata-se de um túmulo cuja situação dentro do espaço do cemitério lhe concede grande visibilidade. Ademais do lugar por ela ocupado na necrópole, a construção destaca-se por suas dimensões físicas e pela elaboração de sua estrutura. A construção, branca, apresenta elementos próprios do estilo neogótico, presente na verticalidade reforçada pelos arcos ogivais das janelas, do portal e da cumeeira, além das formas circulares que

remetem às rosáceas da arquitetura gótica. De cada lado da porta há um pedestal com um vaso.

Na entrada e nas janelas temos um vislumbre do interior, o qual guarda um espaço de culto bem conservado, ornamentado com pinturas. Ainda encontramos outros elementos de cunho religioso, como as alegorias. No topo, a construção é adornada por uma cruz e duas alegorias, uma das quais representa a virtude teologal da caridade (a ser analisada à frente). Isso destaca o valor concedido à família e à religiosidade no contexto pontagrossense deste período, ainda que o cemitério tenha sido secularizado anteriormente à construção do referido mausoléu.

É interessante notar a presença do brasão do Barão de Guaraúna gravada em uma placa de mármore situada na parte de trás da construção, a qual precede os demais elementos do conjunto – visto que o Barão faleceu dois anos antes da construção do mausoléu. Embora a presença do brasão fosse suficiente para destacar a posição social de Domingos Ferreira Pinto, denotando claramente seu status de nobre, a construção foi executada de maneira a expressar grandiosidade através das formas arquitetônicas e da riqueza de elementos.

Outro exemplo de destacada arquitetura é o mausoléu da Família de Margarida Murielt Branco, construído em 1901. Também apresenta a verticalidade própria dos traços góticos, com uma forma relativamente delgada em relação à altura. Isto favorece a impressão de ascensão na arquitetura, acompanhada pela presença de pináculos no topo e arcos ogivais na entrada, nas janelas e nos frisos nas laterais superiores da construção. O elemento na parte superior da fachada aparenta mesclar a forma de um arco ogival com as volutas mais comuns das fachadas barrocas.

Outros elementos decorativos incluem os frisos que cingem as janelas, encimados por volutas que terminam em flores-de-liz, as quais são símbolos de brancura e pureza (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2006, p. 553), os entalhes de arcos lobulados nos frisos superiores e os anjos orantes situados no topo da construção. As colunas falsas nas paredes são decoradas com capitéis com relevos de palmas, volutas e anjos de influência barroca. Acima da entrada, dois anjos seguram o detalhe centralizado que suporta a data de 1901. Embora elaboradas em relevo, com riqueza de detalhes, as figuras dos anjos não apresentam o desenho realista e idealizado das formas neoclássicas, exibindo contornos mais estilizados.



FIGURA 19 – Mausoléu Margarida Murielt Branco.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

No todo, as opções estilísticas adotadas para este mausoléu reforçam-lhe o aspecto de “igreja medieval em miniatura”, de que trata Borges (2002, p. 177), visto que a soma dos detalhes empregados carrega uma forte correspondência com os padrões empregados na arquitetura sacra. Mais uma vez, a construção transporta para o espaço da necrópole a religiosidade familiar, realçada ainda pela presença das figuras angelicais e o altar no interior do mausoléu.

Por sua vez, o mausoléu da Família Pacheco de Queiroz, datado de 1926, distingue-se dos analisados até o momento, posto que não apresenta profusão de elementos próprios das influências góticas, embora seu traçado reforce o aspecto da verticalidade. Destacando-se por ser consideravelmente mais alto que os túmulos a sua volta e mesmo que os demais mausoléus, este apresenta características físicas mais próximas das influências art

decó, com a predominância de linhas retas e alongadas. Segundo Olivares (2009, p. 06), o estilo *Art Decó* prefere as formas geométricas, estilizadas e simples, objetivando a expressão de elegância, sofisticação e riqueza.



FIGURA 20 – Mausoléu da Família Pacheco de Queiroz.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

Dentre os principais adornos compreendidos pela estrutura destacam-se uma grande cruz na fachada, decorada com palmas, e a figura de uma coruja de asas abertas na parede lateral. Do ponto de vista mitológico, a coruja é um animal frequentemente associado à noite e à morte, bem como ao conhecimento racional (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2006, p. 293). Destacam-se ainda as duas faces entalhadas no topo da fachada, uma de olhos abertos e outra de olhos fechados, simbolizando a vida e a morte.

Por fim, o mausoleu da Família Fiany, construído em 1930, apresenta uma miscelânea de elementos de influências diversas. Há pináculos de aparência neogótica no topo

do edifício, onde está situada uma estátua de São Jorge em luta contra o Dragão³³, uma representação tradicional do confronto entre o bem e o mal na cosmologia cristã. Nas paredes, apoiados sobre colunas falsas com capitéis que imitam o estilo jônico clássico, há pináculos menores, os quais são decorados com pequenas figuras de anjos orantes.



FIGURA 21 – Mausoléu da Família Fiany.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

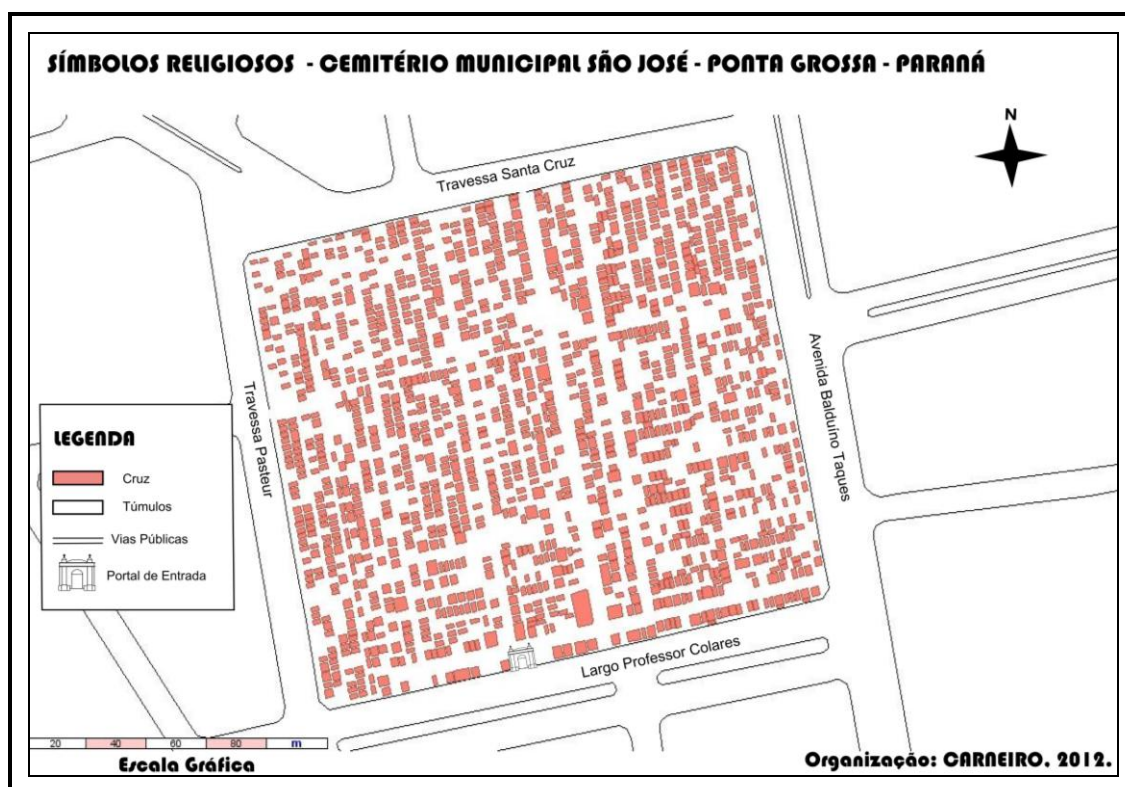
As colunas, assim como os pináculos, a janela ogival e os frisos em forma triangular acima da entrada e das janelas reforçam, à maneira gótica, o impulso vertical da construção. No friso acima da entrada vemos a figura de Maria com o Menino Jesus: assim como o triângulo, que tem três extremidades, Jesus faz um gesto que exhibe três dedos, sinalizando a Trindade. Comuns aos mausoleús aqui exemplificados, novamente os elementos religiosos se fazem presentes, a reforçar a identidade familiar.

³³ Tendo tido uma promissora carreira como soldado no exército romano durante o império de Diocleciano, São Jorge converteu-se ao cristianismo e foi condenado ao martírio. O combate entre São Jorge, o santo guerreiro, por vezes substituído na cena por São Miguel, e o dragão, constituem uma forma de materializar o confronto perpétuo entre o bem e o mal. (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2006, p. 352)

Aqui buscamos abordar as relações simbólicas que se elaboram a partir das formas arquitetônicas formuladas no espaço cemiterial, tratando das características físicas que compõem, através do emprego da suntuosidade do ambiente construído, o fenômeno da monumentalização. À luz de Sorio (2009, p. 59), observamos que a diversidade figurativa na citada necrópole é perceptível ao mais breve olhar – misturam-se vestimentas gregas aos santos, vemos a incorporação de pietás e anjos barrocos, representações religiosas convivendo com as personificações dos sentimentos.

4.3 SIMBOLOGIA CRISTÃ: A SACRALIDADE DAS CRUZES, CRISTOS E MARIAS

A variedade de atributos que compõe a ornamentação funerária do Cemitério Municipal São José possibilita a identificação das concepções religiosas presentes no meio social no qual o mesmo está inserido. De acordo com Brown (2009, p. 255-256), quanto às práticas funerárias, o cristianismo possui um repertório simbólico pasteurizado, detentor de cenas facilmente reconhecíveis, inscritas, com poucas variações, em todas as tumbas cristãs, em contraposição ao paganismo. Deste modo, a simbologia cristã é a mais prontamente identificável no conjunto das construções tumulares em análise.



CARTOGRAMA 16 – Símbolos Cristãos - Cruz.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

A cruz foi o símbolo mais encontrado no levantamento catalográfico dos símbolos religiosos do referido cemitério, conforme cartograma acima. Dentre seus significados, ao apontar para todos os quatro pontos cardeais, a cruz é, em primeiro lugar, a base de todos os símbolos de orientação, nos diversos níveis de existência humana. Como consequência, assume uma função de síntese e de medida, um símbolo de mediação, de comunicação, entre o céu e a terra. Nas palavras de Chevalier e Gheerbrant (2006, p. 310): “*É a cruz que recorta, ordena e mede os espaços sagrados, como os templos; é ela que desenha as praças nas cidades; que atravessa campos e cemitérios.*”

Segundo cartograma acima, a cruz se faz presente em 66,8% das construções, ou seja, em 1524, de um total de 2284 túmulos, indicativo este de uma forte influência cristã nas relações sócio-culturais ponta-grossenses. Além destas, também a encontramos no Portal de Entrada e no Cruzeiro. O fato de ser um dos principais depositários das mensagens cristãs habilita a presença da cruz em diversos espaços religiosos, com destaque para os cemitérios. Cabe observar que a cruz é um símbolo presente desde a mais Alta Antiguidade, tendo sido encontrada na cultura egípcia, grega, chinesa. Todavia, a tradição cristã enriqueceu amplamente o simbolismo da cruz, ao condensar nessa imagem a história da salvação e a paixão de Cristo, cuja associação é a mais reconhecida na cultura ocidental (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2006, p. 309-310).³⁴



FIGURA 22 – Exemplos do uso de cruzes no Cemitério Municipal São José.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

No caso do uso enquanto símbolo cristão, a presença das cruzes, segundo Rezende, demarcou a transferência dos sepultamentos das igrejas para os cemitérios:

³⁴ Observa-se que contemporaneamente a cruz excede os limites do cristianismo e do catolicismo, sendo apropriada também por outros segmentos religiosos, como os agnósticos e os kardecistas. Assim, é possível que parte dos túmulos encontrados no Cemitério Municipal São José não sejam necessariamente vinculados ao cristianismo, mas não é possível quantificar tal expressão.

A igreja-cemitério era marcada pelo subterrâneo, o local dos mortos era a nave, a cripta, embaixo do assoalho; em cima, no teto da igreja, estava pintada a salvação, com os tradicionais anjos condutores e esvoaçantes.

Com o cemitério, as marcas foram soerguidas acima do solo. (...) Apesar de serem símbolos do catolicismo, as cruzes acima do solo começam a representar o fim do poder de ocupação do espaço subterrâneo, tanto em termos simbólicos como reais. (REZENDE, 2006, p. 59)

Ressalta-se que a cruz é um dos principais símbolos representativos do cristianismo, na qual está contida a crença na idéia da morte e da ressurreição em Cristo. Pelo fato de Jesus ter morrido crucificado, assume o sentido da morte e o do sofrimento. Também é símbolo da vida eterna, por Cristo ter vencido a morte:

A Cruz, simbolismo que nos remete a grande importância, em que através da crença na superação da morte com a ressurreição de Cristo e um dia a dos cristãos, nos revela a vida eterna. Cristo vencendo a morte na cruz, após todo o sofrimento até a redenção, representa a vitória na figura da ressurreição, sendo este fato que a torna um símbolo da eternidade cristã. (PIACESKI; BELLOMO, 2006, p. 73)

A iconografia cristã assumiu a cruz tanto como meio para lembrar do sofrimento de Cristo, quando para demarcar sua presença. A representação mais comum, conforme Dalmáz, é a cruz com uma haste transversal:

[...] seus quatro braços significariam o conjunto da humanidade atraída por Cristo nos quatro cantos do mundo, bem como as virtudes da alma humana. O fato de ficar enterrada no chão simbolizaria a fé assentada em profundas fundações. A parte superior da cruz indicaria a esperança que sobe ao céu. Além disso, seus braços abertos demonstrariam a caridade que se estende a todos. (DALMÁZ, 2000, p. 125)

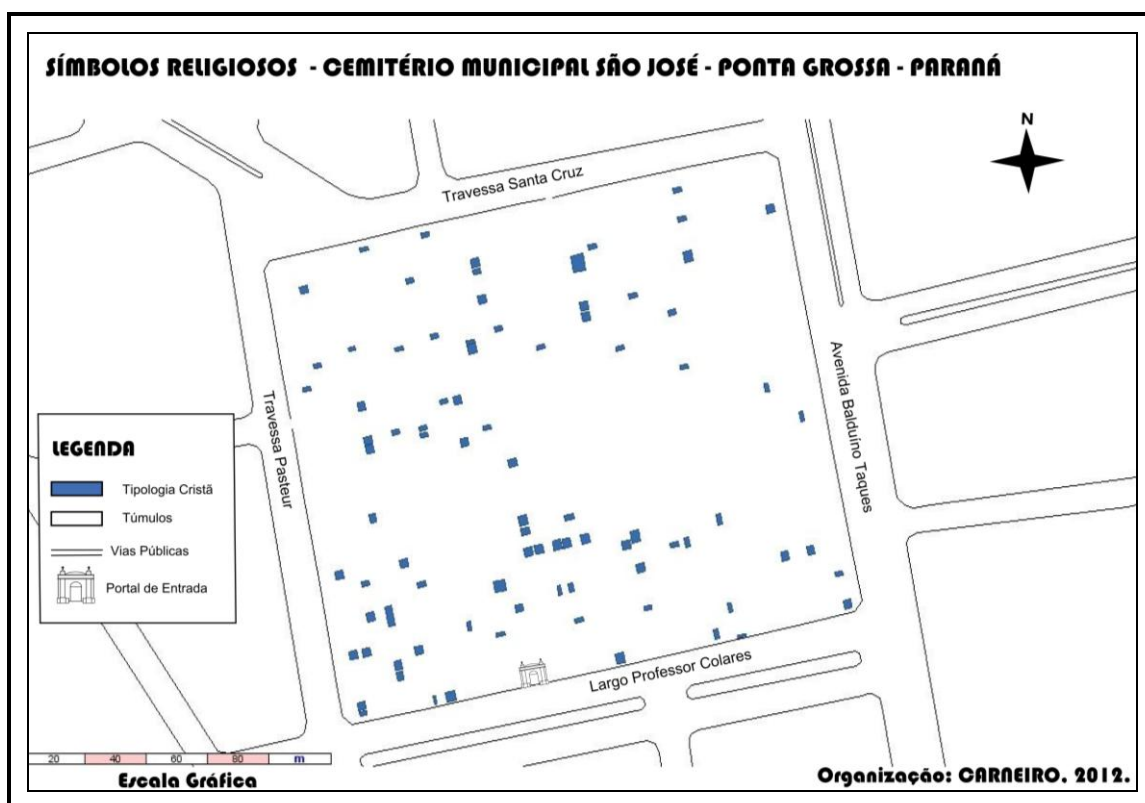
Dessa forma, a cruz é o símbolo por excelência da fé e da morte cristã, símbolo da celebração da morte e da esperança na ressurreição, ao considerar que, para o cristão, a morte conduz à perspectiva da vida eterna, traz em si o germe da ressurreição. Isto posto, a mensagem cristã é transmitida basicamente através de duas situações, quais sejam a crucificação, que se define pela morte dignificada pelo exemplo de Cristo, e a ressurreição, que representa a conquista da vida sobre a morte (PIACESKI; BELLOMO, 2006, p. 46).

Esta mensagem também se destaca nas manifestações da “Tipologia Cristã”. Observa-se que as origens da arte funerária são tão antigas quanto a própria arte. Bellomo e Piacieski identificam já no período pré-histórico dois aspectos básicos da arte funerária, a saber: “[...] a relação da produção artística com as crenças religiosas e a necessidade de manter a relação do morto com o mundo material que ele [morto] abandonou, destacando principalmente seu papel na sociedade em que viveu.” (PIACESKI; BELLOMO, 2006, p. 09)

Ao analisar o conjunto da estatuária vinculada à tipologia cristã do Cemitério Municipal São José, estes aspectos são amplamente destacados, tendo em vista que

a presença destas representações nas construções tumulares possui a finalidade de garantir a sobrevivência para o morto e a vinculação religiosa terrena, buscando-se a benevolência divina para o pós-morte. Isso porque “(...) a fé na ressurreição passa a ser a espinha dorsal da fé em Cristo. Cristo é a explicação da morte e da ressurreição.” (PIACESKI; BELLOMO, 2006, p. 47) Ou seja, é a justificação do pós-morte.

A tipologia cristã compreende as representações de Cristo, incluindo principalmente as relacionadas à crucificação e à ressurreição e as representações de Maria e dos santos. Presentes em 3,8% das construções tumulares da referida necrópole, ou seja, em 87 (oitenta e sete) das mesmas, estas representações comumente seguem os padrões da arte neoclássica, ou seja, *"devem expressar espiritualidade, grandeza, personalidade bem característica, santidade, profundidade de sentimentos, dor e sofrimento sereno."* (PIACESKI; BELLOMO, 2006, p. 47) Encontram-se localizados nas vias principais, conforme segue:



CARTOGRAMA 17 – Símbolos Cristãos – Tipologia Cristã.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

No conjunto da estatuária do Cemitério Municipal São José, observamos representações de Jesus Cristo em oração, crucificado, morto, abençoando, dentre outras. Apresentam comumente traços fisionômicos serenos e panejamentos que indicam sobriedade. Por vezes, a figura de Cristo é utilizada como síntese dos símbolos fundamentais do universo,

por exemplo, o céu e a terra, por suas naturezas divina e humana. Para exemplificar, destacamos a representação de Cristo distribuindo flores (ver FIGURA 23), considerando que vai além da vinculação religiosa e do exposto até aqui.

Nas palavras de Carollo:

O uso de flores nos sepultamentos remete ao conceito de morte como refrigério, como um estado de sono cujo despertar será o acesso a uma vida melhor, sendo a flor a representação do paraíso. Esse conceito já se encontra no Gênesis: 'E Deus plantou um jardim no Éden...', imagem que fixa a idéia do paraíso com flores, felicidade, perfeição e pureza. (CAROLLO, 1995, p. 19)

As flores representam a imortalidade, numa relação paradoxal com a fragilidade da vida. Ainda, é a lembrança da natureza, da transitoriedade da vida. Segundo Dalmáz, a rosa é o tipo de flor mais encontrado nos cemitérios e é intimamente ligada à idéia do amor divino, guardando relação também com a saudade, por isso amplamente utilizada nos funerais e, também, na ornamentação dos cemitérios, como homenagem aos mortos (DALMÁZ, 2000, p. 127).

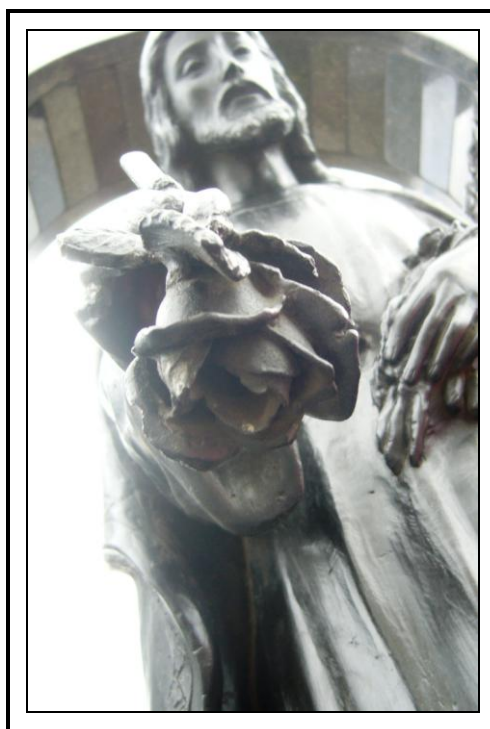


FIGURA 23 – Tipologia Cristã – Representações de Cristo.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

A presença da estatuária sagrada no espaço do cemitério indica uma das vocações fundamentais do lugar dos mortos, muito embora a fração destas representações seja globalmente modesta, ainda mais se observada em contraponto aos túmulos nos quais há a representação da cruz, conforme referido. As representações de Cristo são significativas da

morte cristã e da esperança na ressurreição, no mesmo sentido assumido pela simbologia da cruz, mas de uma maneira mais elaborada, em relação àquela. Além da vinculação religiosa, a presença da tipologia cristã é indicativa da intenção manifesta pelos proprietários em monumentalizar o espaço, através do investimento estilístico, intenção esta evidenciada quando percebemos que, a exemplo dos demais atributos já discutidos, a amostra da estatuária cristã em questão encontra-se presente em maior medida na parte frontal do cemitério.

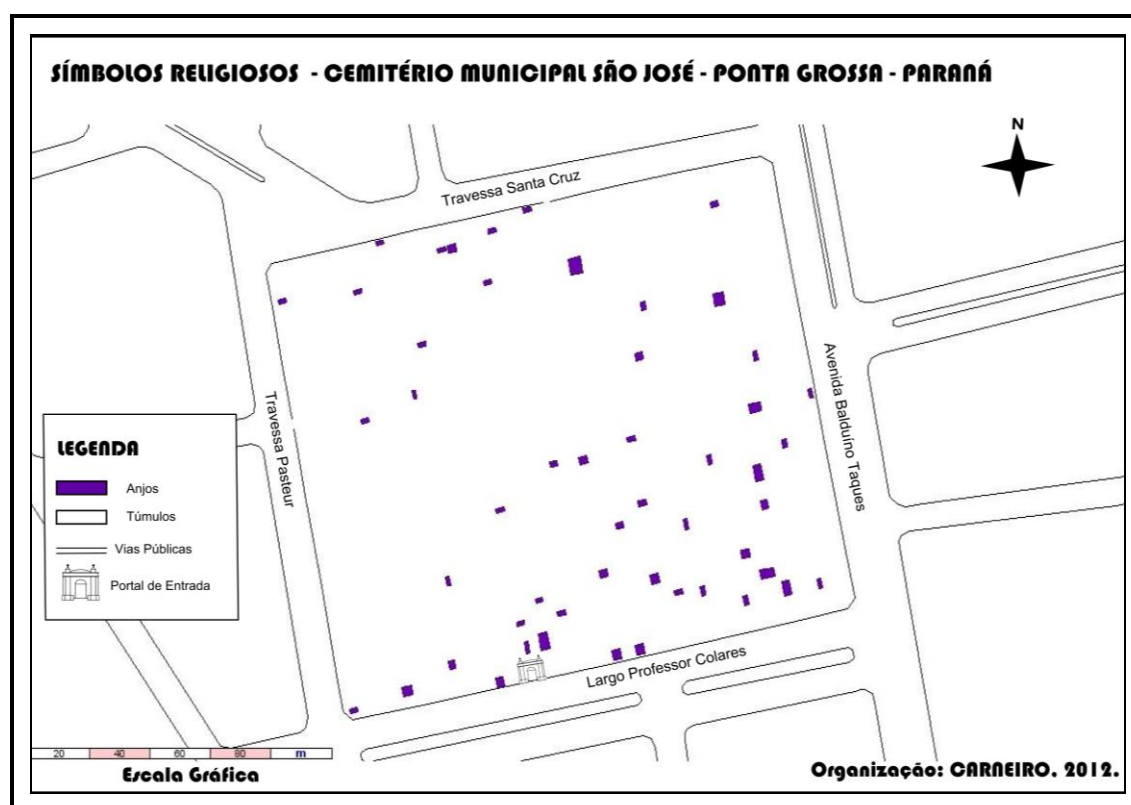
Por sua vez, as representações de Maria e dos santos, seguindo a mesma lógica das representações de Cristo, são símbolos das devoções familiares do cristianismo católico. Estão presentes em 0,9% das construções tumulares, ou seja, em 20 das mesmas. Em especial, a representação de Maria, mãe dolorosa, nas Pietás, presente em três exemplares no Cemitério Municipal São José, representa a dor de uma mãe que perdeu seu filho para a morte. É a figuração da piedade, além de colocar Jesus Cristo como um ser humano.



FIGURA 24 – Tipologia Cristã - Pietás.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

A pietá, ou a imagem da Virgem Maria com o Jesus nos braços, após este ter sido retirado da cruz, é uma das formas mais recorrentes de representação artística do sofrimento da Virgem Maria e muito comum nos cemitérios, por ser a representação da mesma mais próxima à finitude. Podem ser encontradas versões anteriores desta forma, como a Pietá de Villeneuve-lès-Avignon, de Enguerrand Quarton, pintada em 1455, mas a versão mais célebre de todas é a que foi esculpida em mármore pelo renascentista Michelangelo Buonarroti, em 1499, que sem dúvida influencia as representações encontradas na necrópole. As sutilezas da representação variam de acordo com a versão do artista, algumas imprimindo mais angústia à expressão de Maria, outras concedendo-lhe uma figura mais severa, como a de Michelangelo. É, entretanto, subjacente a todas elas o sofrimento da perda.

Um último elemento compõe a simbologia religiosa, no espaço da necrópole, ao lado das cruzes e das representações tipológicas cristãs. Trata-se do conjunto de figuras angelicais, presentes em 51 túmulos, perfazendo 2,3%. Vejamos:



CARTOGRAMA 18 – Símbolos Cristãos – Anjos.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

As representações angelicais, ainda que tais manifestações não sejam exclusivas do espaço funerário, é neste que ganham destaque, tão utilizadas quanto as representações de Cristo:

Esse anjo não é mais o querubim da idade barroca, praticamente desaparecido no início do século XIX e sobretudo no século XX. Ele ressurgiu dentro de um papel bem definido: anjo dos túmulos juvenis, das sepulturas quadradas das crianças, imagem e reflexo do ser que se foi, “um anjo no céu”, como dizem as inscrições. (VOVELLE, 1997, p. 330)

Ao assumir o novo papel no espaço dos mortos, segundo Vovelle, a figura angelical passou a ser representada sob a forma adulta, às vezes sem asas, apresentando uma sensibilidade religiosa diferenciada, quase descristianizada e pouco ortodoxa. Indo além, a partir da segunda metade do século XIX transformou-se notadamente, assumindo a olhos vistos formas femininas:

Já era bastante ambíguo [...]: formas fluidas e feições de mulher. Nas grandes necrópoles italianas, ao final do século, não restavam dúvidas sobre o sexo dos anjos, cujas formas opulentas e transbordante feminilidade transformaram-nos em duplos ou sócias da imagem da mulher, visitando com crescente insistência os monumentos do cemitério. (VOVELLE, 1997, p. 331)

Todavia, conservou sua significação própria, ao espalhar as “flores da lembrança”, às vezes com forte carga erótica. Assim, pode ser percebido como o elo de ligação para as representações leigas da morte, ou seja, as representações alegóricas, simbólicas, como é o caso da seguinte representação:



FIGURA 25 – Figura angelical associada à lembrança.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Com efeito, as representações angelicais foram encontradas no Cemitério Municipal São José sob a forma tanto do anjo querubim, característico do período barroco, quanto do anjo adulto, no caminho da erotização (ver figura 25). Representa o ser espiritual que exerce o ofício de mensageiro divino, o que lhe vale posição de destaque na figuração simbólica cemiterial, segundo Borges (2002, p. 182). A autora pontua que, à parte a posição que os anjos ocupam no espaço tumular, algumas características lhes são comuns, como a colocação das asas, o aspecto pleno de saúde, calcado nos moldes da beleza ideal clássica, panejamentos suaves e que emolduram o corpo, variando dos mais sóbrios aos mais sensuais.

Outro exemplo de figura angelical encontramos no Portal de Entrada do Cemitério Municipal São José, conforme já observado.

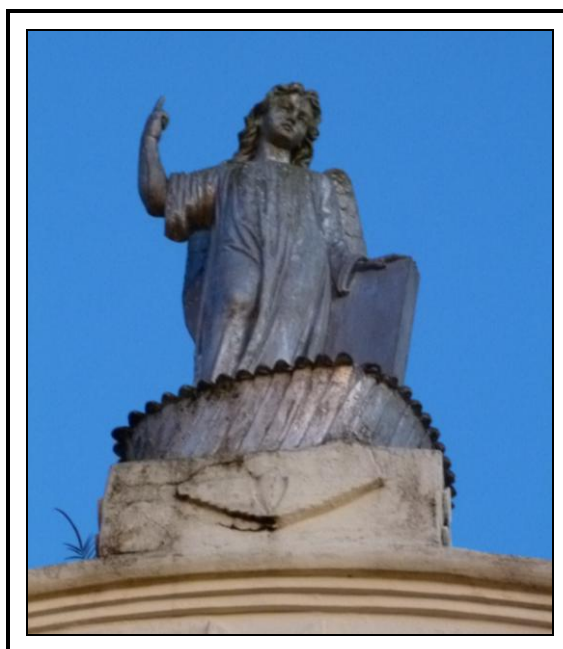


FIGURA 26 – Figura angelical associada à lembrança.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Trata-se de um exemplo de “Anjo da Ressurreição”. Encontra-se com uma das mãos apontada para o céu, símbolo da vida celestial, enquanto a outra mão segue estendida para baixo, relacionando-se com a vida terrena (Borges, 2002, p. 182). Na segunda mão é comum que esteja segurando um atributo, como uma coroa de flores, uma trombeta, um pergaminho ou uma tabuleta, como é o caso da referida imagem. Ao se fazer presente no Portal de Entrada, é possível pontuar que o Cemitério Municipal São José não rompe, com a secularização, com o caráter de Campo-Santo, haja vista a presença e significação destes elementos religiosos.

Para a análise dos aspectos antropológicos contidos no cemitério, de acordo com Steyer (2000, p. 74), os conceitos de negação e aceitação da morte são fundamentais. Nesse viés, o autor destaca que a representação de um anjo pode significar tanto a aceitação quanto a negação da morte. Tange à aceitação, ao pensarmos que a família considera a morte do ente querido como um fato consumado e que o mesmo é agora um anjo em outro plano existencial. Por outro lado, pensar tal existência angelical, ou seja, a morte como uma passagem para outro mundo, e não a finitude total, pode ser considerado como uma forma de negação.



FIGURA 27 – Figuras angelicais.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Portanto, destacadas no espaço funerário, as representações angelicais referidas, simbolizam o ente querido que se foi, numa perspectiva cada vez mais desvinculada da religiosidade. Ao assumir formas femininas, muitas vezes acompanhadas de sensualidade, os anjos estão muito próximos das representações alegóricas presentes nas necrópoles, para a expressão dos sentimentos.

4.4 ALEGORIAS: SENTIMENTOS PERSONIFICADOS EM ASAS, VIRTUDES E VIRGENS LACRIMOSAS

Na arte funerária, a cultura egípcia desenvolveu notavelmente a escultura dedicada ao culto do morto, mas foram os gregos que a relacionaram ao ideal antropocêntrico de beleza, na qual se combinam idealismo, emoções humanas e racionalidade. Estas representações de grande expressividade foram recuperadas pelo Renascimento, que misturou as representações cristãs às greco-romanas, os deuses gregos aos santos, a apologia da fé à da beleza do corpo humano. No período romântico, surgiram os sentimentos personificados, na forma de alegorias emocionais. A partir daí, a morte passou a ser teatralizada. (PIACESKI; BELLOMO, 2006, p. 9-15)

Virgens lacrimosas, mães desesperadas, alegorias dos vários estágios do sofrimento, aparecem isoladas ou em grupos, remetendo o espectador para uma vivência emocional, uma meditação sobre a morte ou para enfatizar o papel do morto na sociedade. (PIACESKI; BELLOMO, 2006, p. 13-14)

É no romantismo que é acentuada a necessidade de identificação dos sepultados através de inscrições, de modo a discriminar e individualizar os mortos, proposta esta complementada pela estatuária neoclássica, que valorizou os modelos gregos. Assim, a escultura neoclássica conviveu no século XIX e meados do XX com as concepções românticas, construindo a tendência eclética, marcante na arte funerária brasileira, principalmente no que tange às alegorias, ou seja, aos sentimentos personificados, agora representados nos moldes clássicos, caracterizados pelo apelo sentimental e emocional, bem como pelo sensualismo discreto. Ainda, ao contrário do símbolo, que é o próprio conceito corporificado, a alegoria é a substituição da idéia, ou seja, possui a finalidade de expressar tanto o conceito, quanto a idéia personificada.

Possuidoras de um caráter que ultrapassa o simples sentido das estátuas, as alegorias representam idéias abstratas, fazendo alusão à política, à religião, à moral e à sociedade. São figuras humanas, personificadas, acompanhadas de símbolos. Esses símbolos possuem significados, que aliados às estátuas, passam a ter um sentido que excede sua simples acepção. Em outras palavras, tem-se uma apresentação concreta de uma representação mental. (LEITE, 2000, p. 143)

No Brasil, as alegorias começaram a ser utilizadas pela burguesia em ascensão, que buscava sobressair-se perante a sociedade, demonstrando o aumento do poder político e econômico, especialmente após a proclamação da República, com a decadência da aristocracia. As famílias buscavam expressar seus traços de civilidade através do investimento

estilístico nos túmulos, nos moldes europeus, em especial franceses, o que reafirma a perspectiva do espaço do cemitério como signo do progresso (LEITE, 2000, p. 144).

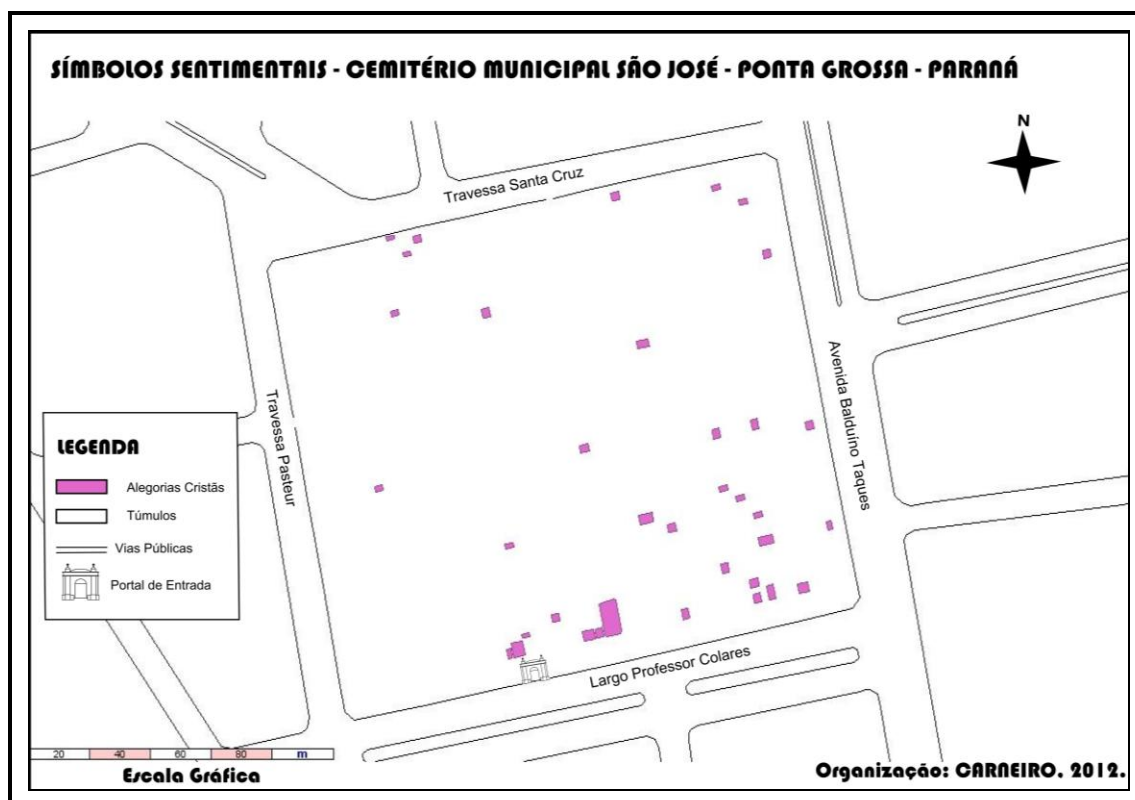
Todavia, é importante atentar para o fato de que as alegorias não estão presentes somente nos jazigos suntuosos, representadas por grandes estátuas e de expressivo valor artístico, mas também em túmulos mais simples, através de pequenos adornos, relevos, inscrições, estatuetas, que possuem o mesmo valor de representação simbólico-semântica dos mais elaborados. Este segundo tipo de representação alegórica ocorre principalmente em cemitérios mais populares, bem como após a decadência da arte cemiterial, que pode ser datada a partir da década de 1940.

Outro fator que merece atenção é o conceito de símbolo. Compreendemos o símbolo enquanto síntese e conexão de idéias, conforme afirmado por Santaella e Nöth (2010, p. 63). A peça artística que carrega o simbolismo não se aproxima necessariamente da idéia que pretende representar em razão de uma semelhança física ou de uma relação causal direta. É, em vez disso, “[...] *por força de uma idéia na mente do usuário que o símbolo se relaciona com o objeto*” (SANTAELLA; NÖTH, 2006, p. 63). Destarte, para o observador, o símbolo somente possui carga de significação na medida em que, em razão de sua formação social e cultural, é capaz de realizar as ligações cognitivas necessárias. Ademais, dados os processos de imitação e/ou difusão dos elementos simbólicos, é possível que muito do seu significado primeiro se encontre obscurecido.

Para a análise da produção das esculturas funerárias, Bellomo propõe a “Tipologia Alegórica”, subdividida pelo autor em alegorias de princípios cristãos e alegorias de princípios sentimentais. As alegorias cristãs expressam sentimentos religiosos, valorizados pela tradição cristã, quais sejam as Virtudes Teológicas (Fé, Caridade e Esperança), a Justiça (Virtude Cardeal), a Eternidade, a Oração, a Morte e o Juízo Final. As alegorias sentimentais definem-se pela manifestação dos sentimentos humanos, numa acepção mais emocional, dentre os quais a Tristeza, o Silêncio, a Consolação, o Sofrimento, a Desolação, a Memória, a Saudade e a Lembrança.

No Cemitério Municipal São José encontramos tanto alegorias de princípios cristãos, quanto alegorias sentimentais, ambas concentradas na parte frontal da necrópole. No conjunto dos atributos simbólicos encontrados, constatamos a presença de 36 alegorias cristãs, subdivididas em Virtudes Teológicas, Oração e Morte.³⁵

³⁵ Observa-se que algumas das figuras angelicais encontradas no Cemitério Municipal São José também podem ser identificadas como alegóricas. Todavia, convenientemente, para a presente análise dos sentimentos personificados, nos detemos às figuras humanas.



CARTOGRAMA 19 – Símbolos Sentimentais – Alegorias Cristãs.
 Fonte: Acervo pessoal da autora.

As primeiras alegorias cristãs encontradas são as virtudes teológicas. Trata-se dos fundamentos das ações morais cristãs, implantadas na alma dos fiéis por Deus, para que possam agir como seus filhos e, assim, alcançar a vida eterna.

Segundo o catolicismo, as virtudes teológicas dizem respeito diretamente a Deus: crê-se em Deus, em Deus se espera e a Ele se ama. Amplamente difundidas entre os símbolos cristãos, estão presentes constantemente na arte funerária, como forma de lembrar e consolar os que ficam sobre a fé na ressurreição após a morte. (GRASSI, 2006, p. 26)

As Virtudes Teológicas são definidas como as qualidades permanentes da alma, que conferem inclinação para a prática cotidiana do bem. A Fé é a primeira destas virtudes, “sendo o elemento fundamental da vida espiritual, devendo ser apoiada pela caridade” (LEITE, 2000, p.145). É representada comumente pela cruz, às vezes acompanhada da estrela, símbolo da esperança, configurando-se assim, como a esperança enraizada na fé, base da tradição cristã. A imagem abaixo, presente no jazigo-monumento de Horacio Villela Guimarães, além de ser a personificação da Fé, é também a representação da saudade, considerando-se a guirlanda de flores que a figura feminina traz na mão esquerda.³⁶

³⁶ A saudade é uma representação alegórica emocional, que será analisada oportunamente.

A Esperança, por sua vez, é a segunda das virtudes teologais, representada em geral pela âncora, e às vezes pela estrela, sendo o último recurso ao qual recorrer. A âncora é associada, em geral, à idéia da firmeza e da segurança, por ser um instrumento de navegação, sendo que na simbologia cristã está relacionada à confiança e à esperança. Fundada na virtude da Fé, é a esperança na ressurreição que, ao lado da Caridade, traduz os pressupostos da tradição cristã. A alegoria acima, presente no Jazigo-Monumento do Tenente Coronel Manoel Ferreira Ribas e de sua esposa, é a tradução da relação entre as virtudes da esperança e da fé, sendo a primeira representada pela âncora³⁷, sustentáculo da fé, por sua vez personificada pela composição da figura feminina, com o olhar voltado para os céus e a mão sobre o peito, indicativos de confiança e fé em Deus.



FIGURA 28 – Alegorias Cristãs - Virtudes Teologais: Fé, Esperança e Caridade.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

A Caridade é a terceira das virtudes, representada por uma figura feminina com uma criança no colo, que traduz o sentimento de amor maternal, de carinho, “*pelo próximo, pelo inimigo ou por boas ações*” (LEITE, 2000, p. 146). De acordo com Grassi

³⁷ No levantamento catalográfico realizado no Cemitério Municipal São José, além de duas representações personificadas, encontramos outras três representações da fé sob a forma simbólica da âncora, cujo significado semântico é o mesmo das alegorias.

(2006, p. 26-27), esta virtude traduz o mandamento de Cristo: “*Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a ti mesmo.*” No caso da representação acima (Mausoléu do Barão de Guaraúna), a Caridade é personificada pela mulher que traz no colo uma criança, amparada ternamente, simbolizando o amor dedicado, além de segurar em sua mão esquerda uma bolsa e uma moeda, sinal este de desapego.

Encontramos ainda exemplares alegóricos cristãos de Oração e de Morte. Indicamos o Jazigo-Monumento da Família Valthier Borges de Macedo, no qual ambos os princípios referidos são representados, nos moldes neoclássicos, pelo escultor E. G. Succ de J. Obino, de Porto Alegre. A alegoria da Oração é representada por crianças ou anjos com as mãos unidas, como se fizessem uma prece para a alma sepultada, para que descanse em paz. Indicam a confiança na ressurreição dos mortos porque, ao contrário, seria desnecessário orar, e remetem à importância dedicada pela família à oração e aos ensinamentos religiosos, denotando profunda crença cristã (PIACESKI; BELLOMO, 2006, p. 76).

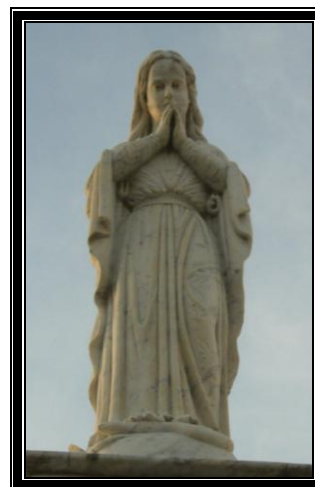
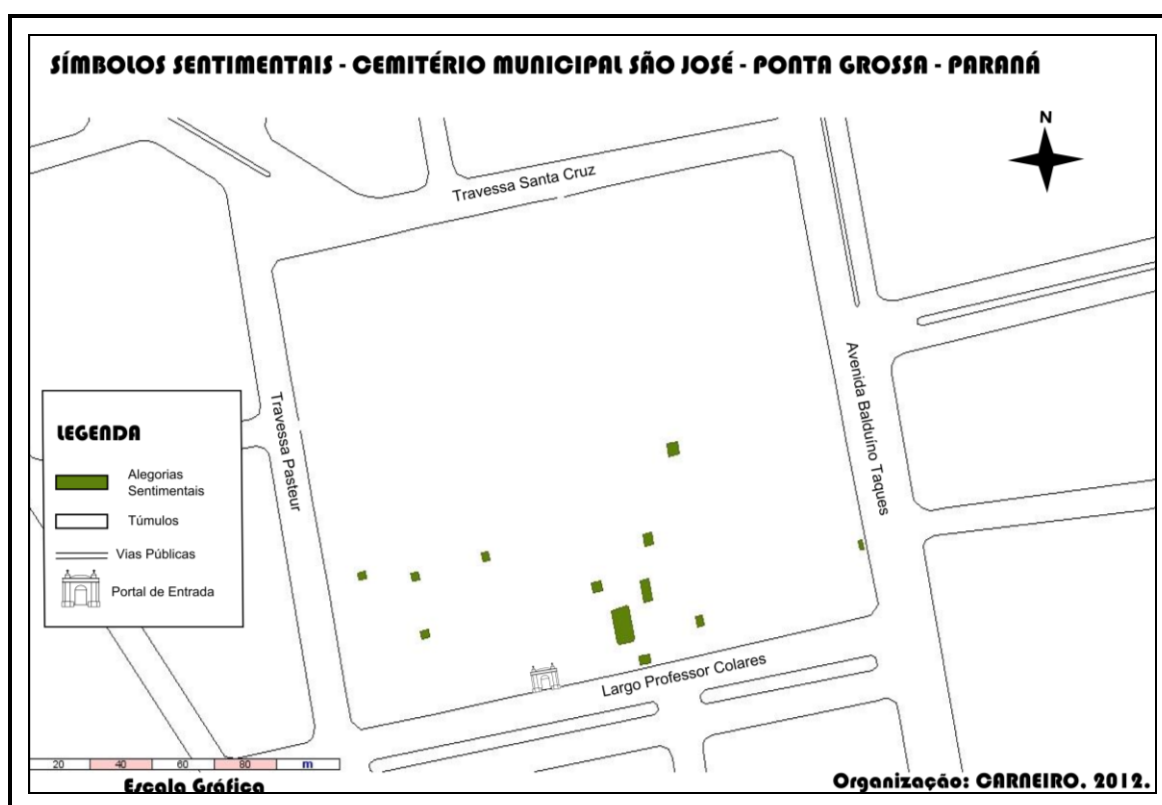


FIGURA 29 – Alegorias Cristãs - Alegoria da Morte e Alegoria da Oração
Fonte: Acervo pessoal da autora.

A alegoria da morte, última alegoria dentre as cristãs encontradas no Cemitério Municipal São José, é representada por uma figura humana com um archote virado para baixo, mas também pode ser encontrado como um anjinho deitado sobre o túmulo ou como um anjo adormecido acompanhado de uma lira (LEITE, 2000, p.149). A morte, de múltiplas dimensões, também é tradicionalmente figurada numa perspectiva angustiante, apocalíptica, próxima ao escatológico (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2006, p. 621-623).

Bellomo esclarece que a personificação da morte, representada por uma estátua de um jovem segurando um archote virado para baixo³⁸, símbolo da vida que se extingue, é uma contribuição do espírito greco-romano para a estatuária funerária, surgida devido à ausência de uma divindade específica da morte. A partir do período neoclássico, tal personificação passou a ser representada por jovens de ambos os sexos, fugindo-se da tradição grega inicial, onde o jovem do sexo masculino era o irmão gêmeo do sono (PIACESKI; BELLOMO, 2006, p. 15).



CARTOGRAMA 20 –Alegorias Sentimentais.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

³⁸ Foram encontrados representações da morte não somente sob a forma alegórica, mas também por intermédio da forma simbólica do archote invertido, este portador do mesmo significado semântico das representações personificadas.

Reportando-nos ao conjunto das alegorias sentimentais presentes no Cemitério Municipal São José (ver CARTOGRAMA 20), que tem a finalidade de expressar as emoções humanas, observamos que, sob a forma estatuária, as mesmas estão presentes somente em 12 túmulos da referida necrópole, subdivididas em Saudade, Desolação e Memória, perfazendo um total de 0,5% do total dos símbolos sentimentais.

A alegoria da saudade traz flores e quase sempre está debruçada sobre o túmulo. Como já referido, a utilização das flores no espaço dos mortos é comum, representando de forma paradoxal a imortalidade e a fragilidade existencial. Em especial, as guirlandas quando trazidas em mãos femininas possuem a significação da saudade pelos que se foram (DALMÁZ, 2000, p. 127), como é o caso do Jazigo-Monumento da Família Attilio Tararan, onde a personificação da saudade é melancolicamente representada. Outra representação significativa da saudade encontrada no Cemitério Municipal São José é a presente no Jazigo-Monumento da Família Oliveira Branc, no qual a figura feminina, ajoelhada sobre o túmulo, escreve singelamente a palavra “Saudades”, de forma a homenagear o ente querido.



FIGURA 30 – Alegorias Sentimentais - Alegoria da Saudade

Fonte: Acervo pessoal da autora.

Ao tratar da onipresença das representações femininas no espaço dos mortos, Vovelle observa que:

[...] na grande maioria dos casos, atribui-se à mulher a função de expressar o luto, quer ela tome o rosto entre as mãos, pensativa ou transtornada [...], quer exprima ainda mais pateticamente a dor através de sua própria atitude [...]. Em todos os lugares, dir-se-ia que é ela quem espalha as flores da lembrança e do consolo sobre o túmulo... (VOVELLE, 1997, p. 333)

Nessa perspectiva, a alegoria da desolação, segunda das personificações encontradas, é uma figura feminina tradicionalmente representada com a cabeça e os braços debruçados sobre o túmulo, com expressão profunda de tristeza e consternação. Interessante observar que a presença de estátuas com feições humanas minuciosas indica a negação da morte (LEITE, 2000, p. 151).

Destacamos a figura que ornamenta a sepultura de Reynaldo Vosgerau que, desconsolada sobre o túmulo e de forma sensorial, demonstra o limite da saudade, bem como o desejo de juntar-se ao ente querido (GRASSI, 2006, p. 24-25). Por sua vez, a demonstração de Desolação da segunda escultura, da Família Leopoldo Roedel, é complementada pela inscrição presente no mesmo: “*A tua morte vácuo e dor deixou.*” Todo o conjunto estilístico do túmulo tende para a negação da morte, intensificada pela expressão trazida pela personificação, também no limite sentimental.

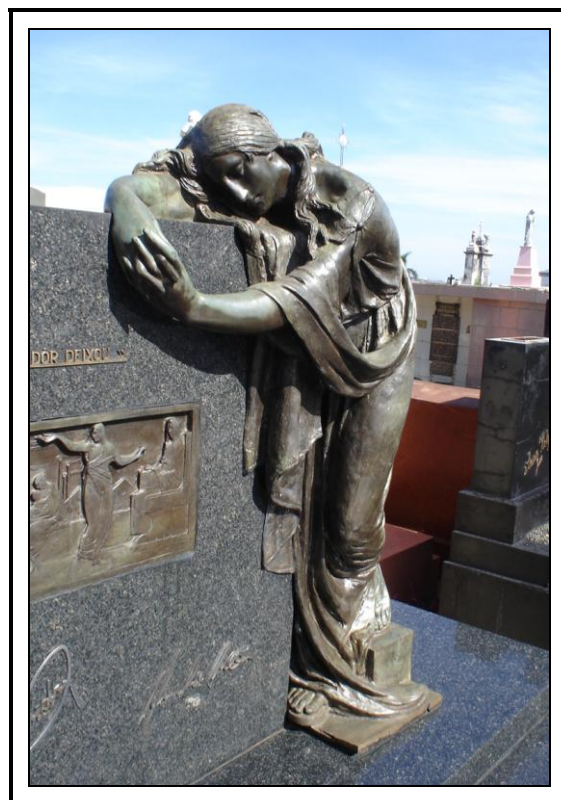


FIGURA 31 – Alegorias Sentimentais - Alegoria da Desolação.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Os cemitérios são locais nos quais a memória é o objeto central, no sentido de que cada túmulo possui significados que representam a expressão de sentimentos tanto individuais, quanto coletivos. Com efeito, o espaço dos mortos se define como forma de preservação da memória particular e coletiva dos indivíduos de uma determinada região: os túmulos erigidos são propriamente uma forma de preservação da memória.

A última das alegorias sentimentais encontradas no Cemitério Municipal São José é a personificação da Memória. No Jazigo-Monumento da Família Arthur Gomes, a Memória é personificada em uma figura feminina, entretida com o ato da leitura. A simbologia do livro é complexa, sendo banal nos reduzirmos a percepção do mesmo como símbolo da ciência e da sabedoria.

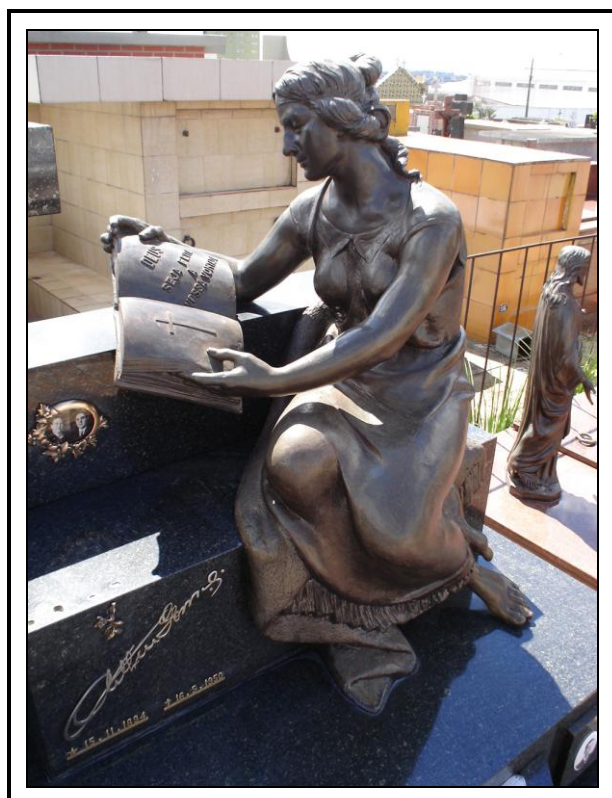


FIGURA 32 – Alegorias Sentimentais - Alegoria da Memória
Fonte: Acervo pessoal da autora.

De acordo com o Dicionário de Símbolos:

O livro é sobretudo, se passarmos a um grau mais elevado, o símbolo do universo: *O universo é um imenso livro*, escreve Mohyddin ibn-Arabi. A expressão **Liber Mundi** pertence também aos Rosa-Cruz. Mas o Livro da Vida do **Apocalipse** está no centro do Paraíso, onde se identifica com a árvore da Vida: as folhas da árvore, como os caracteres do livro, representam a totalidade dos seres, mas também a totalidade dos decretos divinos [com grifo no original]. (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2006, p. 554-555)

Assim, ao ser o livro compreendido como simbólico da totalidade dos decretos divinos, a análise do conjunto escultório como Memória é reafirmada, pois a inscrição “*Deus, seja feita a Vossa Vontade*”, presente no livro, é indicativa da resignação perante a vontade divina, aos decretos divinos e, assim, perante à própria morte, restando aos vivos somente o culto da memória do ente querido, que ainda pode ser preservada através das representações sociais então veiculadas.

Observamos que a interpretação das alegorias é amplamente subjetiva, principalmente pela complexidade do conteúdo simbólico. Se por um lado o sentido das representações personificadas transcende o simples significado de seus elementos, por outro o enfraquecimento dos valores cristãos e a crescente individualização e relativização das manifestações religiosas e espirituais colaboram para alterações de sentido simbólico-semântico das alegorias e para o distanciamento dos significados do imaginário social.

Ao entendermos que as representações sociais expressam o conteúdo da memória, percebemos que as personificações dos sentimentos, tanto de princípios cristãos quanto emocionais, nada mais são do que as próprias representações sociais, no formato alegórico, às quais é inerente a finalidade de perpetuar a recordação dos entes queridos, no domínio em que a memória é particularmente valorizada. De fato, a individualização das sepulturas e as inscrições mortuárias, através das representações artísticas discutidas ao longo do artigo, demonstram o desejo de preservar a identidade e a memória do morto e servem para a expressão e/ou transmissão dos valores culturais, através do conjunto das representações sociais contidas nestes locais.

Os cemitérios preservam as identidades individuais e coletivas, através da memória. Mendes (2002, p. 503-540) percebe a identidade como ponto de ligação entre os nossos discursos e práticas e os processos que produzem a subjetividade e nos constroem enquanto sujeitos, objetivando apresentar uma concepção identitária múltipla, diversificada e narrativamente construída. O autor valoriza o invisível, o não-dito e o papel do outro, observando que as identidades são socialmente distribuídas, em constante manutenção, contextualização e interação social. Tal como indica o autor, as identidades culturais presentes no Cemitério Municipal São José, construídas no e pelo discurso, são originadas na necessidade de controle do espaço social e físico e definidas como negociações de sentido.

4.5 CELEBRAÇÃO DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE: PERPETUAÇÃO DA IDENTIDADE DOS MORTOS

Diante do momento da morte, os sobreviventes são encarregados de recompor o sentido da vida. A individualização das sepulturas e todos os valores expressos nestas, por meio das representações sociais, demonstram o desejo de preservar a identidade e a memória do ente querido, servem à expressão e/ou transmissão dos valores culturais e, por fim, à própria reconstituição do sentido existencial para os que ficam.

Os mortos parecem não existir somente na memória dos vivos, mas também de forma independente destes. O medo de morrer relaciona-se ao medo da perda e da destruição daquilo que é significativo aos próprios moribundos. Para Elias, apenas as gerações posteriores podem avaliar, de forma efetiva, se o que parece significativo para as gerações anteriores possuirá significado para as outras pessoas, para além das suas vidas.

Mesmo as lápides, em sua simplicidade, dirigem-se a esse tribunal – talvez um passante venha a ler na pedra, julgada imperecível, que ali estão enterrados tais pais, tais avós, tais filhos. O que está escrito na pedra é uma mensagem muda dos mortos para quem quer que esteja vivo – um símbolo de um sentimento talvez ainda não articulado de que a única maneira pela qual uma pessoa morta vive é na memória dos vivos. Quando a cadeia de recordação é rompida, quando a continuidade de uma sociedade particular ou da própria sociedade humana termina, então o sentido de tudo que seu povo fez durante milênios e de tudo o que era significativo para ele também se extingue. (ELIAS, 2001, p. 41)

Portanto, a continuidade dos mortos é estabelecida por intermédio da memória dos vivos. Na pedra, são expressos os valores dos mortos, o que era significativo para estes e, por conseguinte, para a sociedade na qual estão inseridos; valores estes julgados importantes para a reconstituição do sentido existencial, no momento da morte. Segundo DaMatta, no Brasil, fala-se muito mais dos mortos que da morte, fato contraditório que revela uma forma sutil de negação da finitude, sendo o prolongamento da memória do morto e a concessão de um novo tipo de realidade ao que foi vivo. O autor destaca, amparado em Gilberto Freyre, que a proximidade moral entre os vivos e os mortos reafirma o sujeito social enquanto relação social, cujos selos sobrevivem à destruição do tempo e da morte (DAMATTA, 1997, p. 140-144).

Na nossa sociedade, os espíritos retornam para assegurar a continuidade da vida mesmo depois da morte [...] Aqui os espectros estão também presos a promessas, bens materiais e emoções que só podem ser liberadas depois de serem devidamente descobertas e receberem as orações apropriadas. Pela mesma lógica, visitamos, falamos, presenteamos, homenageamos e sentimos saudades dos nossos mortos. Temos obrigações para com eles, devendo cuidar de seus túmulos e ossos, provendo

para que não se percam ou se destruam e, naturalmente, fiquem sempre unidos e em família. (DAMATTA, 1997, p. 146)

Com efeito, a individualização de cada túmulo é indicativa do desejo de perpetuação existencial: busca-se expressar as particularidades dos mortos nas lápides, para preservar a memória e a individualidade dos mesmos. Além disso, as expressões e as transmissões culturais, através dos valores e das representações sociais, servem ao estabelecimento e à reafirmação das relações sociais. Estas reflexões são inerentes ao espaço cemiterial, ambiente da saudade e da memória:

[...] quando cultuamos os mortos combinamos os elementos fragmentados e isolados de nossa memória e fornecemos a eles uma unidade de certa forma racional, o que só é possível devido à presença de símbolos no cemitério. As fotos, os epitáfios, os objetos colocados nos túmulos são como as câmeras, artefatos de iluminação, figurino e som no cinema. (...) aqueles são os instrumentos que usamos para unir os fragmentos da memória e dar um sentido a nosso culto mortuário, negando a morte como fim último da existência, valorizando as qualidades pessoais do morto em vida e exigindo a manutenção de sua individualidade. (STEYER, 2000, p. 104)

Isto posto, buscamos perceber estes jogos de memória no espaço do Cemitério Municipal São José, através dos atributos simbólicos encontrados. Segundo Steyer, para o culto dos mortos, são combinados elementos fragmentados da memória, aos quais é conferida certa racionalidade, por intermédio do conjunto simbólico, entendido aqui como representação social. Conforme Minayo (2003, p. 110), representações sociais podem ser consideradas matéria-prima para a análise do social, mas não há que se pensar que as mesmas conformam a realidade – são um meio de acesso ao real, algo como uma fresta iluminada.

Nos cemitérios comumente encontramos placas de casal, fotografias, a inserção dos nomes de família, etc. Estes artifícios expressam o anseio de prolongar os laços familiares para além da morte física. São instrumentos utilizados para atenuar os sentimentos de dor e perda proporcionados pela finitude, símbolo da negação da morte terrena. Não se cultua o desconhecido e sim os laços com os entes queridos, da forma em que se preservaram na memória dos familiares, como é o caso das fotografias. Por outro lado, configura-se como a aceitação da finitude como transcendência, ou seja, a crença de que a mesma não é o aniquilamento da existência, porque o morto é perpetuado pela memória.

Mais especificamente, a utilização da fotografia, presente em vários túmulos do Cemitério Municipal São José, é um ponto de convergência de múltiplos discursos. Nos cemitérios, o registro fotográfico tem por função a preservação do ente querido para a posteridade, fazendo parte de um conjunto simbólico, de cunho privado e familiar. Para Koury (2001, p. 137), momentos felizes e tristes são “*registrados na tentativa de conservar e*

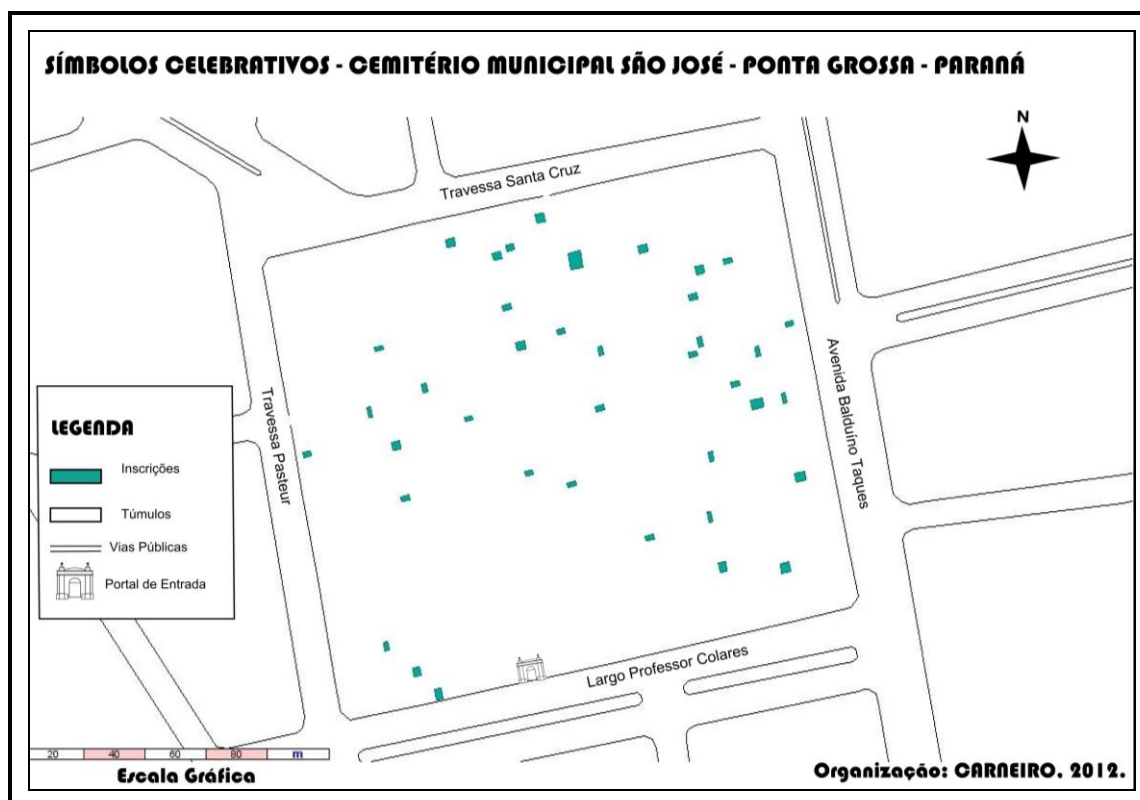
relembrar os laços de intimidade e os laços sociais da família para si e para a sociedade em geral.” Ou seja, a exposição das fotografias nos túmulos demonstra a tentativa de conservar os laços familiares, bem como expor tais laços à sociedade, neste espaço de pretensa eternidade. Mais que o desejo individual, o que impulsiona tal prática cultural são as próprias relações sociais.



FIGURA 33 – Uso da fotografia no Cemitério Municipal São José.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

No decorrer das primeiras décadas do século passado, o uso da fotografia começou a ser popularizado, com a baixa nos custos, inicialmente relativos à contratação de profissionais e, em seguida, à aquisição de equipamentos, já a partir de meados das décadas de 1960 e 1970, estendendo-se a cada vez mais segmentos sociais. Dessa forma, passou a fazer parte do cotidiano do cidadão comum, na vida pública (registros documentais) e na vida privada, onde “*vai se assentar como uma espécie de fixação de laços de parentesco ou mesmo de um tipo de eternização sentimental e afetiva da rede familiar*” (KOURY, 2001, p. 137). Cada vez mais a fotografia parece assegurar a noção de passado, bem como a de momentos significantes a serem guardados no registro de uma vida singular.

Ao ser levada para o cemitério, muitas vezes sob a forma de fotografia impressa em porcelana, a proposta do registro fotográfico é reafirmada, considerando que o espaço dos mortos é permeado pela busca por preservar os entes queridos; a imagem da fotografia, nesse contexto, busca assegurar os laços de parentesco e os sentimentos familiares, ou seja, os valores significativos para os vivos.



CARTOGRAMA 21 – Inscrições estrangeiras no Cemitério Municipal São José.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Ainda com relação à manutenção dos laços familiares e do lugar social dos indivíduos, constatamos a presença de inscrições em línguas estrangeiras no Cemitério Municipal São José (CARTOGRAMA 21), principalmente em alemão, indicativas de um forte apego à preservação da identidade cultural, pelo fato de serem na língua de origem e ressaltarem o local de nascimento do morto:



FIGURA 34 – Inscrição em alemão –
Cemitério Municipal São José.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Anna Reich, geb Proksch
Anna Reich, nascida Proksch

Observa-se que a colonização de Ponta Grossa teve início em 1878, com a chegada de aproximadamente 2400 russos-alemães, provenientes da região do Volga, sendo que estes tiveram papel fundamental na formação social da cidade, cuja diversidade, especialmente cultural, faz-se presente no espaço do Cemitério, conforme discutimos no segundo capítulo. Observamos que as inscrições em línguas estrangeiras estão presentes em 1,4% dos túmulos analisados, ou seja, 33 dos mesmos. Destes, 26 são inscrições alemãs.

Uma possível interpretação para tais inscrições é que esse processo está relacionado ao modo de dominação simbólica, produzido pela coletividade e que funciona como um instrumento de preservação da memória cultural, sendo que o germanismo propagava a idéia de preservar aspectos culturais trazidos da Alemanha pelos imigrantes. Araújo (2006, p.76) ressalta que estes procuraram manter preservados o uso da língua alemã e de seus costumes, através da intensidade da vida social, expressa pelas muitas associações que assumiram forte caráter étnico (como as sociedades de tiro e ginástica).



FIGURA 35 – Epitáfio em Alemão – Cemitério Municipal São José.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Nesse contexto, expresso nesta inscrição presente no Jazigo-Monumento da Família J. David. Hilgenberg, os imigrantes alemães também procuraram manter essa identidade no cemitério, através dos epitáfios escritos na língua materna, muitas vezes em letra gótica e ressaltando o local de nascimento na Alemanha. De acordo com Knebel, o núcleo social dos imigrantes russos-alemães que vieram para a região dos campos gerais, era de fato bastante conservador, com reminiscências paternalistas e marcadamente isolacionista.

Nacionalidade e cidadania, para alemães, estavam desvinculadas. À cidadania atribuía-se simplesmente um comprometimento com o Estado. Agora à nacionalidade estavam ligados conceitos como raça, etnia, cultura, história, tradição

e, principalmente, o idioma. Explica-se, assim, a relutância destes imigrantes em abandonar a língua alemã. (...) mesmo que aqui tivesse nascido, seria sempre de nacionalidade alemã por possuir deutsches Blut (sangue alemão). (KNEBEL, 2001, p. 313)

O epitáfio é uma forma de definir a identidade teuto-brasileira, fazendo uma reconstrução romântica e saudosista do passado, muitas vezes desconsiderando os verdadeiros motivos que levaram os imigrantes a abandonar sua pátria mãe para buscar uma nova vida em uma terra totalmente desconhecida. Esse tipo de saudosismo faz com que a sua identidade seja reconstruída em cima de ideais pessoalmente forjados (ARAÚJO, 2006, p. 102-109).

Além das inscrições alemãs, também encontramos túmulos com inscrições em árabe, cujo sentido entendemos relacionado ao fato de que as sociedades possuem diferentes maneiras de expressarem o sentimento acerca da morte, dentre as quais a de conservar a memória do morto, mantendo viva a sua identidade e, por conseqüência, preservar a identidade cultural da própria sociedade, num determinado período de tempo, na qual o morto esteve inserido.



FIGURA 36 – Epitáfio em Árabe– Cemitério Municipal São José.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Por fim, o Jazigo-Monumento da Família Wagner e o Jazigo de Pedro Schnirmann, ostentam lápides escritas em hebraico, demonstrando-se, assim como as lápides alemãs, forte apego à preservação da identidade cultural, ao ressaltarem o local de nascimento do morto. Ambas as sepulturas trazem a estrela de seis pontas, conhecida como Estrela de Davi, símbolo da religião Judaica:

[...] a estrela de seis pontas, emblema do judaísmo, com seus dois triângulos invertidos e enlaçados [...], simbolizaria o amplexo do espírito e da matéria, dos princípios ativo e passivo, o ritmo de seu dinamismo, a lei da evolução e da involução. (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2006, p. 404)

Assim, é a síntese dos opostos, a expressão da unidade cósmica, bem como de sua complexidade. Na tradição judaica, as estrelas obedecem a vontade divina e, eventualmente, a anuncia. Ou seja, a estrela é mais que um objeto inanimado: sobre cada estrela há um anjo velando. Portanto, a presença das estrelas nas sepulturas referidas, além de implicar na identificação cultural judaica das famílias, também está relacionada à aceitação da morte, considerando-se sua simbologia relacionada à submissão à vontade divina.



FIGURA 37 – Epitáfios em Hebraico – Cemitério Municipal São José.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

A simbologia de “síntese dos opostos” é complementada no Jazigo-Monumento da Família Wagner pela presença da coluna que, para a tradição judaico-cristã, é apreendida num sentido cósmico e espiritual. “Árvore da vida, árvore cósmica, árvore dos mundos, a coluna liga o alto e o baixo, o humano e o divino” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2006, p. 206).



FIGURA 38 – Coluna – Túmulo Hebraico - Cemitério Municipal São José.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

A saudade e os laços familiares, bem como pátrios, expressos nos túmulos, no desejo de conservar a memória dos mortos, relaciona estes aos vivos, criando uma relação permanente, detentora de um padrão de moralidade social determinante, que incentiva a visitação aos túmulos, ou seja, o culto aos mortos, e os coloca em lugar de destaque na família e na sociedade. Sendo assim: “*No Brasil, os mortos logo são transformados em pessoas exemplares e modelos a serem seguidos pelas novas gerações*” (PIACESKI; BELLOMO, 2006, p. 25). A busca por esta preservação da memória e da identidade é perpassada pela constituição das representações sociais que, em conformidade com Minayo (2003, p. 108), são expressas por intermédio da linguagem e, ainda que fragmentárias e por vezes contraditórias, possuem diversos graus de clareza e nitidez em relação à realidade, colaborando para as interações sociais.

Outras manifestações culturais, não hegemônicas, merecem ser mencionadas. A “*Tipologia Cívico-Celebrativa*”, terceira categoria proposta por Bellomo para a análise da produção das esculturas funerárias, tange à celebração cívica da memória de indivíduos destacados do mundo político, econômico, social e cultural.³⁹ Isto posto, também sob o signo da identidade cultural e da preservação dos valores significativos dentro do meio social a que pertencem, do conjunto dos túmulos presentes no Cemitério Municipal São José, destacamos dois túmulos vinculados à Maçonaria.

Esta instituição se fundamenta numa base cultural e filosófica, expressa através da sua simbologia, rica em posições ideológicas, cujas reais origens se perdem na antiguidade, bem como fundamentada em ideais de fraternidade e caridade, tendo em vista o desenvolvimento social e intelectual humano (DULLIUS; WAGNER, 2000, p.221). Com efeito, esta proposta é afirmada no Jazigo da Família Ajuz, conforme epitáfio subsequente, através da referência aos sentimentos de fraternidade, fundamentais ao universo cultural maçônico. Observa-se que a Maçonaria crê no Grande Arquiteto do Universo e na imortalidade da alma.

Logo a questão da morte e ressurreição, é a base da iniciação maçônica que pretende transformar o indivíduo e melhorar as suas qualidades morais. A Franco-Maçonaria utiliza-se de símbolos e de valores sagrados para em seus ritos expressar a sua visão de morte. (DULLIUS; WAGNER, 2000, p. 223)

Os símbolos possuem grande valor entre os maçônicos, sendo representativos das funções exercidas pelos integrantes, por serem constituintes dos atos

³⁹ Apropriamo-nos da referida tipologia não somente para a análise do conjunto escultórico presente nos túmulos, mas também como referência para os demais atributos dos mesmos, como os epitáfios, que comumente servem de forma direta à identificação das sepulturas.

cerimoniais e também pela identificação mútua entre os membros. Esta função de identificação é exercida por ambas as sepulturas, sendo no primeiro caso através do título “Mausoléu Maçônico” e, no segundo, pela representação do compasso.



FIGURA 39 – Túmulos Maçônicos – Cemitério Municipal São José.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Os símbolos fundamentais da Maçonaria, tomados de empréstimo da arte da construção, servem de suporte à realização psíquica e espiritual (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2006, p. 449-451). Nesse viés, o compasso tem a função de traçar um círculo com perfeição. “O círculo, por não possuir começo nem fim, representa a eternidade, além de ser adotado como símbolo solar” (DULLIUS; WAGNER, 2000, p. 241). Imagem do pensamento a percorrer os círculos do mundo e traçando as imagens do movimento, além de ser móvel ele mesmo, o compasso tornou-se o símbolo do dinamismo construtor, atributo das atividades criadoras (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2006, p. 268-269).

A identificação simbólica é um recurso utilizado não somente pelos maçônicos, mas também entre os positivistas. No levantamento realizado no Cemitério Municipal São José, constatamos a existência de dois túmulos que expressam a ideologia política do positivismo através do epitáfio contido em ambas as sepulturas: “Os vivos são governados pelos mortos.” Em homenagem aos militares Cel. Cláudio Gonçalves Guimarães e Major Joaquim Gonçalves Guimarães, respectivamente, a máxima positivista, encontrada em ambas as sepulturas, relaciona-se a questão da imortalidade, percebida como a

conservação da memória do líder morto, símbolo e modelo para as gerações futuras, isso porque a arte tinha como objetivo aprimorar o caráter dos indivíduos, por meio da educação moral, da exaltação da coragem, da prudência e da firmeza. Assim, o positivismo pensava atingir a moralização das instituições e fornecer às gerações futuras elementos morais, através de figuras exemplares (ARAÚJO, 2006, p. 67).

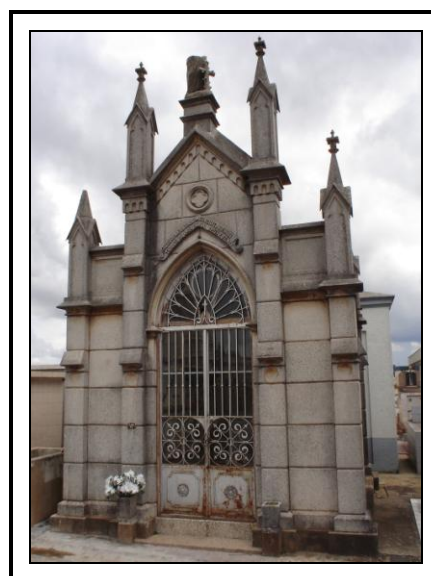


FIGURA 40 – Túmulos Positivistas – Cemitério Municipal São José.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Araújo (2006, p. 66-67) esclarece que, no caso de Porto Alegre, os monumentos fúnebres aparecem com maior frequência a partir do século XX, em função do desenvolvimento da economia gaúcha, mas também pelo incentivo dado às artes pelo governo positivista, cujas doutrinas haviam chegado ao Rio Grande do Sul através da influência dos militares que cursavam a Escola Militar do Rio de Janeiro, no final do século XIX.

A doutrina positivista surgiu no século XIX, criada e divulgada por Auguste Comte e caracterizada como uma filosofia burguesa liberal, ao mesmo tempo conservadora e progressista. Dentro das premissas da doutrina, a humanidade está em permanente evolução em direção ao progresso, porém dentro de uma ordem preestabelecida, cujas infrações são percebidas como negativas. Por isso, o positivismo é anti-revolucionário. (ARAÚJO, 2006, p. 67)

Além disso, dentre os positivistas havia uma opção pela ditadura republicana, percebida como única forma de governo capaz de atingir os objetivos propostos. O indivíduo só existiria no coletivo, num contexto nacionalista. A moralidade das instituições, dessa forma, só seria alcançada através dos elementos exemplares, cuja identidade existia em função do coletivo.

Portanto, entendemos que os cemitérios preservam as identidades individuais e coletivas, através da memória, no momento em que visualizamos as diferenciações sociais. No que diz respeito aos aspectos simbólicos dos túmulos é possível concluir que estes objetivam a transmissão de valores culturais, para o estabelecimento e reafirmação das relações sociais. Se estas representações simbólicas tiveram a finalidade de preservar a memória dos mortos através da individualização das sepulturas, orientadas pela subjetividade de cada grupo ou família, as mesmas também estiveram e estão a serviço dos ideais de civilidade e de monumentalização e demarcação espacial. Relacionadas diretamente ou não aos valores cristãos e sentimentais, tais elementos simbólicos lembram que um dia existiu, na terra, um indivíduo e este pertenceu a uma determinada família ou grupo social.

Porém, os caracteres simbólicos dos túmulos e o legado alegórico ali presente são localizados, histórica e espacialmente, algo que nem todas as famílias legaram ao presente. Isso nos remete à reflexão do caráter classista presente na construção da memória, tanto individual como coletiva, bem como nos dá indicativos da própria relação do homem com o morrer, também múltipla e fragmentada. É certo que os fragmentos de história e de arte presentes no Cemitério Municipal São José e em cada túmulo que o compõe são reveladores dos caminhos trilhados pelos sepultados e grupos nos quais estavam inseridos. Deste modo, também reveladores da trajetória da própria cidade de Ponta Grossa. À nós resta lançar interpretações possíveis para refletir sobre estas relações, em última análise, tentativas diversas para se lidar com a problemática da finitude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não me venham com conclusões. A única conclusão é morrer.
(Álvares de Campos)

Os cemitérios e as construções funerárias são testemunhos materiais que nos permitem refletir sobre as intuições, as esperanças e as representações humanas. Seus diversos elementos relatam dados significativos acerca da cultura material, do simbólico e das múltiplas atividades do labor e da criatividade humana. Nenhuma imagem presente nos espaços funerários é destituída de sentido, porém várias significações e interpretações a elas podem ser atribuídas, vários são os caminhos que podem ser trilhados para que nos aproximemos de suas figurações.

Reflexos do universo cultural de cada época e sociedade, através dos quais a coletividade expressa sua identidade, entendemos que os cemitérios são lugares imagéticos por excelência. Deste modo, as análises dos elementos materiais e simbólicos das necrópoles são caminhos possíveis e complementares, para se compreender como o ser humano representa-se frente à finitude, ainda que de forma fragmentada e justaposta, em conformidade como o meio social e cultural que o abriga e lhe concede forma e sustentação.

Para o olhar que lançamos ao Cemitério Municipal São José optamos pela perspectiva interdisciplinar, ao entendermos que a morte possui múltiplas dimensões. Esta perspectiva se construiu no decorrer da pesquisa não somente em termos teóricos, como também metodológicos. A metodologia de abordagem dos dados, através dos Sistemas de Informação Geográfica (SIGs) e a geração dos cartogramas, auxiliou na construção de um olhar mais ampliado sobre o espaço do cemitério, conforme esclarecimentos constantes na introdução desta dissertação, demonstrando-se essencial para a construção da análise dos elementos materiais e simbólicos no viés interdisciplinar. Os SIGs têm incorporado uma crescente variedade de funções, não somente a construção de mapas, como era sua pretensão inicial, mas já apresentam sofisticados mecanismos para manipulação e análise espacial de dados, permitindo uma visualização bem mais complexa destes do que a obtida através de relatórios e gráficos convencionais.

No caso da análise do Cemitério Municipal São José, os SIGs enriqueceram o estudo cemiterial, principalmente pela habilidade de armazenar, recuperar e combinar os dados coletados, possibilitando uma leitura mais complexa dos objetos propostos. Destacamos que o uso destas ferramentas tecnológicas foi de fundamental importância, pois permitiu

inclusive que a investigação se pautasse conforme uma escala de análise ampliada, conforme já visto, pois a ausência destas não permitiria que trabalhássemos com um volume tão grande de dados com rapidez e flexibilidade. Ainda, devido à facilidade de apreciação e visualização dos cartogramas, evidencia-se que dentre as possibilidades de análise de dados georeferenciados temos a produção de novas informações, um entendimento melhor do objeto e a geração de novos problemas, antes não observáveis.

A estrutura da dissertação também observou estas escolhas interdisciplinares, à medida em que cada um dos quatro capítulos buscou apresentar diferentes possibilidades de leitura de um mesmo espaço. Buscamos contemplar a morte na longa duração e a problemática relação entre os vivos e os mortos, a especificidade dos cemitérios extramuros e a historicidade do Cemitério Municipal São José, seu traçado urbanístico e a carga imagética e simbólica que se mostra através da arquitetura, da escultura e dos diversos elementos decorativos e/ou celebrativos.

A morte sempre foi problemática para o ser humano. Sistemas religiosos e práticas artísticas muitas vezes assumiram a função de lidar com a imposição da finitude. Ao longo do primeiro capítulo, buscamos percorrer os ritos fúnebres celebrados pelo homem ao longo do tempo, destacando os lugares concedidos aos mortos em cada sociedade. Sobretudo, o entendimento das transformações nas relações entre os vivos e os mortos, a partir de meados do século XVII, na Europa, e do século XVIII, no Brasil, fez-se essencial, à medida em que colaborou para a compreensão da especificidade histórica dos cemitérios extramuros e, posteriormente, do processo secularizador, fatores fundamentais para a análise do Cemitério Municipal São José.

Portanto, reflexo e condição da sociedade, a necrópole referida é inerente ao contexto mais amplo e segmentado da cidade de Ponta Grossa, conforme ressaltado através da análise das providências legislativas, da bibliografia regional e também do conteúdo publicado pelos periódicos locais (Diário dos Campos e Jornal da Manhã). A análise destas fontes, conforme as discussões apresentadas no segundo capítulo desta dissertação, trazem indicativos de normatização e disciplinarização do convívio social, bem como leituras de civilidade e progresso, convivendo com a manutenção de parte do universo religioso anterior.

Com a recuperação destes discursos produzidos pela Imprensa, pela Igreja e pelo Poder Público, relacionados à fundação e ao desenvolvimento e localização da necrópole na cidade, percebemos a presença das múltiplas vozes ao se tratar da temática cemiterial. Destacam-se nestes discursos as tensões urbanas vivenciadas de forma fragmentada e diversificada, relacionadas ao espaço e aos jogos de memórias e experiências dos diversos

atores sociais. Estes documentos expressam a complexidade social e os embates travados pelos diversos grupos sociais, tanto concretamente quanto no plano simbólico, para a construção e legitimação de uma determinada perspectiva de cidade.

Constatou-se que o poder público promove e reforça a hierarquização no espaço do Cemitério Municipal São José, ao regulamentar as distinções territoriais através das taxas, emolumentos e do processo de constituição da monumentalidade. Esse processo se traduz diante dos vários investimentos no espaço, os quais ficam evidentes na construção do portal de entrada e das alamedas que conduzem à necrópole. Tais medidas reforçam a percepção de que o cemitério não foi estabelecido somente como o espaço para os mortos na cidade, mas também como representação simbólica de progresso e de higienização, inscrita em um discurso social, político e urbanístico mais amplo.

A construção da monumentalidade é obtida por meio da articulação entre os investimentos públicos e privados, não restritos ao entorno da necrópole. Também se fazem presentes na distribuição espacial da mesma, sendo que sua organização é semelhante à estrutura social da cidade que a abriga, também fragmentada pelos diferentes usos, articulados constantemente. Na análise da distribuição dos atributos como área, formato, material e estado de conservação das sepulturas, ficaram evidenciadas variações de padrão nas construções, indicativas da configuração do Cemitério Municipal São José, como um local privilegiado para a atuação do homem comum e dos poderes estatais e municipais.

Estas variações de padrão expressaram a diferenciação social do homem frente à morte, refletindo a manutenção de certas práticas do meio social ponta-grossense. A análise da materialidade das construções permite que vislumbremos o fenômeno urbano, porque o Cemitério Municipal, através de seu traçado arquitetônico, funciona como um espelho que reflete a ação humana em cada construção. Os atributos analisados são indicativos da especificidade deste espaço na cidade, ou seja, uma necrópole urbana e central, destacada com relação às demais, seja pela localização, seja pelos elementos estilísticos, muitos nos moldes europeus – um cemitério constituído e/ou justificado sob a lógica da pretensa civilidade.

Com efeito, concluímos que o espaço do Cemitério Municipal São José é um ordenador espacial e social. Espacial, considerando-se que foi estabelecido num primeiro momento como limite do perímetro urbano e, após, absorvido pela expansão da cidade, o que influenciou diretamente na configuração do mesmo como ordenador social. Isto porque a partir da construção dos demais cemitérios na cidade, o público que teria acesso àquele passou a ser selecionado, até mesmo pelas providências legislativas. Mais uma vez, evidencia-se que

a necrópole não se constitui linearmente, mas de forma fragmentada e plural, a partir da ação dos diferentes atores na especialidade.

A subjetividade dos vivos e suas relações com a sociedade são materializadas no espaço urbano e cristalizadas no espaço cemiterial. Assim, para além dos muros e do concreto da necrópole, voltamos nosso olhar para o simbólico, que objetiva a transmissão de valores culturais, para o estabelecimento e reafirmação das relações sociais. Ao compreendermos o espaço funerário e as representações semântico-simbólicas constantes no mesmo, como respostas edificadas para o problema da morte, encontramos neste a percepção destas representações, individuais e coletivas, privadas e públicas, vinculadas à religiosidade, à familiaridade, aos valores sociais, especialmente destacadas nas tipologias cristã, alegórica e cívico-celebrativa, analisadas no decorrer do trabalho.

Quanto à análise das opções religiosas da sociedade ponta-grossense, evidenciou-se que a maioria das construções são vinculadas aos referenciais do cristianismo, principalmente pela forte presença das cruzes no referido campo-santo, ao lado das representações de Jesus, Maria, dos santos e dos anjos, estes últimos muito relacionados aos sentimentos personificados. Isso não significa que outras opções religiosas não se façam presentes, fato que buscamos demonstrar através da representação dos referenciais judaicos, presentes em dois túmulos encontrados na distribuição espacial do Cemitério Municipal São José. Demais manifestações não puderam ser certificadas, frente aos limites deste trabalho.

As alegorias, também a serviço dos ideais de civilidade e de monumentalização e demarcação espacial, foram analisadas, levando-nos a concluir que seu sentido está diretamente relacionado à expressão dos sentimentos, cristãos e emocionais. Podem ser interpretadas como representações sociais, no formato alegórico, às quais é inerente a finalidade de preservar a memória dos mortos através da individualização das sepulturas, conforme a subjetividade de cada grupo ou família. O uso destas alegorias também destaca as diferenciações sociais, visto se tratar de representações que nem todas as famílias legaram ao presente.

Constatamos que o Cemitério Municipal São José, seguindo a função desempenhada pelas necrópoles presentes na sociedade ocidental e brasileira, é um espaço de múltipla representação simbólica. A necrópole detém o potencial informativo acerca das identidades do meio social ponta-grossense no qual está inserida, para a preservação da memória dos mortos, bem como dos contextos nos quais estavam inseridos enquanto vivos. Este potencial se apresenta, por exemplo, nos túmulos de manifestações positivistas e maçônicas. Assim, a preservação da memória fortalece a afirmação da identidade cultural,

também múltipla, considerando-se que através das expressões funerárias associa-se a memória do morto aos aspectos sociais e culturais com os quais o mesmo mantinha relação antes de morrer, associação esta mediada pelo olhar dos sobreviventes, para os quais o sentido da vida é elaborado e apresentado.

A memória dos mortos é então mediada pela memória dos vivos, sendo que a individualização de cada túmulo é indicativa do desejo de continuidade existencial, fato expressado através das placas de casal, das fotografias e dos nomes de família, por exemplo. De forma significativa, as expressões e as transmissões culturais, através dos valores e do conteúdo simbólico contido nos túmulos, servem ao estabelecimento e à reafirmação das relações sociais, como se demonstrou através das inscrições alemãs, que objetivam a definição da identidade teuto-brasileira.

Através das representações sociais, são reunidos fragmentos de memória, aos quais atribui-se unidade e sentido e, assim, são estabelecidos os filtros de percepção. As tentativas de explicação da morte estão presentes no Cemitério Municipal São José e influenciam diretamente o culto aos mortos. Interagindo com os mecanismos de memória dos vivos, buscam estabelecer sentido à finitude e resolver a problemática da morte, tão cara aos sobreviventes. Portanto, a continuidade dos mortos é estabelecida por intermédio da memória dos vivos; busca-se expressar as particularidades dos mortos nas lápides, para preservar a memória e a personalidade dos mesmos. Constituem-se, desta forma, representações de *alteridade*, nas quais são combinados fragmentos da memória, por intermédio do conjunto simbólico.

Entende-se que estas representações nas construções tumulares demonstram não apenas a singularidade dos sepultados, mas também as trajetórias da coletividade na qual estavam inseridos. A leitura da composição destes túmulos permite o vislumbre da multiplicidade de experiências que orientavam a subjetividade inerente a estas construções. Fundado em 1881, o Cemitério Municipal São José passou de extramuros à secular no espaço de uma década e de alguma forma se configurou como um lugar pra todos. Entretanto, como nem todos possuem os mesmos lugares na cidade, também não os possuem na necrópole. Isso ficou evidente a partir da análise dos elementos materiais e simbólicos, ambos de caráter classista, revelando-nos diferenciados padrões nas construções tumulares, muitas vezes a serviço dos ideais de civilidade e de monumentalização e demarcação espacial.

Se a morte é o fim pra aqueles que ali se encontram sepultados, não é para os sobreviventes, para os vivos que enfrentam a problemática da finitude e cultuam a memória de seus mortos. Muitas vezes, os mortos parecem não existir somente na memória dos vivos,

mas também de forma independente destes. Vimos que as hierarquias e alteridades permanecem, impressas na pedra, de múltiplas maneiras. Permanecem a reproduzir as percepções retidas na lembrança ou do conteúdo do pensamento; permanecem a favorecer o comportamento e a estruturação social; permanecem a perpetuar os caracteres identitários e a alimentar novas representações.



FONTES

Túmulos do Cemitério Municipal São José;

Jornal Diário dos Campos. Disponível no Acervo do Museu Diário dos Campos.

Jornal Diário dos Campos - 03.11.1921.
Jornal Diário dos Campos - 03.11.1922.
Jornal Diário dos Campos - 12.08.1934.
Jornal Diário dos Campos - 02.11.1934.
Jornal Diário dos Campos - 02.11.1935.
Jornal Diário dos Campos - 04.11.1936.
Jornal Diário dos Campos - 31.10.1939.
Jornal Diário dos Campos - 05.11.1941.
Jornal Diário dos Campos - 02.11.1947.
Jornal Diário dos Campos - 31.10.1951.
Jornal Diário dos Campos - 01.11.1967.
Jornal Diário dos Campos - 31.10.1975.
Jornal Diário dos Campos - 01.11.1977.
Jornal Diário dos Campos - 02.11.1984.

Jornal Diário da Manhã. Disponível no Acervo do Museu Diário dos Campos.
Jornal Diário da Manhã - 07.12.1965.

Projetos de Lei. Disponível no Acervo da Câmara Municipal de Ponta Grossa.

Projeto de Lei nº 79/48.
Projeto de Lei nº 1109/56 .
Projeto de Lei nº 567/52.
Projeto de Lei nº 139/65.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. **Prefeitura dá prazo para manutenção de túmulos.** Disponível em: <http://pg.pr.gov.br/node/755>; acesso em 20/04/2011.

Legislação sobre Cemitérios. Site da Prefeitura Municipal, Ponta Grossa, S/D. Disponível em: <http://pg.pr.gov.br/legislacao>; acesso em 20/04/2011.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. **Morte, Cultura, Memória – Múltiplas Interseções: Uma interpretação acerca dos cemiterios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte.** Belo Horizonte: UFMG, tese de doutorado, 2007.

ARAÚJO, Thiago Nicolau de. **Túmulos celebrativos de Porto Alegre: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889-1930).** Porto Alegre: PUCRS, dissertação de mestrado, 2006.

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente.** Da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

_____. **O homem diante da morte.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, 2v.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História.** Petrópolis: Vozes, 2007.

BAYARD, Jean Pierre. **Sentido oculto dos ritos mortuários: Morrer é morrer?** São Paulo: Paulus, 1996.

BELLATO, Rosenev; CARVALHO, Emilia Campos de. **O jogo existencial e a ritualização da morte.** Revista Latino-Americana de Enfermagem. Ribeirão Preto, vol.13, nº1, 2005.

BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BORGES, Maria Elizia. **Arte funerária no Brasil (1890-1930): Ofícios de Marmoraristas Italianos em Ribeirão Preto.** Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

BROWN, Peter. A Morte. In: **História da vida privada 1.** Do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações: Contribuições a um debate transdisciplinar.** Campinas: Papirus, 2000.

CARNEIRO, Maristela. **Sistemas de Informações Geográficas: Ferramentas Tecnológicas para a Pesquisa Cemiterial.** Anais do Encontro Iberoamericano de Valorización y Gestión de Cementerios Patrimoniais (12, 2011, Salvador/BA) e Encontro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (5, 2011, Salvador/BA). Goiânia: FAV/UFG; FUNAPE, 2011.

CAROLLO, Cassiana Lacerda. **Cemitério Municipal São Francisco de Paula.** Monumento e Documento. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. **A antiguidade clássica na representação do feminino: pranteadoras do Cemitério Evangélico de Porto Alegre (1890-1930).** Dissertação de Mestrado em História, Teoria e Crítica de Arte, UFRGS, 2009.

CASCUDO, Luís da Câmara. O Compadre da Morte. In: **Contos Tradicionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

_____. O Morto Brasileiro. In: **Tradição, Ciência do Povo**. Pesquisas na Cultura Popular do Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1971.

CASTRO, Ina Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

CHAMMA, Guísela V. Frey. **Ponta Grossa: o povo, a cidade e o poder**. Ponta Grossa: SMEC, 1988.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **O Mundo como Representação**. In: Revista Estudos Avançados, São Paulo, nº 11, 1991.

CHAVES, Niltonci Batista. **A cidade civilizada: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos, na década de 1930**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário dos Símbolos**. Rio de Janeiro, José Olympio, 2002.

CHIAVENATO, Julio José. **A morte: uma abordagem sociocultural**. São Paulo: Moderna, 1998.

Congresso Latino-Americano de Ciências Sociais e Humanidades: Imagens da Morte, 4, 2010, Niterói/RJ. **Caderno de Programação e Resumos do IV Congresso Latino-Americano de Ciências Sociais e Humanidades: Imagens da Morte**. Universo: Niterói, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A dimensão cultural do espaço: alguns temas**. Revista Espaço e Cultura. Rio de Janeiro: UERJ, vol.1, nº1, 1995.

_____. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2003.

CYMBALISTA, Renato. **Cidades dos Vivos**. Arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2002.

_____. **Sangue, Ossos e Terras: os mortos e a ocupação do território na América Portuguesa**. São Paulo: Alameda, 2011.

DALMÁZ, Mateus. Símbolos e seus significados na Arte Funerária Cristã do Rio Grande do Sul. In: **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

DAMATTA, Roberto. **A Casa & A Rua**. Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIOCESE DE PONTA GROSSA. **Cinquentenário 1926- 1976**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1976.

DULLIUS, Fábio; WAGNER, Gustavo Peretti. A Maçonaria na arte funerária do Rio Grande do Sul. In: **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. **A Solidão dos Moribundos, seguido de Envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERNANDES, Josué Correa. **Das colinas do Pitangui**. Ponta Grossa: Planeta, 2003.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FREIRE, Milena Carvalho Bezerra. **Isolamento e sociabilidade no luto**: a formação de redes sociais no ambiente cemiterial. Revista Hispana Para El Analisis de Redes Sociales. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es/webredes/arsrosario/01-Freire.pdf> ; acesso em 10.08.2010.

GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. **A visão da morte ao longo do tempo**. Revista Medicina – Simpósio Morte: Valores e Dimensões. Ribeirão Preto, vol. 38, n°1, 2005.

GRASSI, C. **Um olhar... A arte no silêncio**. Curitiba: C. Grassi, 2006.

HERBERTS, Ana Lucia; CASTRO, Elisiana Trilha. **Cemitérios no caminho** – O Patrimônio Funerário ao longo do Caminho das Tropas nos Campos de Lages. Blumenau: Nova Letra. 2011.

KNEBEL, Rosemeri Leane. Belle époque ponta-grossense: imigração, ferrovia, sétima arte e música. In: **Espaço e Cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Retratos da Morte**: A fotografia mortuária na cidade de João Pessoa, PB. Revista Conceitos. João Pessoa, vol. 4, n°2, 2001.

LACET, Juliana Lemos. **Os rituais de morte nas irmandades de escravos e libertos**. Vila Rica, século XVIII. Mariana: UFOP, Monografia de Conclusão de Curso, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Daniel Teixeira Meirelles. Alegorias nos Cemitérios do Rio Grande do Sul. In: **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

LIMA, Tania Andrade. De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Ser. V. 2 p. 87-150 jan./dez. 1994.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. **Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

- MARANHÃO, José Luiz de Souza. **O que é a morte**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru: Edusc, 2002.
- MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. Brasília: Ed. de Brasília, 1970.
- MENDES, José Manuel de Oliveira. O desafio das identidades. In: **A globalização em ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MENEGHEL, Stela N.; ABBEG, Claídes; BASTOS, Ronaldo. **Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos: um estudo exploratório sobre desigualdades no morrer**. Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, vol.10, n°2, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra. Textos em representações sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. A mitificação da ferrovia em Ponta Grossa. In: **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- OLIVARES, Isaura Wiencke. **La presencia en piedra del Art Déco funerario, 1925-1940**. Tese de Doutorado em História a Arte, Centro de Cultura Casa Lamm, 2009.
- PAGOTO, Amanda Aparecida. **Do âmbito sagrado da igreja ao cemitério público: transformações fúnebres em São Paulo, 1850-1860**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.
- PAULA, José Carlos Milléo de. Poder Local em Ponta Grossa: algumas considerações sobre sua evolução. In: **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995.
- PIACESKI, Tiago R.; BELLOMO, Harry Rodrigues. **Pesquisa cemiterial no Estado de Goiás**. Porto Alegre: s.n., 2006.
- PINTO, Elisabete Alves; GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar. **Ponta Grossa – um século de vida (1823-1923)**. Ponta Grossa: Kugler Artes Gráficas, 1983.
- PORTER, Roy; VIGARELLO, Georges. Corpo, Saúde e Doenças. In: **História do Corpo: Da Renascença às Luzes**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. **Plano Diretor Participativo do Município de Ponta Grossa**. Disponível em: <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/planodiretor>. Ponta Grossa, 2006.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. **Metrópole da Morte, Necrópole da Vida: Um Estudo Geográfico do Cemitério de Vila Formosa.** São Paulo: Carthago Editorial, 2000.

_____. **O céu aberto na terra: Uma leitura dos cemitérios de São Paulo na geografia urbana.** São Paulo: E. C. M. Rezende, 2006.

RIBEIRO, Marily Simões. **Arqueologia das práticas mortuárias: uma abordagem historiográfica.** São Paulo: Alameda, 2007.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações funebres no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

_____. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. **Campo Santo? Cemitério público? Cemitério secularizado? A natureza dos cemitérios oitocentistas no Brasil como uma questão.** Comunicação oral apresentada no Encontro Iberoamericano de Valorización y Gestión de Cementerios Patrimoniales (12, 2011, Salvador/BA) e Encontro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (5, 2011, Salvador/BA), conforme Caderno de Programação e Resumos. Goiânia: FAV/UFG; FUNAPE, 2011.

_____; FRANCO, Maria da Conceição Vilela. O corpo morto e o corpo do morto entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia. **História do Corpo no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2011.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da Morte.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen. Estrutura interna e dinâmica social na cidade de Ponta Grossa. In: **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. **Imagem: cognição, semiótica, mídia.** São Paulo: Iluminuras, 2008.

SCHIMANSKI, Elizabete Fernanda. **Conservadorismo e Tradição em Ponta Grossa: representação social, mito ou realidade na política local.** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, UEPG, 2007.

SORIO, Livia. **Cemitérios da província: história e arte cemiterial em Porto Alegre.** Porto Alegre: Edição do Autor, 2009.

SOUZA, Fábio William de. **Fronteiras póstumas: a morte e as distinções sociais no Cemitério Santo Antônio em Campo Grande.** Dissertação de Mestrado em História, UFGDO, 2010.

STEYER, Fábio Augusto. Representações e Manifestações Antropológicas da Morte em Alguns Cemitérios do Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues. (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: Arte, Sociedade, Ideologia.** 1 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, v. 1, p. 67-118.

VALDÉS, Alma Victoria. **Itinerario de los muertos em el siglo XIX mexicano**. Saltillo, México: Plaza y Valdés, 2009.

VALLADARES, Clarival. **Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros**. Tombo I. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

VERNANT, Jean Pierre. **L'Individu, La Mort, L'Amour**. Soi-Même et L'Autre en Grèce Ancienne. Paris: Gallimard, 1989.

VIEIRA, Luiz Alberto Sales. **Entre a Vida e a Morte: Interesses Populares, Representações Cristãs da Morte e Medicina Social em Minas no século XIX**. Ouro Preto: UFOP, Monografia de Conclusão de Curso, 2002.

VOVELLE, Michel. **Imagens e Imaginário na História**. Fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX. São Paulo: Ática, 1997.

YAZIGI, Walid. **A técnica de edificar**. São Paulo: SindusCon, 2009.

ZILLES, Urbano. **A significação dos símbolos cristãos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.